

FOLLOW THE PRODUCTS

**RASTREAMENTO DE PRODUTOS
E ENFRENTAMENTO AO CRIME
ORGANIZADO NO BRASIL**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



FICHA INSTITUCIONAL FBSP

Diretor Presidente
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Coordenação de Projetos
David Marques

Coordenação Institucional
Júliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados
Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores
Aiala Couto
Júliana Brandão
Rodrigo Chagas
Leonardo de Carvalho

Assessor de relações internacionais
Nívio Nascimento

Equipe Técnica
Dennis Pacheco
Marina Bohnenberger
Thaís Carvalho
Isabella Matosinhos
Cauê Martins
Beatriz Schroeder (estagiária)

Supervisão Administrativa e Financeira
Débora Lopes

Assistente de Diretoria
Letícia Conceição

Equipe Administrativa
Elaine Rosa
Sueli Bueno
Antônia de Araujo

Conselho de Administração
Presidente: Júliana Lemes da Cruz
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros
Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Marlene Inês Spaniol
Roberto Uchôa
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Júliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal
Lívio José Lima e Rocha
Renato de Alcino Vieira
Sandoval Bittencourt

FICHA TÉCNICA

Estudo técnico produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a pedido da SICPA.

Coordenação
Nívio Nascimento
Eduardo Pazinato

Instituto OXY.Social - Consultoria de dados
Rafael S. F. Sales
Fernanda Meira de Souza
João Felipe Marques

Equipe FBSP
Renato Sérgio de Lima
David Marques
Isabella Matosinhos
Leonardo de Carvalho
Thaís Carvalho

Projeto gráfico e diagramação
Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Follow the products [livro eletrônico]:
rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil / coordenação Nívio Nascimento, Eduardo Pazinato; equipe FBSP Renato Sérgio de Lima ...[et al.]. -- São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
PDF

Outros integrantes da equipe FBSP: David Marques, Isabella Matosinhos, Leonardo de Carvalho, Thaís Carvalho.

Bibliografia.
ISBN 978-65-89596-42-4

1. Crime organizado 2. Crime organizado - Brasil
3. Economia - Aspectos sociais 4. Segurança pública - Brasil I. Nascimento, Nívio. II. Pazinato, Eduardo. III. Lima, Renato Sérgio de. IV. Marques, David. V. Matosinhos, Isabella. VI. Carvalho, Leonardo de. VII. Carvalho, Thaís.

25-250611

CDD-363.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Segurança pública : Problemas sociais
363.10981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário



Apresentação	4
Resumo Executivo.....	5
Principais Achados	5
Produtos Abordados.....	8
Metodologia.....	9
Ouro Ilegal	10
Combustíveis	12
Tabaco e Cigarros.....	13
Mercado Ilícito de Tabaco	13
Bebidas	14
Introdução	16
Produtos (I)lícitos no Brasil	22
1.1. Ouro.....	24
Crime Organizado e Ouro Ilícito	26
Resposta aos Ilícitos associados ao Ouro.....	29
1.2. Combustíveis.....	32
Crime Organizado no Setor de Combustíveis.....	35
Respostas ao Crime Organizado no Setor de Combustíveis.....	36
1.3. Tabaco	39
Crime Organizado na Indústria do Tabaco.....	42
Respostas ao Crime Organizado na Indústria do Tabaco.....	44
1.4. Bebidas.....	46
Crime Organizado no Setor de Bebidas.....	52
Respostas ao Crime Organizado no Setor de Bebidas	53
Magnitude da receita do crime organizado no Brasil: uma estimativa.....	56
Crime organizado, controle territorial e produtos (i)lícitos.....	61
Lavagem de Dinheiro, Rastreamento de produtos e Recuperação de Ativos	64
Recomendações.....	68
Conclusão.....	71

Apresentação

O presente documento busca lançar luz sobre as novas fronteiras econômicas do crime organizado no Brasil, com foco em produtos de alto valor, circulação e vulnerabilidade ao mercado ilícito, como ouro, combustíveis, tabaco e bebidas. Essas cadeias produtivas frequentemente associadas à economia formal tornaram-se alvos preferenciais de organizações criminosas, que exploram brechas regulatórias e falhas de fiscalização para expandir suas operações. Além disso, este estudo procura estimar o potencial econômico que o crime organizado tem alcançado em outras modalidades criminais, como tráfico de drogas, estelionatos e crimes patrimoniais, com destaque para crimes no ambiente virtual, de modo a possibilitar uma primeira comparação da magnitude dos fenômenos ora em tela.

Esta iniciativa reflete o compromisso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em oferecer análises baseadas em evidências para enfrentar os desafios impostos por esses mercados ilícitos, que impactam a arrecadação tributária, a segurança pública e o meio ambiente.

Baseado em amplo trabalho de pesquisa aplicada, incluindo dados de apreensões, estudos de instituições respeitadas em nível nacional e internacional, bem como entrevistas em profundidade com especialistas de órgãos governamentais e do setor privado, o estudo destaca a importância do rastreamento de produtos como ferramenta crucial para descapitalizar o crime organizado no país, que, estima-se, movimentou aproximadamente R\$ 146,8 bilhões anualmente a partir de 2022, levando em consideração somente os quatro produtos focalizados neste estudo (ouro, combustíveis, tabaco e bebidas). As soluções propostas incluem a criação de sistemas integrados de monitoramento, maior articulação entre agências públicas e de Estado e o fortalecimento da governança interinstitucional no campo da fiscalização, regulação, segurança, justiça e defesa nacional.

Por fim, o documento reforça que a resposta ao crime organizado exige não apenas inovação tecnológica, mas também um esforço coletivo entre Estado, sociedade civil e setor privado, de modo a transformar dados e informações de inteligência em ações concretas que protejam tanto a economia formal quanto a soberania nacional.



Resumo Executivo

Este estudo técnico examina o impacto do crime organizado em setores estratégicos da economia brasileira, com destaque para o ouro, combustíveis, tabaco e bebidas. São abordados os efeitos econômicos, sociais, ambientais e os desafios para a segurança pública decorrentes dessas atividades ilícitas. Além disso, a análise abarca o papel estratégico do rastreamento de produtos como ferramenta essencial para o Estado brasileiro desarticular redes criminosas, reforçar a governança pública e mitigar as perdas bilionárias causadas por práticas ilegais como contrabando, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

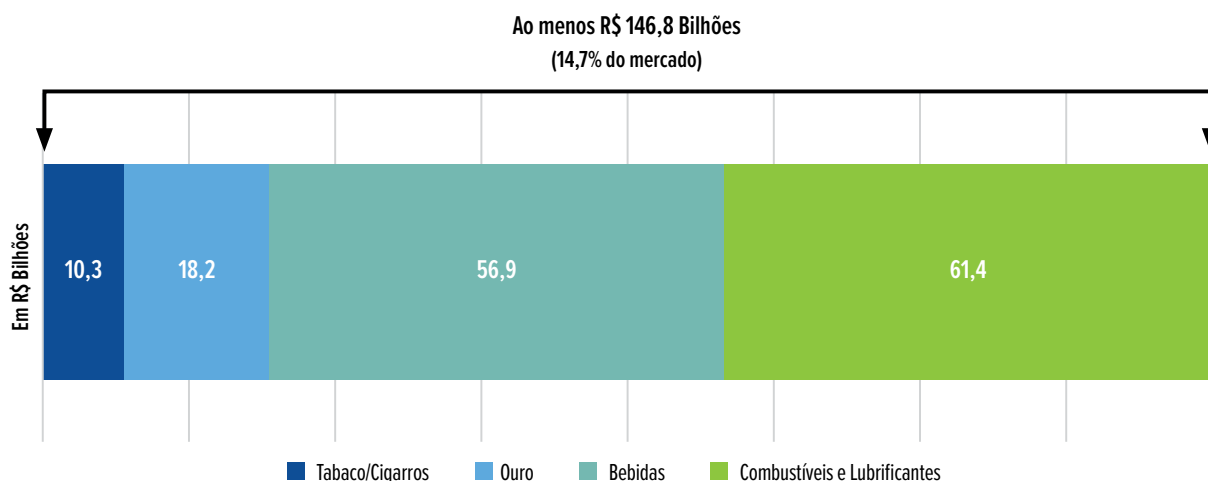
PRINCIPAIS ACHADOS

O estudo traz uma estimativa inédita sobre a receita do crime organizado a partir de 2022, que estaria na casa dos R\$146,8 bilhões de reais anuais, considerando os mercados de ouro, bebidas, combustíveis e lubrificantes, e o de tabaco/cigarros.

Entre esses quatro mercados, em primeiro lugar, em números absolutos, está o setor de combustíveis e lubrificantes, com um total estimado de R\$61,5 bilhões, representando 41,8% da receita do crime organizado (isto é, do total de R\$146,8 bilhões), considerando os quatro produtos aqui analisados. Em segundo lugar, o setor de bebidas, com R\$56,9 bi, representando o equivalente a 38,8% da receita estimada do crime organizado. Na sequência, o setor de extração e produção de ouro, com 12,4% da receita do crime organizado, equivalente a R\$18,2 bilhões. E finalmente, representando 7% da receita, o setor de tabaco/cigarros, com uma receita estimada de R\$10,3 bilhões¹.

1 O cálculo usado para se chegar a essas estimativas será explicitado ao longo do relatório.

GRÁFICO 1. Receita anual estimada do crime organizado, por produto explorado
Brasil, a partir de 2022



Fonte: Instituto Escolhas, 2022²; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024³; FBSP, 2024.

A título de comparação, o estudo também traz estimativas de receita do crime organizado com os crimes patrimoniais, especialmente a partir da tendência crescente de transição de crimes patrimoniais físicos para a modalidade híbrida, com forte presença de crimes virtuais. Essa mudança é facilitada pela alta incidência de furtos e golpes que têm como alvo celulares, os quais servem como porta de entrada para diversas atividades criminosas no ambiente digital.

Se a partir de 2022 a receita estimada anual do crime organizado nos mercados de combustíveis, bebidas, cigarros e ouro chegou a aproximadamente R\$146,8 bilhões, os crimes virtuais e os furtos de celulares geraram uma receita ainda maior, de R\$186 bilhões⁴ para o crime, de julho de 2023 a julho de 2024 (FBSP e Instituto DataFolha, 2024)⁵. Por fim, o estudo estima também a receita do crime organizado com o tráfico de cocaína, na casa dos R\$15 bilhões⁶.

2 INSTITUTO ESCOLHAS. **Raio X do Ouro**: mais de 200 toneladas podem ser ilegais. Instituto Escolhas, 2022

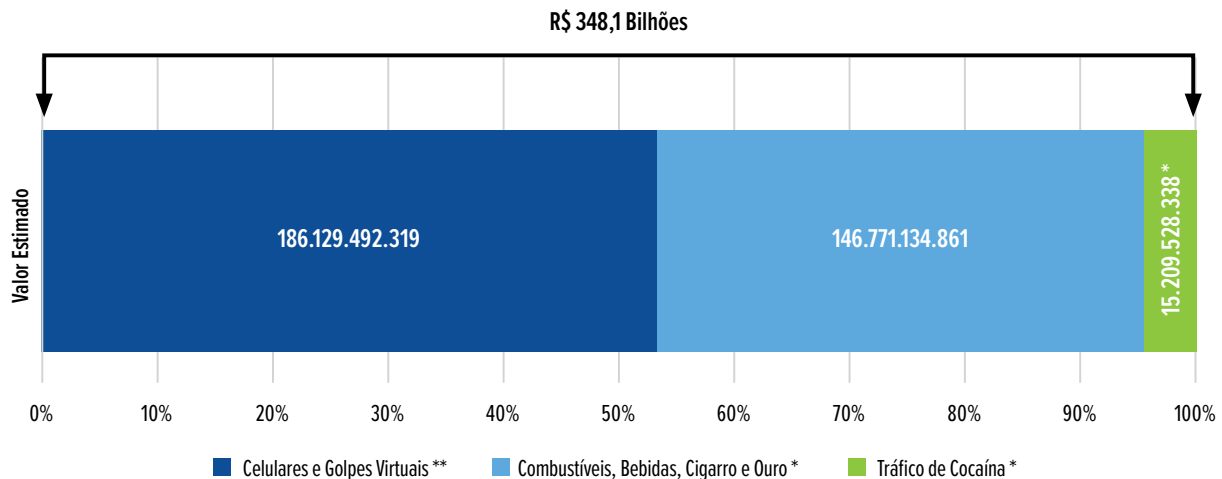
3 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa de vitimização e percepção sobre violência e segurança pública**. São Paulo: FBSP; Instituto DataFolha, 2024.

4 Este valor corresponde à soma do prejuízo estimado de cada uma das modalidades de crimes virtuais e roubos de celulares considerados na pesquisa de vitimização do FBSP e Instituto DataFolha (2024), calculados a partir do prejuízo médio de cada ocorrência, multiplicado pela população prevalente.

5 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa de vitimização e percepção sobre violência e segurança pública**. São Paulo: FBSP; Instituto DataFolha, 2024.

6 Essa é uma estimativa conservadora e foi calculada considerando: que a produção mundial de cocaína 100% pura (concentrada em Colômbia, Peru e Bolívia) em 2022 ficou no patamar de 2.757 toneladas; que delegados da PF ouvidos pela pesquisa estimam que aproximadamente 40% desse volume passaria pelo Brasil, seja em direção ao mercado nacional ou como hub logístico em direção a outros continentes; e que o preço médio do kg de cocaína no mercado brasileiro é de USD 2.643,26 em 2022, o que levaria à cifra de R\$15,2 bilhões em 2022 (World Drug Report/UDOC, 2024).

GRÁFICO 2. Receita estimada do crime organizado, por produtos selecionados
 Brasil, 2022* e 2023**



Fonte: Instituto Escolhas, 2022⁷; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), 2022; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024⁸; FBSP e Instituto DataFolha, 2024; World Drug Report/UDOC, 2024; FBSP, 2024.

MERCADOS ILEGAIS EM EXPANSÃO



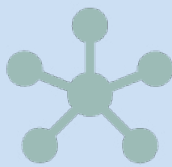
Cerca de 38% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 tem indícios de ilegalidade, movimentando **R\$ 40 bilhões com forte impacto** na Amazônia. A comercialização ilegal de combustíveis alcança 13 bilhões de litros anuais, com perdas fiscais de R\$ 23 bilhões. O mercado ilegal de tabaco representa 40% do consumo nacional, acumulando prejuízos fiscais de R\$ 94,4 bilhões nos últimos 11 anos. A falsificação e o contrabando de bebidas geraram perdas tributárias de R\$ 72 bilhões somente em 2022.

BAIXO CONTROLE E RASTREABILIDADE DE PRODUTOS



A ausência de controle e rastreamento facilita a entrada de produtos de alta circulação no mercado ilícito. Tecnologias como blockchain e análise isotópica oferecem soluções para rastrear mercadorias. A integração de informações tributárias, financeiras, de rastreamento de produtos e dados de segurança pública, aliada à inteligência financeira, é fundamental para alcançar a descapitalização das organizações criminosas. Essas ferramentas também fortalecem a fiscalização e combatem práticas ilícitas. Sua aplicação integrada pode desarticular esquemas criminosos e reduzir impactos econômicos e ambientais.

GOVERNANÇA INTERINSTITUCIONAL



A falta de integração de dados e informações sobre produção, rastreamento, tributação e segurança entre órgãos como Receita Federal, Polícia Federal e agências reguladoras prejudica o enfrentamento ao crime organizado. A ausência de protocolos de atuação conjunta e de planejamento integrado limita a capacidade de rastreabilidade de produtos e a coordenação de ações para desarticular redes criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro, evasão fiscal e controle territorial. Há necessidade de fortalecer iniciativas existentes, como operações multiagenciais e o intercâmbio de dados, além de implementar plataformas integradas e operações coordenadas, sob o controle público do Estado.

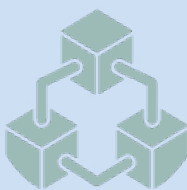
7 INSTITUTO ESCOLHAS. *Raio X do Ouro*: mais de 200 toneladas podem ser ilegais. Instituto Escolhas, 2022

8 FBSP; Esfera Brasil. *Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil*. São Paulo: FBSP e Esfera Brasil, 2024.



DOMÍNIO TERRITORIAL

Facções e milícias controlam territórios estratégicos explorando mercados ilícitos, como os de ouro, combustíveis, tabaco e bebidas. Esses grupos financiam suas operações ilegais enquanto consolidam domínio político e econômico local. Em áreas com baixo controle estatal, monopolizam serviços essenciais, como transporte e segurança, ampliando sua influência. A baixa presença do Estado Brasileiro em determinados territórios alimenta ciclos de violência, exclusão social e corrupção, dificultando a implementação de políticas públicas e de combate à economia do crime.



INTEGRAÇÃO ENTRE RASTREAMENTO E INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

Necessidade de incorporação de dados sobre controle de produção e rastreamento às iniciativas de inteligência financeira, como as conduzidas pelo COAF, para fortalecer a capacidade de mapear fluxos financeiros ilícitos e redes de comércio ilegal de produtos. Ferramentas tecnológicas como blockchain e marcação isotópica, aliadas a análises preditivas, podem conectar dados logísticos e financeiros, fortalecendo ações coordenadas para desmantelar essas redes criminosas.

PRODUTOS ABORDADOS

OURO

Cerca de 38% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 tem fortes indícios de ilegalidade, movimentando R\$ 40 bilhões e impactando áreas protegidas e terras indígenas. Os “narcogarimpos” conectam os garimpos ilegais ao tráfico de drogas e armas, compartilhando insumos como mercúrio, combustível e maquinário pesado. Operando em regiões remotas e com fiscalização limitada, esses grupos utilizam os lucros do ouro ilegal para financiar outras atividades ilícitas. A ampliação de iniciativas como o programa Ouro Alvo, liderado pela Polícia Federal, é essencial para rastrear a cadeia de valor, fortalecer a fiscalização e combater a ilegalidade no setor.

CIGARROS

40% do mercado de cigarros no Brasil é composto por produtos ilegais, gerando um prejuízo fiscal de R\$ 94,4 bilhões em 11 anos. Embora o sistema Scorpions tenha trazido avanços no controle de produção e rastreamento, ele precisa de melhorias para enfrentar a apropriação da cadeia de valor por facções como PCC e milícias, que controlam a distribuição em nível territorial. Esse domínio fortalece o crime organizado, fragiliza a arrecadação e exige maior integração entre os órgãos e agências de fiscalização, regulação, segurança, justiça e defesa nacional.

COMBUSTÍVEIS

As fraudes no setor geram perdas fiscais de até R\$ 23 bilhões anuais, com 13 bilhões de litros comercializados ilegalmente em 2022 – suficientes para abastecer toda a frota do Brasil por três semanas. Apesar de avanços como a monofasia tributária, o setor carece de um sistema nacional integrado de rastreamento, dificultando o combate à ilegalidade. Práticas como adulteração, contrabando, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro são amplamente utilizadas por organizações criminosas, exigindo uma resposta integrada do Estado e do setor produtivo para enfrentar os amplos impactos econômicos, sociais e ambientais dessas atividades ilícitas.

BEBIDAS

O desligamento do SICOBE ocasionou um apagão de dados consolidados sobre o mercado ilegal de bebidas, causando perdas tributárias estimadas em R\$ 72 bilhões em 2022. Entre 2019 e 2023, o volume de bebidas ilegais apreendido foi equivalente ao consumo durante o Carnaval do Rio de Janeiro, um dos maiores eventos do mundo. No mesmo ano, o mercado ilegal movimentou R\$ 56,9 bilhões, evidenciando altos índices de sonegação fiscal, contrabando e falsificação, com impactos graves na arrecadação e na segurança pública.

METODOLOGIA






O relatório combina dados secundários provenientes de fontes oficiais, instituições acadêmicas, representações setoriais, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e notícias da imprensa profissional, oferecendo uma visão ampla sobre os mercados ilícitos e sua relação com o crime organizado. Essas informações foram complementadas por entrevistas em profundidade realizadas com profissionais atuantes nos principais órgãos e instituições envolvidos na resposta ao crime organizado, garantindo uma análise diversificada, sem a necessidade de individualizar ou destacar entidades e interlocutores específicos, realizadas ao longo de 2024.

Para o cálculo da estimativa em si da receita do crime organizado em cada um dos quatro setores analisados, recorreu-se a fontes específicas para cada um dos produtos (como será especificado ao longo do relatório) que informassem um valor estimado das movimentações dos mercados legal e ilegal. Na sequência, dados oficiais do IBGE – especificamente advindos da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) - foram usados para acessar a receita operacional de cada um desses mercados. A partir disso, foi feita uma subtração entre a estimativa do mercado legal e ilegal, de um lado, e de outro, a receita operacional dos setores. Assim, chegou-se ao valor aproximado do que representaria a receita do crime organizado em cada um desses setores.





Apesar da variedade de dados utilizados, a elaboração deste documento enfrentou desafios significativos relacionados à escassez de conhecimento estruturado sobre as relações entre o crime organizado e produtos (i)lícitos, além da falta de iniciativas concretas de rastreamento de produtos, especialmente sob a coordenação do governo federal. Essa lacuna tornou as escolhas metodológicas do estudo desafiadoras, de modo que se fez necessário organizar e comparar dados produzidos para diferentes fins – tributários, fiscais, setoriais, econômicos, financeiros e de segurança pública e por diferentes fontes –, exigindo esforços para alinhar e integrar perspectivas diversas em um panorama coerente, com rigor técnico e científico.

OURO ILEGAL





Setor de Mineração no Brasil

-  R\$ 248,2 bilhões em faturamento em 2023
-  218 mil empregos diretos e 2.5 milhões de empregos indiretos em 2024
-  Exportações de US\$ 43 Bilhões, 32% do saldo comercial brasileiro
-  Previsão de investimentos de US\$ 64 Bilhões entre 2024 e 2028
-  O garimpo ocupa uma área maior que a mineração industrial no Brasil, com maioria das operações em terras indígenas e áreas protegidas

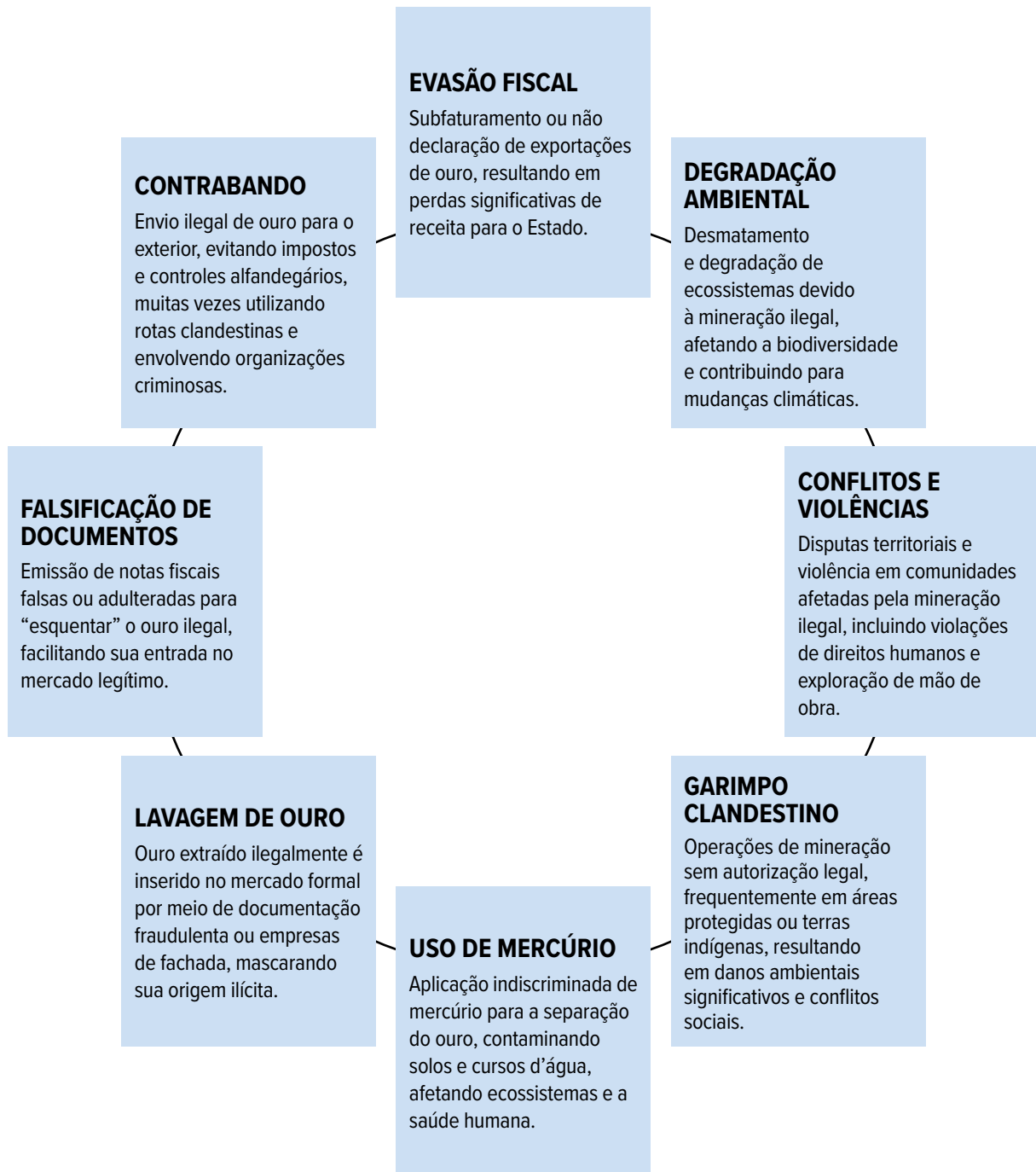
Ouro ilícito

-  Aproximadamente 40% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 apresenta indícios de ilegalidade, totalizando cerca de 229 toneladas com valor estimado em R\$ 40 bilhões.
-  Em 2020, cerca de 40% da exploração de ouro no país ocorreu de forma ilegal
-  A arrecadação da CFEM no Pará aumentou de R\$ 3,04 bilhões em 2018 para R\$ 7,02 bilhões em 2022, crescimento de 131%.
-  Entre 2018 e 2022, o Brasil importou cerca de 68,7 toneladas de mercúrio, refletindo a dimensão do uso dessa substância e seu impacto nas regiões mais vulneráveis.

Narcogarimpos

-  Garimpos ilegais na Amazônia têm intensificado a violência, desestabilizando comunidades e impactando até mesmo pequenas cidades na região
-  Presídios e o sistema carcerário desempenham um papel central nesse processo, funcionando como hubs de articulação e expansão das facções criminosas
-  Alianças de facções nacionais com organizações criminosas locais já envolvidas na exploração de recursos naturais
-  Disputas por novas rotas de tráfico de drogas, contrabando de armas e exploração de recursos ambientais envolvem uma cadeia ilícita de produtos, como mercúrio, maquinário, barcos, aviões e muitos outros

Ilícitos na Cadeia de Valor do Ouro



Operações da PF entre 2019 e 2023

- R\$ 27 bilhões em bens suspeitos
- 225 detenções
- 236 aeronaves apreendidas

Programa Ouro alvo INC-PF



Análise isotópica para identificar a origem geográfica do ouro apreendido



Diferencia ouro lícito e ilícito



Evidências científicas por meio de rastreamento para desarticular redes criminosas

COMBUSTÍVEIS

Setor de Combustíveis



Representa 13,1% do PIB industrial em 2021, gerando a arrecadação de R\$ 90 bilhões



110 mil empregos diretos



Em 2021, exportações de US\$ 26,4 bilhões e importações de US\$ 21,3 bilhões (saldo positivo de US\$ 5,1 bilhões)



Em 2023, 43.266 postos de gasolina em operação, sendo que 20.540 (47%) são de bandeira branca

Ilícitos no Setor de Combustíveis



O mercado ilegal de combustíveis no Brasil movimenta cerca de 13 bilhões de litros por ano, 8,7% do mercado total, representando três semanas de abastecimento para mais de 500 milhões de carros



Fraudes e sonegação ocasionaram perdas fiscais de R\$ 23 bilhões anuais. Apenas nos dois primeiros meses de 2023, já superaram R\$ 2,3 bilhões com projeção de R\$ 14 bilhões.






O mercado ilegal de combustíveis abastece garimpos, acirra o desmatamento e utiliza aviões no transporte de ouro ilegal, fomentando crimes ambientais vários






Organizações criminosas infiltram-se no setor de combustíveis, utilizando esquemas como adulteração, fraudes fiscais e empresas de fachada, ampliando fontes de receita e a lavagem de dinheiro



TABACO E CIGARROS

-  Em 2023, alcançou R\$ 10,6 bilhões, com 683.469 toneladas produzidas em 325.408 hectares
-  600 mil empregos diretos e indiretos
-  Em 2021, exportações para 105 países com faturamento de R\$ 7,8 bilhões, com principais destinos sendo a União Europeia (40%) e o Extremo Oriente (28%).

Mercado Ilícito de Tabaco



-  Em 2020, o mercado ilegal de cigarros resultou em uma perda fiscal estimada em R\$ 10,4 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).
-  Estudos de prevalência recentes mostram que os cigarros ilegais representam aproximadamente 40% do mercado
-  Facções, milícias e poderes paralelos controlam territórios e rotas estratégicas para o contrabando, combinando distribuição local e logística de grandes cargas internacionais, como cigarros paraguaios, em conexão com o tráfico de drogas e armas

Apreensão e Destruição de Cigarros








-  Em 2021, as apreensões somaram R\$ 1,36 bilhão, mas caíram para R\$ 815 milhões em 2022 e R\$ 860 milhões em 2023, refletindo eventual menor atuação fiscalizatória
-  Em 2022, a Receita Federal destruiu cerca de 180 milhões de maços de cigarros ilegais, o equivalente a 5.300 toneladas, representando aproximadamente R\$ 893 milhões em valor contábil

BEBIDAS


Setor de Bebidas

-  O setor movimentou R\$ 90 bilhões em 2021, gerando R\$ 10 bilhões em IPI
-  130 mil pessoas empregadas em 3.000 empresas




Mercado Ilícito de Bebidas

-  Em 2023, o mercado ilegal de bebidas movimentou R\$ 56,9 bilhões no Brasil, um aumento de 224% em comparação a 2017
-  A produção ilegal de bebidas, em especial de cervejas artesanais e outros tipos de destilados, teve um crescimento expressivo entre 2016 e 2022, aumentando de 20,5 milhões de litros para 48,1 milhões de litros (salto de 134,6%)
-  A atuação de organizações criminosas, que dominam a produção, distribuição e comercialização de bebidas ilícitas, resultou em sonegação fiscal estimada em R\$ 28,2 bilhões em 2023
-  A sonegação fiscal deu um salto de aproximadamente 193,4%. O volume de bebidas sonegadas em 2022 seria suficiente para abastecer quase 490 edições do Carnaval do Rio de Janeiro, onde se consome cerca de 10 milhões de litros de cerveja por ano
-  Facções e milícias estão diretamente envolvidas no mercado ilícito de bebidas, controlando rotas e distribuindo produtos contrabandeados ou falsificados
-  O mercado ilegal de bebidas financia atividades como tráfico de drogas e armas, ao mesmo tempo que monopoliza mercados locais em territórios vulneráveis com baixa presença do Estado
-  A falta de controle estatal, aliada à ausência de sistemas eficazes de controle de produção e rastreamento, facilita o domínio dessas organizações, ampliando seus lucros e reforçando sua influência econômica e política.

Apreensões de Bebidas

-  Queda contínua nas apreensões de bebidas alcoólicas entre 2021 e 2023, com valores caindo de R\$ 71,16 milhões para R\$ 63,97 milhões, representando uma redução de 10,1%. Em contraste, as apreensões de bebidas não alcoólicas, cresceram de forma expressiva, passando de R\$ 1 milhão em 2021 para R\$ 18,79 milhões em 2023, um aumento de aproximadamente 1.755%.

Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEBE)

-  Implementado pela Receita Federal em 2008, rastreava em tempo real a produção de bebidas, reduzindo sonegação e contrabando, e gerando um aumento de 40% na arrecadação do setor já no primeiro ano de operação, com R\$ 4,5 bilhões adicionais aos cofres públicos.
-  Consolidou o Brasil como o terceiro maior produtor mundial de bebidas, fortalecendo a economia e mitigando riscos à saúde pública associados ao consumo de produtos do mercado ilícito
-  Desde sua desativação em 2016, fraudes e sonegação dispararam, gerando perdas fiscais de R\$ 78 bilhões entre 2016 e 2022. A reativação do SICOBEBE pode recuperar R\$ 15 bilhões anuais e combater eficazmente o mercado ilícito, conforme estimativas do TCU e da Casa da Moeda.



Introdução

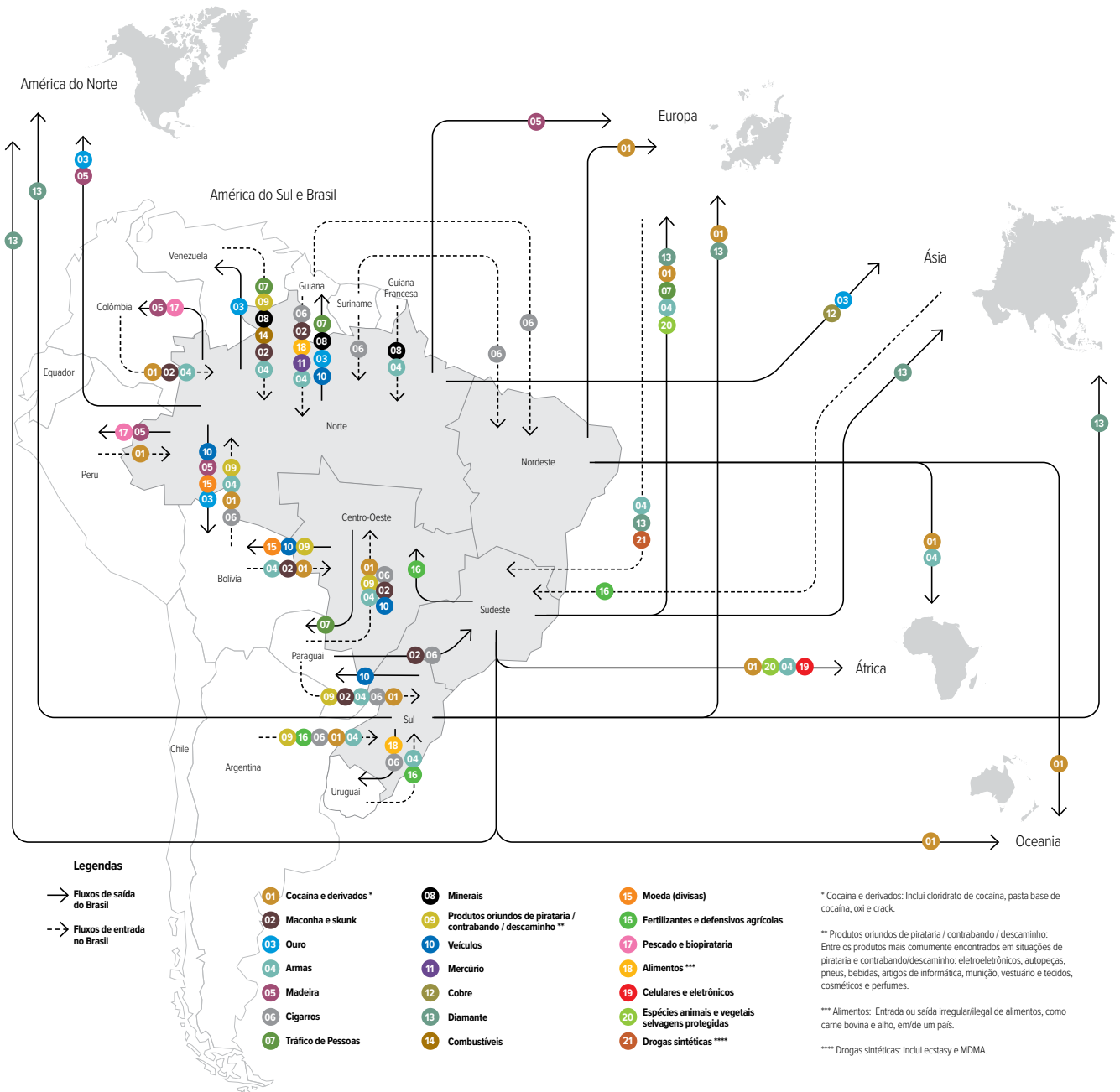
Este estudo busca lançar luz sobre o impacto do crime organizado no Brasil, abordando a importância do controle e do rastreamento da cadeia produtiva de bens e mercadorias como ferramentas eficazes para a descapitalização de organizações criminosas. No contexto de uma economia ilegal que cresce rapidamente, produtos como ouro de origem ilegal, combustíveis, tabaco e bebidas, entre muitos outros, surgem como alvos prioritários da ação de organizações criminosas, que exploram falhas no controle e fiscalização do Estado para multiplicar suas fontes de receita.

A escolha dos quatro produtos analisados no decorrer deste documento faz parte de uma estratégia mais ampla do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no sentido de mapear e produzir conhecimento aplicado sobre as dinâmicas das economias ilícitas e os impactos do crime organizado na sociedade brasileira. Nos últimos anos, o FBSP tem investido esforços em gerar dados, informações e evidências para subsidiar o enfrentamento dessas redes criminosas que, cada vez mais, sofisticam e diversificam suas operações em diferentes áreas da economia.

Em 2024, esse compromisso com o aprofundamento das pesquisas aplicadas e a construção de uma base sólida de dados se fortaleceu em um estudo desenvolvido em parceria com o Grupo Esfera, que apresentou um mapa⁹ das investidas do crime organizado em múltiplos setores econômicos, demonstrando como essas atividades ilícitas se entrelaçam e formam um ecossistema que ultrapassa o narcotráfico e o contrabando tradicionais.

Mostrando a diversidade regional do Brasil, este mapa traz uma visão integrada das áreas e produtos mais vulneráveis, ilustrando a necessidade de respostas coordenadas para proteger tanto a economia formal quanto a segurança pública do país:

MAPA 1. Principais fluxos ilícitos transfronteiriços internacionais



Fonte: FBSP, 2024.

Seguindo esse caminho, a elaboração deste documento teve como ponto de partida um workshop realizado durante o 18º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em agosto de 2024, em Recife/PE, reunindo cerca de 50 profissionais, incluindo policiais, membros do Ministério Público, Receita Federal, pesquisadores, especialistas, representantes de entidades setoriais e organizações da sociedade civil. Durante o evento, os participantes destacaram não apenas o avanço da economia paralela impulsionada pelo crime organizado transnacional, mas também as lacunas estruturais que permitem sua proliferação. As discussões abordaram a rastreabilidade de produtos e resultaram na identificação de questões-chave que orientaram investigações aprofundadas refletidas no presente documento.

Com base nessas contribuições, foram realizadas análises de literatura especializada, matérias jornalísticas, dados empíricos e entrevistas em profundidade com mais de uma dezena de profissionais da segurança pública.

blica, de instituições de controle, inteligência e regulação, além de lideranças setoriais. A escolha dos quatro produtos analisados neste documento reflete esse processo, destacando a magnitude do desafio enfrentado pelo Estado brasileiro para controlar essas práticas e fortalecer sua capacidade de gestão e governança. Este recorte não exclui a possibilidade de futuras análises e pesquisas envolvendo outros produtos apropriados pelo mercado ilícito, que, por ora, não foram contemplados devido ao foco metodológico deste estudo.

Organizações criminosas – como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV), milícias e outras facções que operam em diferentes estados e regiões do Brasil – vem ampliando suas atividades para consolidar sua presença em áreas estratégicas, como a Amazônia, zonas de fronteira e territórios urbanos com baixa presença estatal. Facções de base territorial frequentemente disputam mercados ilícitos, incluindo drogas, armas, cigarros, bebidas e combustíveis, entre muitos outros. Paralelamente, outros grupos criminosos se infiltram em instituições formais, como órgãos governamentais, legislativos, judiciários e empresas, utilizando estruturas legítimas para promover atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Quadrilhas infiltradas em estruturas institucionais garantem a “limpeza” dos lucros e influenciam decisões estratégicas nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses dois tipos de organizações — territoriais e institucionais — frequentemente colaboram, formando redes interdependentes¹⁰. Ambas as faces do crime organizado são semelhantes em termos de danos sociais e econômicos, pois perpetuam a corrupção e colocam obstáculos para o desenvolvimento humano sustentável do país.

Em geral, a resposta estatal ao crime organizado no Brasil tem falhado em reconhecer e abordar as interconexões e interdependências que sustentam essas atividades ilícitas. Este trabalho analisa a capacidade de governança e cooperação entre diferentes órgãos estatais responsáveis por enfrentar as dinâmicas da economia ilegal desses produtos. Apesar de algumas operações e mecanismos de rastreamento terem demonstrado eficácia pontual, permitindo ações mais precisas de instituições como a Receita Federal e a Polícia Federal, esses esforços ainda carecem de integração e continuidade. Frequentemente, ocorrem de forma isolada, sem uma estratégia coesa para descapitalizar, desarticular e desmantelar as organizações criminosas.

Diante do crescimento e infiltração do crime organizado nas cadeias produtivas, torna-se essencial uma resposta coordenada e multidimensional, que integre articulação interinstitucional e intercâmbio de dados e informações. Essa resposta deve envolver instituições-chave, como a Receita Federal (Ministério da Fazenda); Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional (Ministério da Justiça e Segurança Pública), em linha com as forças de segurança estaduais e municipais; Anvisa (Ministério da Saúde); além de agências reguladoras como Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Mineração (ANM). O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), com sua expertise em inteligência financeira, é fundamental para rastrear fluxos ilícitos associados às cadeias produtivas, fortalecendo a capacidade do Estado de enfrentar esses desafios de maneira integrada e eficaz.

A necessidade de uma articulação interinstitucional robusta é intensificada pela diversidade de estruturas e efetivos nas diversas forças de segurança e pelos desafios específicos de cada região, como a distribuição territorial desigual e a fragilidade institucional em algumas corporações¹¹. Esse mosaico de organiza-

10 PONTES, Jorge. **Crime.gov : quando corrupção e governo se misturam** / Jorge Pontes e Márcio Anselmo. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

11 O [Raio-X das forças de segurança pública no Brasil](#) (FBSP, 2024), publicado pelo FBSP em fevereiro de 2024, examina a estrutura institucional e operacional

ções demanda uma coordenação complexa para que se possa fazer frente à fragmentação de atores e virtual dispersão de energias institucionais geradas pela baixa integração sistêmica.

Embora a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), pela Lei Federal no 13.675/2018, tenha sido um avanço normativo para consolidar essa coordenação, a implementação prática ainda enfrenta desafios tático-operacionais e culturais que dificultam uma colaboração e cooperação interfederativa mais efetiva e assertiva, multiagencial, institucional e setorial, baseada em evidências, capaz de potencializar o enfrentamento ao crime organizado no país. Na mesma direção, a infiltração de organizações criminosas nas cadeias produtivas de ouro, tabaco, bebidas e cigarros impõem novas demandas para as forças de segurança no Brasil, exigindo que as polícias estaduais, municipais e federais adquiram capacidades técnicas específicas para lidar com crimes que vão além das competências tradicionais. A complexidade dessas cadeias produtivas, que frequentemente envolvem redes transnacionais e crimes ambientais, demanda não apenas capacidade investigativa, mas também a integração de conhecimentos técnicos sobre rastreamento, inteligência financeira e sistemas regulatórios.

FIGURA 1. Notícia de jornal “PF: crime movimentou R\$ 271 milhões em cigarros contrabandeados no país”



Fonte: O Globo, 2018.

Durante muito tempo, a presença e o fácil acesso a armas de fogo, associado ao tráfico de drogas em um ambiente de violência e exclusão¹², marcaram as dinâmicas de organizações criminosas no Brasil com

das instituições de segurança no contexto do federalismo brasileiro, definido pela Constituição Federal de 1988, que distribui responsabilidades entre as diferentes esferas de governo e especifica as competências de cada instituição: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Cíveis e Militares, Corpo de Bombeiros, Polícias Penais (Emenda Constitucional nº 104/2019), Perícia Técnica e Guardas Cíveis Municipais. O levantamento revela um sistema composto por cerca de 1.595 agências com poder de polícia, incluindo polícias estaduais e municipais, além de órgãos federais de fiscalização, como a Receita Federal e o Banco Central.

12 Zaluar, A. M. (2019). Nexos entre droga, violência e crime organizado. In: *Revista Brasileira de Sociologia*, 7(17), 55-76. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/475>. Acesso em: 26 nov. 2024.

forte poder político e bélico em territórios vulneráveis com baixa presença estatal. Gradativamente, esses grupos passaram a se orientar para novos mercados criminais caracterizados pela sua complexidade, sofisticação e rentabilidade¹³. Nesse contexto, produtos de alto valor econômico, tributação e grande circulação no mercado legal, como ouro, combustíveis, tabaco e bebidas, entre muitos outros, emergiram como novas fronteiras do crime organizado no Brasil. Ademais, as atividades ilícitas que envolvem alguns desses produtos, como sonegação fiscal, contrabando, descaminho e falsificação, estão sujeitas a penalizações mais brandas quando comparadas a crimes associados ao tráfico de drogas e armas¹⁴, o que pode ter influenciado a escolha estratégica de atividades ilícitas com menores riscos legais.

O cenário atual evidencia, portanto, uma crescente sofisticação e profissionalização dos mercados ilícitos no Brasil. Produtos estratégicos como ouro, combustíveis, tabaco e bebidas não são apenas fontes de geração de ativos financeiros, como também são comercializados e transacionados sem a necessidade de conversão em moeda corrente. As operações ilegais associadas a esses produtos frequentemente compartilham estruturas logísticas e insumos, como os utilizados em garimpos ilegais, facilitando e expandindo suas atividades. **Essa diversificação dos mercados ilícitos e modos de operação do crime organizado resulta em perdas bilionárias na arrecadação tributária. Como resultado, há um aprofundamento da corrupção sistêmica, alimentando estruturas de lavagem de dinheiro e ocultação de ativos que minam as bases econômicas e socioambientais do país. Além de impor sérios riscos à saúde e à segurança dos consumidores, a inserção de produtos estratégicos nos mercados ilícitos acaba por promover diversas formas de violência e crimes, inclusive ambientais, nos territórios afetados.**

O Rio de Janeiro fornece um exemplo claro de como o crime organizado foi gradativamente se apropriando de produtos na economia ilícita¹⁵, em um processo profundamente ligado à militarização da segurança pública na cidade. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), embora concebidas como estratégias para combater o crime organizado, não apenas falharam em atingir esse objetivo, como também contribuíram para a expansão dos mercados ilegais controlados por facções e milícias. Essas organizações criminosas, aproveitando-se da ausência ou fragilidade do Estado em diversas áreas, dominaram setores como combustíveis, cigarros, bebidas, gás e até serviços de transporte e proteção¹⁶.

A presença militar, longe de desestruturar esses mercados ilícitos, contribuiu para consolidar o poder dessas facções e milícias, que passaram gradativamente a fornecer produtos e serviços básicos à população, criando uma economia paralela que fortalece diretamente essas redes criminosas. Esse processo

13 Beato, C., & Zilli, L. F. (2012). A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27(80), 71-88. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/z8mZ7qB984whvnXpbn9hmD/?format=html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

14 Ilícitos penais como contrabando e descaminho possuem penas significativamente mais brandas em comparação ao tráfico de drogas e armas. O descaminho (art. 334 do Código Penal) é punido com reclusão de 1 a 4 anos, enquanto o contrabando (art. 334-A do Código Penal) prevê pena de 2 a 5 anos de reclusão. A sonegação fiscal, definida pela Lei nº 4.729/1965, estabelece pena de detenção de 6 meses a 2 anos, além de multa de duas a cinco vezes o valor do tributo sonegado. Já crimes mais graves, como o tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), possuem penas que variam de 5 a 15 anos de reclusão, e o tráfico internacional de armas (art. 18 da Lei 10.826/2003) pode alcançar até 12 anos de prisão. Essa disparidade na severidade das punições torna atividades ilícitas de menor penalidade, como contrabando, descaminho e sonegação fiscal, alternativas estratégicas para organizações criminosas, em razão do menor risco jurídico.

15 MISSE, M. (2007). *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*. In: **Estudos Avançados**, 21(61), 139-157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GMrCqzcCQRzJ97sLHyZPmF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2024.

16 "UOL Notícias. (2023). **Contrabando de cigarro rende R\$ 1,2 mi ao dia a milícias do RJ**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/26/com-r-12-mi-ao-dia-contrabando-de-cigarro-e-2-maior-renda-da-milicia-rj.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024. E **Band**. (2022). *Operação da PF mira comércio ilegal de cigarros, policiais, milícias e facções*. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/bora-brasil/ultimas/operacao-da-pf-mira-comercio-ilegal-de-cigarros-policiais-milicias-e-faccoes-16564761>. Acesso em: 26 nov. 2024.

foi intensificado pela crise econômica e a falência fiscal do Estado, que ampliaram a vulnerabilidade da população, obrigando-a a recorrer a esses mercados clandestinos para ter acesso a bens essenciais. A comercialização de produtos roubados e contrabandeados, como alimentos e bebidas, estabeleceu uma conexão entre as economias formal e informal, gerando uma “zona cinzenta” onde a legalidade se torna ambígua. Assim, a interdependência entre violência, controle territorial e a expansão de mercados ilícitos sustenta uma lógica de poder que perpetua o domínio das facções e milícias, transformando o cenário urbano em um espaço de “governança paralela” que desafia a capacidade do Estado de exercer controle efetivo e soberano sobre seu território¹⁷.

No campo da segurança pública, o controle de produção e o rastreamento de produtos surge como uma ferramenta inovadora para apoiar o dismantelamento de organizações e redes criminosas, enfraquecendo suas bases de financiamento e capacidade de influência nas estruturas de Estado. **Para além dos fins tributários e fiscais, tecnologias de rastreamento podem ser aplicadas para acompanhar o ciclo de vida e a cadeia de valor de produtos estratégicos, desde a sua produção até o consumo final, oferecendo subsídios informacionais para o enfrentamento ao crime organizado no país, seja para atividades de inteligência, planejamento de operações e/ou investigações. Desde que devidamente implementadas e reguladas, tais ferramentas podem oferecer às autoridades públicas, notadamente às do campo da segurança pública, informações para identificar pontos críticos de infiltração do crime organizado na economia formal.**

Por fim, este documento ressalta a importância de produzir conhecimento aplicado sobre os impactos do crime organizado em setores estratégicos da economia nacional, como bebidas, combustíveis, tabaco e ouro. A baixa disponibilidade de dados confiáveis sobre o uso desses produtos como fontes de receita de atividades ilícitas demonstra a urgência de novas pesquisas aplicadas, da inovação na produção de conhecimento e de novos arranjos de governança. **Nesse sentido, o governo federal desempenha um papel central e intransferível na coordenação dessas iniciativas, inclusive no contexto da implementação do SUSP, assumindo a liderança na harmonização de informações e na disseminação de dados confiáveis sobre a produção e o rastreamento de produtos para as diversas instituições encarregadas de responder ao problema, criando canais seguros e eficazes de compartilhamento.**

Em paralelo, é imprescindível envolver o setor privado na construção de soluções, promovendo uma cultura de ética e conformidade entre empresas desses setores estratégicos. Isso inclui a conscientização sobre os impactos do crime organizado, a disponibilização de informações comparáveis sobre ilícitos e o investimento em tecnologias inovadoras para o monitoramento de produtos. Ao articular esses esforços, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública espera colaborar para a promoção de um debate qualificado sobre políticas públicas baseadas em evidências, que utilizem tecnologia e inovação para mitigar os impactos econômicos, fiscais, sociais, ambientais e de segurança pública do crime organizado no Brasil.



17 Hirata, D. V. (2023). *Guerra urbana e expansão de mercados no Rio de Janeiro*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), e3811003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3811003/2023>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Produtos (I)lícitos no Brasil

O crime organizado no Brasil tem expandido suas operações para setores da economia formal e lícita, explorando brechas institucionais e regulatórias para lavar dinheiro e ocultar ganhos ilícitos. Organizações criminosas têm concentrado suas operações não apenas em mercadorias ilegais, mas também em mercados regulados. Um exemplo concreto são as investigações recentes que revelaram fortes indícios de conexão entre empresas de transporte público de São Paulo e o PCC. De acordo com a apuração, empresas do setor têm sido utilizadas para lavar dinheiro proveniente de atividades ilícitas como tráfico de drogas e extorsão. Com um faturamento anual estimado em R\$ 6,7 bilhões¹⁸, o PCC estaria explorando o sistema de transporte público para legitimar seus ganhos ilegais¹⁹.

Embora não existam dados e informações confiáveis para compreender plenamente o problema, a ampla cobertura dos meios de comunicação sobre o avanço das organizações criminosas em setores estratégicos da economia brasileira evidencia a necessidade da produção de conhecimento e evidências para monitoramento e análise de ameaças e riscos. Isso inclui a criação ou aprimoramento de sistemas de controle de produção, rastreamento de produtos e inteligência financeira, essenciais para a construção de uma governança integrada que abranja a fiscalização tributária, a saúde pública e a segurança pública, entre muitas outras pastas governamentais.

Para tanto, é necessário investir em conhecimento aplicado, produção, sistematização e análise de dados confiáveis, uma vez que as informações disponíveis são fragmentadas e variam conforme os interesses das instituições públicas e privadas envolvidas, dificultando a construção de uma visão mais sistêmica, coordenada e inteligente. A par disso, as estimativas sobre o impacto financeiro do uso desses produtos pelo crime organizado variam amplamente devido às diferentes metodologias e fontes utilizadas. A falta de padronização na coleta e análise de dados reduz a validade comparativa das estimativas e prejudica uma avaliação precisa do poder econômico das diversas faces do crime organizado.

Apesar das limitações, os dados e informações disponíveis são preocupantes. O garimpo ilegal no Brasil representa uma significativa fonte de lucro na economia subterrânea. Estudos indicam que aproximada-

18 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Esfera Brasil.** Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/fcb7e2a1-8f36-487e-9f90-8ecf4d294747>. Acesso em: 26 nov. 2024.

19 **Fantástico.** (2024). Investigação liga empresas de transporte público de São Paulo ao crime organizado. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/04/14/investigacao-liqa-empresas-de-transporte-publico-de-sao-paulo-ao-crime-organizado.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

mente 46,9% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 possui indícios de ilegalidade, totalizando cerca de 229 toneladas no período. Considerando o preço médio do ouro nesse intervalo, estima-se que o valor desse ouro ilegal seja de aproximadamente R\$ 40 bilhões²⁰. O mercado ilegal de bebidas também demonstra números alarmantes, tendo causado prejuízo de R\$ 72 bilhões aos cofres públicos em 2022, ficando atrás apenas do setor de vestuário com R\$ 84 bilhões²¹. Entre 2018 e 2021, houve um aumento de 171,43% de apreensões, resultando no recolhimento de 326.882 garrafas de 750 ml contrabandeadas ou falsificadas em 2021. No setor de combustíveis, estima-se que o fim das irregularidades permitiria um retorno de 13 bilhões de litros por ano ao mercado formal, representando aproximadamente 8,7% do mercado total, segundo dados da ANP em 2023. O contrabando de cigarros, por sua vez, capturou cerca de 40% do mercado legal em 2022, isto é, 2 em cada 5 maços de cigarro consumidos no país foram contrabandeados. Nos últimos onze anos, apenas o contrabando de cigarros causou um prejuízo fiscal estimado em R\$ 94,4 bilhões em impostos²². Esse valor supera a receita total anual de Estados como Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná²³, atestando o impacto econômico e social dessa atividade ilegal, que poderia estar financiando variados serviços públicos essenciais, se devidamente tributada.

Essa diversidade de atividades ilícitas e o expressivo volume econômico movimentado integram um sofisticado ecossistema criminal transnacional, composto por redes interconectadas que envolvem fornecedores de insumos, agentes estatais corruptos, operadores financeiros especializados em lavagem de dinheiro, organizações logísticas e mercados consumidores globais. Esses produtos, em conjunto com os fluxos financeiros ilícitos, compõem parte importante do capital operacional das organizações criminosas, potencializando seu poderio econômico e dinamizando seu controle sobre estruturas e instituições públicas. O comércio ilícito de diferentes tipos de produtos configura-se como um mercado complexo, no qual diferentes modalidades de atuação, dinâmicas e *modus operandi* por parte das organizações criminosas precisam ser identificadas, mapeadas e controladas.

A seguir serão exploradas dimensões específicas de produtos estratégicos como ouro, combustíveis, cigarros e bebidas, abordando sua relevância econômica para o país, os principais ilícitos que afetam essas cadeias produtivas e a resposta estatal a esses desafios, destacando conquistas e obstáculos à efetividade de políticas públicas. Em cada seção também serão apresentadas iniciativas e esforços do setor privado no enfrentamento ao crime organizado.

20 Para chegar à estimativa financeira, considerou-se o preço médio do ouro durante o período analisado. Entre 2015 e 2020, o preço internacional do ouro flutuou entre US\$ 1.200 e US\$ 2.000 por onça troy (aproximadamente 31,1 gramas). Aplicando a média desses valores e convertendo para reais com a taxa de câmbio vigente no período, o valor das 229 toneladas de ouro ilegal foi estimado em R\$ 40 bilhões. <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Ouro-200-toneladas.pdf>

21 Amaral, R. L.; Barros, R. C.; Nobre, G. P. (2023). Crescimento do mercado ilegal de bebidas alcoólicas. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/crescimento-do-mercado-ilegal-de-bebidas-alcoolicas>. Acesso em: 26 nov. 2024.

22 Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Esfera Brasil. Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/fcb7e2a1-8f36-487e-9190-8ecf4d294747>. Acesso em: 26 nov. 2024.

23 De acordo com o IBGE, os valores de receita total dos estados citados em 2022 foi: Bahia (R\$ 63 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 73,2 bilhões) e Paraná (R\$ 85,6 bilhões).

1.1. OURO

A mineração é um dos pilares da economia brasileira, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) e a geração de empregos formais. Em 2023, o setor registrou um faturamento de R\$ 248,2 bilhões, excluindo petróleo e gás, representando uma parcela considerável da economia nacional²⁴.

Esse setor gerou mais de 218 mil empregos diretos no primeiro semestre de 2024²⁵ e mobiliza uma cadeia produtiva que alcança cerca de 2,5 milhões de empregos indiretos. As exportações minerais também são expressivas, alcançando quase US\$ 43 bilhões em 2023 e representando cerca de 32% do saldo comercial brasileiro²⁶. Além disso, a previsão de investimentos no setor mineral no Brasil entre 2024 e 2028 é de US\$ 64,5 bilhões, refletindo o potencial de crescimento e a importância do setor para a economia nacional.

No país, em especial na Amazônia, o setor apresenta um papel econômico significativo, mas enfrenta graves desafios relacionados ao controle de atividades ilegais e à proteção ambiental. Entre 2019 e 2020 houve uma expansão de 1.180 hectares em áreas destinadas ao garimpo, sendo que 45% dessa expansão ocorreu em locais não autorizados, incluindo Terras Indígenas e Unidades de Conservação, onde a mineração é proibida. Em 2019, cerca de 7,5% da produção nacional de ouro, equivalente a 6.982,91 kg, foi considerada irregular, extraída de áreas sem evidência de exploração legal. Grande parte desse ouro ilegal entra no mercado formal por meio de práticas de “lavagem”, com a utilização de documentos falsos que indicam uma origem legal, o que facilita sua comercialização e perpetua os impactos socioambientais negativos dessa cadeia produtiva²⁷.

A produção de ouro no Brasil, particularmente na Amazônia, representa uma importante fonte de receita, mas também coloca desafios críticos para a governança da segurança pública, fiscalização, regulação administrativa e financeira e sustentabilidade ambiental. Nos últimos anos, a mineração ilegal de ouro tem se expandido de forma alarmante. Em 2020, cerca de 40% da exploração de ouro no país ocorreu de forma ilegal²⁸. Essa atividade está frequentemente associada ao crime organizado e tem características semelhantes ao tráfico de drogas, a partir da aceleração da violação dos direitos das comunidades locais e do agravamento da degradação ambiental.

Entre 2015 e 2020, o Brasil produziu aproximadamente 611 toneladas de ouro, com 229 toneladas apresentando indícios de ilegalidade, o que representa cerca de 38% da produção nacional no período²⁹. Destaca-se ainda que 54% desse ouro suspeito de ilegalidade foi extraído da Amazônia com impacto significativo nas áreas de floresta tropical.

24 **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).** (2024). Mineração em Números 2023. Disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2024/02/mineracao-em-numero-2023.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

25 **Portal da Mineração.** (2024). Desafios e oportunidades na mineração: um panorama para quem deseja trabalhar no setor. Disponível em: <https://portaldamineracao.com.br/desafios-e-oportunidades-na-mineracao-um-panorama-para-quem-deseja-trabalhar-no-setor/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

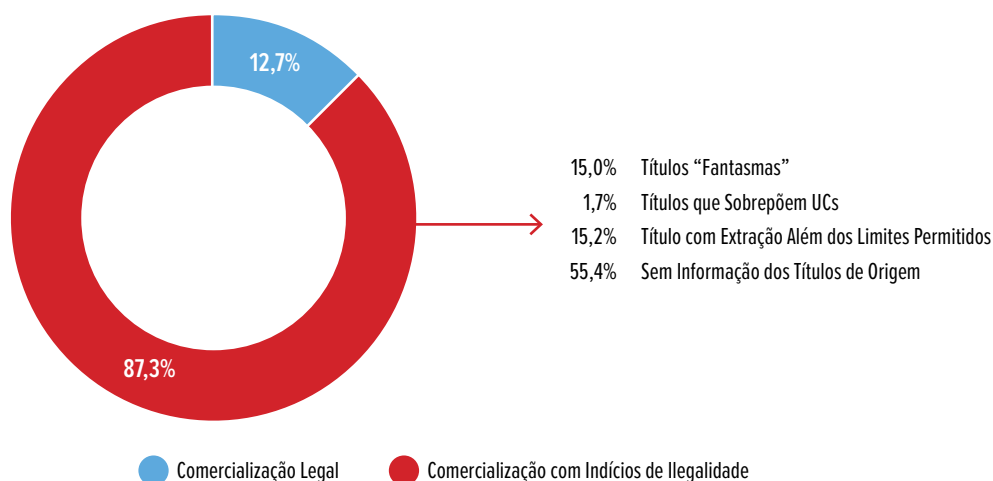
26 **Revista Mineração.** (2024). Setor mineral brasileiro fatura R\$ 248,2 bilhões em 2023. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2024/01/31/faturamento-setor-mineral-brasileiro-2023/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

27 **Manzoli, B.; Rajão, R.** (2021). Ilegalidade na cadeia do ouro: uma análise da produção e exportação de ouro no Brasil. Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (LAGESA). Disponível em: http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzoli_Rajao_21_Ilegalidade%20cadeia%20do%20ouro.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

28 **Instituto Socioambiental (ISA).** (2020). Mineração e Terras Indígenas. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/204985>. Acesso em: 26 nov. 2024.

29 **Instituto Escolhas.** (2024). O que não lhe contam sobre o ouro. Disponível em: <https://oquenaolhecontam.escolhas.org/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GRÁFICO 3. Comercialização de Ouro pelas DTVMs Analisadas (2015-2020) (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Escolhas.

Um volume expressivo de ouro ilegal é introduzido no mercado formal por meio de práticas de “lavagem” e do uso de intermediários financeiros, como Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), que compram ouro de origem duvidosa sem verificações adequadas³⁰. No âmbito da segurança pública, o número de operações de repressão dessas atividades ilegais na Amazônia Legal cresceu cerca de 426% entre 2018 e 2022. O objetivo seria aumentar a dimensão de controle sobre a produção de ouro, tendo em vista que parte da produção ilegal é inserida no mercado formal³¹.

A mineração ilegal de ouro cresce de forma alarmante na Amazônia, especialmente em Estados como Pará e Roraima. Entre 2018 e 2022, o Pará registrou um aumento de 406,7% na arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)³², refletindo o aumento da exploração desse minério, em parte associado à comercialização de ouro de origem suspeita. Estima-se que a área ocupada pelos garimpos ilegais na Amazônia já ultrapasse a da mineração industrial em todo o país.

O crescimento do garimpo ilegal tem gerado impactos profundos, especialmente em terras indígenas, onde as consequências ultrapassam a devastação ambiental e comprometem a saúde e o bem-estar das comunidades ribeirinhas e indígenas. Essas populações enfrentam a contaminação de suas terras e águas por substâncias tóxicas, como o mercúrio, amplamente utilizado na separação do ouro. Esse cenário afeta gravemente a saúde das pessoas, provocando danos de longo prazo nos ecossistemas locais. O Instituto Escolhas estima que, entre 2018 e 2022, o Brasil importou cerca de 68,7 toneladas de mercúrio, refletindo a dimensão do uso dessa substância e seu impacto nas regiões mais vulneráveis³³.

30 **Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc).** (2024). *Tráfico de drogas na Amazônia e efeitos no meio ambiente: uma análise exploratória – resultados preliminares*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Disponível em: <https://cdesc.org.br/wp-content/uploads/2024/06/boletim-trafico-amazonia-v3.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024

31 **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.** *A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/7b85f2fa-b582-41a7-b88b-d64108c00b50/content>. Acesso em: 26 nov. 2024.

32 **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.** *Cartografias da violência na Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/

33 **Instituto Escolhas.** *O que não lhe contam sobre o ouro*. Disponível em: <https://oquenaolhecontam.escolhas.org/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Crime Organizado e Ouro Ilícito

O vínculo da extração de ouro com o crime organizado é significativo e se dá principalmente por meio da lavagem de dinheiro, evasão fiscal e do controle ilegal de áreas de mineração. O ouro, devido ao seu alto valor e facilidade de transporte, torna-se uma mercadoria atraente para o crime organizado, que utiliza sua venda para gerar lucros e lavar dinheiro proveniente de outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas e a corrupção³⁴. Esse processo é facilitado pelo uso de documentos fraudulentos para ocultar a origem do ouro, permitindo sua entrada no mercado legal por meio da exportação para outros países. Além disso, grupos criminosos frequentemente controlam o acesso a minas ilegais, extorquindo mineiros ou controlando operações inteiras de mineração, muitas vezes localizadas em terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral, reservas extrativistas e áreas sem outorga da Agência Nacional de Mineração (ANM)³⁵. Nesse processo, estão envolvidos muitos outros produtos e insumos imprescindíveis para a mineração ilegal, entre eles mercúrio, maquinário, combustíveis, geradores, *links* de Internet, armas, entre muitos outros.

Assim como o tráfico de drogas, a mineração ilegal depende de redes organizadas que incluem desde mineradores até transportadores e redes de lavagem de dinheiro. Ambas as atividades alimentam conflitos e violência nas regiões de origem. O controle de territórios ricos em minerais e rotas de tráfico é disputado por grupos armados e milícias, que atuam em redes de contrabando transfronteiriças. A exploração descontrolada provoca, além da destruição ambiental, a desestruturação social, uma vez que os recursos gerados não retornam às comunidades, sendo canalizados para e pelas redes criminosas³⁶.

O mapa³⁷ destaca os Estados de Roraima, Pará, Rondônia e Minas Gerais como focos de apreensões de minérios ilegais no Brasil entre 2019 e 2024. Enquanto os Estados do Norte (RR, PA e RO) refletem a alta vulnerabilidade à mineração ilegal em áreas remotas da Amazônia, muitas vezes associada ao crime organizado e ao “narcogarimpo”, Minas Gerais representa um ponto fora do eixo amazônico, sugerindo que a mineração ilegal também atinge regiões com exploração tradicional e regulamentada.

34 **Gómez, L.** (2021). *O rastro de destruição do mercado ilegal de ouro brasileiro*. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-08/o-rastro-de-destruicao-do-mercado-ilegal-de-ouro-brasileiro.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

35 **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)**. (2023). *O ouro que dá em árvores: estudo sobre a cadeia de produção do ouro na Região da Bacia do Rio Tapajós-PA – com foco no regime de permissão de lavra garimpeira*. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_crime/Publicacoes/2023/Relatorio_O_ouro_que_da_em_arvores.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

36 **Potter, H.** (2023). *Tráfico e garimpo ilegal compartilham aviões e pilotos para lavar dinheiro na Amazônia*. *Repórter Brasil*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/trafico-e-garimpo-ilegal-compartilham-avioes-e-pilotos-para-lavar-dinheiro-na-amazonia/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

37 *A elaboração dos mapas seguiu uma metodologia de coleta e organização de dados. Primeiramente, as notícias sobre apreensões e mercados ilegais publicadas entre 2019 e 2024 (em meio digital) foram catalogadas em uma planilha estruturada com as seguintes informações: produto, manchete, dado quantitativo principal e referências geográficas (Unidade Federativa e município). Para casos envolvendo múltiplas operações de busca e apreensão em diferentes localidades, cada ocorrência foi registrada separadamente. A visualização cartográfica foi então gerada com base na frequência de ocorrências por estado, permitindo filtros por tipo de produto apreendido. Esta abordagem possibilitou a identificação de diferentes pontos focais de atividade criminal no território nacional. É importante observar que não houve um filtro específico de veículos de comunicação, mas a maioria das informações foi noticiada por grandes veículos de imprensa, como é possível observar no acesso ao banco de dados.*

MAPA 2. Mapa dos casos de apreensão de minérios ilegais noticiados Brasil, 2019-2024



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Escolhas.

Nesse sentido, o relatório **Cartografias da Violência na Amazônia**³⁸, elaborado pelo FBSP, examina a complexa interseção entre garimpo ilegal e o narcotráfico, destacando como a mineração ilegal de ouro, chamada “narcogarimpo”, foi incorporada ao mercado do crime também operado pelas facções criminosas, especialmente na Amazônia Legal. Nesse contexto, são usados laranjas e empresas de fachada para adquirir e comercializar fazendas, gado, áreas de garimpo e maquinário de extração. O crime organizado tem intensificado sua presença nos territórios de extração, utilizando os lucros do ouro para financiar outras atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas. A atuação dessas organizações criminosas agrava a violência e a criminalidade nas comunidades locais, gerando uma pressão adicional sobre os órgãos de defesa, segurança, fiscalização e proteção ambiental³⁹.

Em 2023, a Repórter Brasil seguiu o rastro de dez operações da PF deflagradas nos últimos cinco anos (2019-2023) e mergulhou em mais de 17 mil páginas de documentos em que a PF encontrou um total de R\$ 27 bilhões em bens e negócios suspeitos, tendo prendido 225 pessoas e apreendido 236 aeronaves⁴⁰. Traficantes, garimpeiros e empresários envolvidos com os chamados “narcogarimpos” usavam tais equipamentos da exploração de ouro para lavar o dinheiro do tráfico de drogas. A fragilidade da fiscalização na região facilita o controle por facções como o PCC e o CV, que utilizam o garimpo não apenas para a venda de drogas aos trabalhadores, bem como para lavagem de dinheiro e suporte logístico ao tráfico de entorpecentes⁴¹. Essas facções aproveitam a infraestrutura dos garimpos, como pistas de pouso clandestinas, para movimentação e abastecimento de aeronaves carregadas de drogas.

38 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** (2023). *Cartografias da violência na Amazônia* (2ª ed.). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

39 **Instituto Socioambiental (ISA).** (s.d.). *Boletim do Ouro*. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/o1d00141.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

40 **POTTER, Hyury.** *Tráfico e garimpo ilegal compartilham aviões e pilotos para lavar dinheiro na Amazônia*. Repórter Brasil, 18 set. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/trafico-e-garimpo-ilegal-compartilham-avioes-e-pilotos-para-lavar-dinheiro-na-amazonia/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

41 **Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc).** (2023). *Tráfico de drogas na Amazônia: achados iniciais*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Disponível em: https://cdesc.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Boletim_Amazonia_BR_WEB.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

O ouro ilegalmente extraído é muitas vezes “esquentado” e incorporado ao mercado formal, reforçando financeiramente as redes criminosas e criando um ciclo de violência e exploração nas áreas de garimpagem. Metade do ouro exportado na América do Sul tem origem desconhecida. Entre 2013 e 2023, cerca de três mil toneladas de ouro exportadas por Brasil, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela não têm origem conhecida, indicando um aumento da mineração ilegal⁴². **A convergência estratégica entre a mineração ilegal e o tráfico de drogas na Amazônia cria um cenário de grave impacto que transcende a exploração de recursos naturais, atingindo diretamente a segurança pública e a ordem social da região.**

Como resposta a esses desafios, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) lançou, em junho de 2023, a “Estratégia Nacional para Mitigação e Reparação dos Impactos do Tráfico de Drogas sobre Territórios e Populações Indígenas”⁴³, que visa fortalecer a segurança e apoiar as comunidades indígenas afetadas pelo crime organizado, promovendo ações de proteção territorial e apoio social para preservar a integridade cultural e ambiental desses povos na Amazônia. Essas novas dinâmicas afetam profundamente as comunidades locais, expondo-as à violência armada, exploração sexual e condições de trabalho análogas à escravidão, sobretudo em áreas conhecidas como “corrutelas”, que são pontos que servem como centros de comércio e serviços destinados aos garimpeiros, polos de atividades ilícitas voltadas a produtos como ouro, cigarros, bebidas e combustíveis, entre outros.

Como resultado, a Amazônia consolida-se cada vez mais enquanto um território estratégico para o crime transnacional. Facções como CV e o PCC, oriundas da região Sudeste, avançam para o Norte do país, especialmente para a Amazônia, gerando mudanças profundas na economia ilícita regional. Muitas vezes, esses grupos estabelecem alianças com organizações criminosas locais já envolvidas na exploração de recursos naturais, como o garimpo ilegal de ouro, a grilagem de terra e o desmatamento, acirrando a violência das atividades criminosas na região, a partir do surgimento de novas rotas de tráfico de drogas, contrabando de armas e exploração de recursos ambientais⁴⁴.

Os presídios e o sistema carcerário desempenham um papel central nesse processo, funcionando como *hubs* de articulação e expansão das facções⁴⁵. Na Amazônia, essa dinâmica é ainda mais evidente. A ausência do Estado e as condições precárias das penitenciárias contribuem para que lideranças criminosas mantenham o controle operacional e recrutem novos membros. **As prisões não apenas reforçam o poder das facções, servem também como plataformas de coordenação para ações que intensificam a violência e o domínio territorial na região em um processo de interiorização crescente**⁴⁶.

O ouro está interligado a outros produtos como combustíveis, mercúrio, máquinas pesadas, barcos e

42 **Repórter Brasil.** (2024). Metade do ouro exportado por países da América do Sul tem origem desconhecida. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/metade-ouro-exportado-america-do-sul-origem-desconhecida/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

43 **Ministério da Justiça e Segurança Pública.** (2023). Estratégia Nacional Povos Indígenas na Política sobre Drogas. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais/estrategia-nacional-povos-indigenas-na-politica-sobre-drogas/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

44 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** (2023). Cartografias da violência na Amazônia (2ª ed.). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

45 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Mãe Crioula.** (2024). Sistema prisional e estruturação das facções criminosas na Amazônia. Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/sistema-prisional-e-estruturacao-das-faccoes-criminosas-na-amazonia/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

46 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Mãe Crioula.** (2024). A interiorização das facções criminosas na Amazônia. Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-interiorizacao-das-faccoes-criminosas-na-amazonia/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

drogas, que são essenciais para sustentar operações em áreas remotas. O comércio de produtos contrabandeados, como cigarros e bebidas, também atrai facções criminosas, que veem nesses mercados uma oportunidade de aumentar suas receitas e consolidar seu controle territorial. Essa expansão de atividades ilegais resulta em disputas territoriais violentas, impactando a segurança pública e elevando as taxas de homicídios e outros crimes graves na região amazônica. Além disso, a mineração ilegal de ouro faz parte de um sistema de lavagem de dinheiro que utiliza a venda de mercadorias no mercado formal para ocultar lucros ilícitos provenientes de uma vasta rede de atividades criminosas, com diferentes produtos servindo como fontes de financiamento para essas organizações e como parte essencial da sustentabilidade econômica de cidades e regiões.

Resposta aos Ilícitos associados ao Ouro

Do ponto de vista institucional, o Brasil possui uma estrutura complexa de fiscalização e controle da mineração em função do modelo federativo. O setor de mineração de ouro é regulado pelo Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967) e pela Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Essas leis buscam disciplinar a exploração mineral e punir práticas que prejudicam o meio ambiente. Além disso, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) protege áreas sensíveis, como a Amazônia, restringindo a exploração em territórios de preservação ambiental.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) é a responsável pela emissão de licenças e pela supervisão das operações de mineração, mas enfrenta grandes limitações em termos de recursos e alcance, principalmente na vasta e remota região amazônica. Em paralelo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) atua com apoio da Polícia Federal, das Forças Armadas e da ABIN em operações para conter o desmatamento e outras infrações ambientais, no entanto a eficácia dessas

operações é prejudicada pela violência crescente nessas áreas em função do envolvimento direto do crime organizado.

A Polícia Federal (PF), por sua vez, combate os crimes ambientais e o comércio ilegal de ouro na Amazônia através de programas estruturados como o Plano AMAS (Amazônia, Segurança e Soberania)⁴⁷ e o Projeto Ouro Alvo⁴⁸. A nova Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente (DAMAS) da PF coordena o Plano AMAS, buscando integrar esforços de segurança pública com órgãos estaduais e internacionais com

O **Projeto Ouro Alvo**, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Criminalística da PF, usa técnicas de análise isotópica para rastrear a origem do ouro apreendido. A isotopia permite que a PF identifique a procedência geográfica do ouro, diferenciando entre operações de garimpo legal e ilegal. Essa tecnologia de rastreamento é especialmente eficaz para combater o comércio ilegal de ouro, que financia outras atividades criminosas e provoca danos ambientais e sociais. Com essas iniciativas, a Polícia Federal busca desarticular as redes criminosas que exploram recursos naturais ilegalmente, promovendo uma governança da segurança pública mais robusta e efetiva na Amazônia.

47 **Fundo Amazônia.** (s.d.). Planos Amas – Amazônia: Segurança e Soberania. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Planos-Amas-Amazonia-Seguranca-e-Soberania/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

48 **Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF).** (2023). Edição nº 52 – Programa Ouro Alvo. Disponível em: <https://apcf.org.br/revistas/edicao-no-52-programa-ouro-alvo/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

foco no enfrentamento aos crimes ambientais em geral e do garimpo ilegal, em particular. O Plano inclui o estabelecimento do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia), uma iniciativa que visa facilitar a troca de informações e a cooperação internacional entre os países amazônicos e as diversas forças de segurança que atuam na região⁴⁹.

A Receita Federal do Brasil (RFB) é encarregada de monitorar o comércio de ouro, desempenhando um papel fundamental na fiscalização tributária e no controle da legalidade das operações. Contudo, até recentemente, essa fiscalização era limitada pela prática da “presunção de boa-fé”, prevista na legislação vigente, que permitia que a origem do ouro fosse declarada como legal com base apenas nas informações fornecidas pelos vendedores. Essa abordagem facilitava a inserção de ouro ilegal no mercado formal, dificultando o combate a práticas ilícitas, como a mineração em áreas protegidas. O Banco Central, por meio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), tem um papel complementar no monitoramento de transações financeiras suspeitas, buscando identificar e coibir padrões de lavagem de dinheiro associados ao comércio de ouro.

A decisão do Ministro Gilmar Mendes⁵⁰, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a prática da presunção de boa-fé no comércio de ouro representou um marco no fortalecimento da fiscalização do setor. **Essa medida exige que compradores de ouro comprovem ativamente a origem legal do metal, aumentando a responsabilidade das empresas e dificultando a entrada de ouro ilegal no mercado formal⁵¹.** Ademais, a decisão pressiona o governo federal a implementar mecanismos mais robustos de controle, como a rastreabilidade digital do ouro, alinhados a práticas internacionais de governança mineral. Os impactos esperados incluem a redução da mineração ilegal, maior proteção ambiental, especialmente em áreas sensíveis como a Amazônia e a desarticulação de redes criminosas que utilizavam o comércio de ouro para financiar atividades ilícitas. Não obstante, a efetividade dessa decisão dependerá da capacidade de as instituições envolvidas adaptarem-se às novas exigências e fiscalizar rigorosamente o setor.

Apesar desses esforços, a imensidão do território amazônico e a crescente violência nessas áreas, intensificada pela entrada de facções criminosas no lucrativo mercado de produtos explorados ilegalmente – somando-se ao narcotráfico e ao comércio ilícito de armas – restringem o alcance das ações de fiscalização. Como resultado, a estrutura regulatória muitas vezes se mostra ineficaz e obsoleta diante da crescente sofisticação e profissionalização do crime organizado nesse setor.

Segundo estimativas do Instituto Escolhas⁵², o garimpo já ocupa uma extensão territorial maior do que a da mineração industrial em todo o país, com a maioria das operações ocorrendo em terras indígenas e áreas de conservação, mesmo gerando menos valor econômico e provocando maiores impactos socioambientais. Dife-

49 **Polícia Federal.** (2024). PF apresenta “Plano AMAS” em encontro da OTCA para proteção da Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/pf-participa-de-encontro-com-representantes-da-otca>. Acesso em: 26 nov. 2024.

50 **Supremo Tribunal Federal.** (2023). Supremo suspende presunção de legalidade do ouro adquirido e a boa-fé. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=505163&ori=1>. Acesso em: 26 nov. 2024.

51 **Falcão, M., & Vivas, F.** (2023). Gilmar Mendes suspende aplicação presunção de ‘boa-fé’ no mercado de ouro. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/04/gilmar-mendes-suspende-aplicacao-presuncao-de-boa-fe-no-mercado-de-ouro.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

52 **Instituto Escolhas.** (2021). Qual o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia? Disponível em: <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo-Qual-o-real-impacto-socioecon%C3%B4mico-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-e-diamantes-na-Amaz%C3%B4nia-.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

rente das operações industriais, regulamentadas e limitadas a concessões específicas, o garimpo, em grande parte ilegal e descontrolado, se expande para áreas protegidas e regiões sensíveis ambiental e socialmente.

Em junho de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.025/2023, que estabelece novas normas para o controle da origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional⁵³. Esse projeto, resultado de um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), visa aumentar o rigor na fiscalização da cadeia produtiva do ouro, combatendo práticas como o “esquentamento” de minério ilegal extraído de territórios indígenas e unidades de conservação. A proposta impõe a responsabilização de todos os elos da cadeia de comercialização, exigindo que a primeira venda do ouro extraído seja realizada exclusivamente por entidades autorizadas pelo Banco Central. Prevê, ainda, a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal eletrônica, pagamento via transferência bancária e a criação da Guia de Transporte e Custódia de Ouro (GTCO), sob a coordenação da Agência Nacional de Mineração (ANM)⁵⁴.

Durante sua tramitação no Congresso, o projeto recebeu uma revisão significativa que propõe a implementação de um Sistema de Rastreabilidade de Ouro (SRO), utilizando tecnologia blockchain, desenvolvido pela Casa da Moeda do Brasil, instituição reconhecida por sua expertise em rastreamento⁵⁵. O SRO visa integrar toda a cadeia produtiva em uma plataforma digital unificada, permitindo o registro de transações comerciais e a certificação dos pontos de extração conforme protocolos governamentais, com monitoramento via satélite para assegurar a legalidade da produção. A proposta inclui também a criação de pontos de verificação física em Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), refinarias e mineradoras, locais onde barras e lingotes são formados e poderão receber uma marcação física diferenciada, certificando sua origem legal. Essas medidas fortalecerão as operações de fiscalização da Polícia Federal no âmbito do programa “Ouro Alvo”, simplificando o processo de validação da origem do ouro. A implementação do SRO, juntamente com ferramentas modernas como a GTCO e tecnologias avançadas, é vista como essencial para combater a criminalidade no setor e promover maior transparência e eficiência em toda a cadeia produtiva do ouro no Brasil.

A revisão das normas regulatórias, especialmente aquelas relacionadas às permissões de lavra garimpeira, de igual modo, é essencial para inibir a inserção de ouro ilegal no mercado formal, uma prática conhecida como “esquentamento”. O impacto econômico da mineração ilegal é significativo, pois cria distorções que afetam a competitividade do setor formal e comprometem a posição do Brasil no mercado global⁵⁶. A ausência de um sistema de rastreamento eficaz prejudica a fiscalização e facilita a lavagem de material ilegal. **Nesse contexto, a implementação de planos rigorosos de rastreabilidade, abrangendo todas as transações e a cadeia de valor do setor, desde a extração até a exportação, é uma medida crucial para mitigar os impactos das atividades ilegais e assegurar a transparência⁵⁷.**

53 **Brasil.** Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3025, de 2023. Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2368697>. Acesso em: 26 nov. 2024.

54 **Brasil.** Presidência da República. Projeto de Lei nº 3025, de 2023. Proposta enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2023/PL/pl-3025.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

55 **Agência Nacional de Mineração.** (2023). ANM e Casa da Moeda são parceiras em projeto de rastreabilidade do ouro. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-e-casa-da-moeda-sao-parceiras-projeto-de-rastreabilidade-do-ouro>. Acesso em: 26 nov. 2024.

56 **Instituto Escolhas.** (2024). Ouro em choque: impactos socioeconômicos e ambientais da exploração do ouro no Brasil. Disponível em: https://escolhas.org/wp-content/uploads/2024/09/Estudo_Ouro-em-choque.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

57 **Instituto Escolhas.** (2023). Abrindo o livro caixa do garimpo. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2023/06/Sumario-Abrindo-o-livro-caixa-do-garimpo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Para melhorar a rastreabilidade e impedir que o ouro ilegal entre nas cadeias produtivas, o Instituto Escolhas⁵⁸ propõe o uso de tecnologias avançadas, como *blockchain*, e a marcação física do ouro. Outras reformas, como a possível classificação do Brasil como área de conflito para a importação de ouro pela União Europeia, poderiam aumentar a pressão internacional, incentivando o país a adotar práticas mais rigorosas. Essa medida contribuiria para atender às melhores práticas de governança corporativa, incluindo aspectos de sustentabilidade ambiental e governança ESG.

A articulação entre diversas instituições de regulação, fiscalização e segurança pública, como a Agência Nacional de Mineração (ANM), o IBAMA, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Federal (PF), é fundamental para o desenvolvimento de uma governança integrada que permita um controle e intervenção mais inteligentes e eficazes. **A criação de um sistema digital unificado, no qual dados sobre a produção, comercialização e movimentação de ouro sejam centralizados, facilitaria a transparência e o monitoramento das operações de mineração em todo o país. Esse sistema deveria englobar registros obrigatórios de todas as etapas das operações, desde a extração até a exportação, incluindo elementos como guias de transporte e custódia, o que garantiria uma rastreabilidade mais rigorosa e a responsabilização ambiental.** Essa abordagem integrada e sustentável não apenas promoveria um acompanhamento mais próximo das atividades mineradoras, mas também fortaleceria a cooperação entre os órgãos de fiscalização, potencializando a eficiência das ações de controle e contribuindo para a proteção dos recursos naturais e da sociedade⁵⁹.

1.2. COMBUSTÍVEIS

No Brasil, o setor intitulado coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, é responsável por aproximadamente 13,1% do PIB industrial (2021)⁶⁰. Esse dado reforça a importância do setor na economia brasileira, tanto em termos de geração de riqueza quanto de arrecadação tributária, totalizando mais de R\$ 90 bilhões apenas em 2022. Em termos de exportações, o setor registrou US\$ 26,4 bilhões em 2021, representando 11,5% do total das exportações brasileiras, enquanto as importações somaram US\$ 21,3 bilhões, o que garantiu um saldo comercial positivo de US\$ 5,1 bilhões. Além disso, o setor emprega cerca de 110 mil trabalhadores, destacando-se pela necessidade de qualificação técnica elevada para atividades como refino e produção de biodiesel.

Com base nisso, estima-se que as fraudes e sonegação no setor de combustíveis resultem em perdas fiscais anuais de até R\$ 23 bilhões, segundo dados do Instituto Combustível Legal (ICL)⁶¹ e o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)⁶². Esse número reflete a magnitude do problema e a importân-

58 **Instituto Escolhas.** (2022). *Sistema de Rastreio para o Ouro: desafios e recomendações*. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Final-Rastreio.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

59 **Instituto Escolhas.** (2022). *Proposta de rastreio do ouro: desafios e recomendações*. Disponível em: <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/Proposta-Rastreio-do-Ouro.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

60 **Confederação Nacional da Indústria (CNI).** **Perfil setorial da indústria**. Disponível em: <https://perfilsetorialdaindustria.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

61 Esse patamar pode chegar a R\$ 14 bilhões em sonegação e mais R\$ 15 bilhões em fraudes e adulterações, segundo o ICL. Vide: [Em audiência pública na Câmara, presidente do ICL aponta rombo bilionário no setor de combustíveis e defende caracterização urgente do devedor contumaz](#) - Instituto Combustível Legal

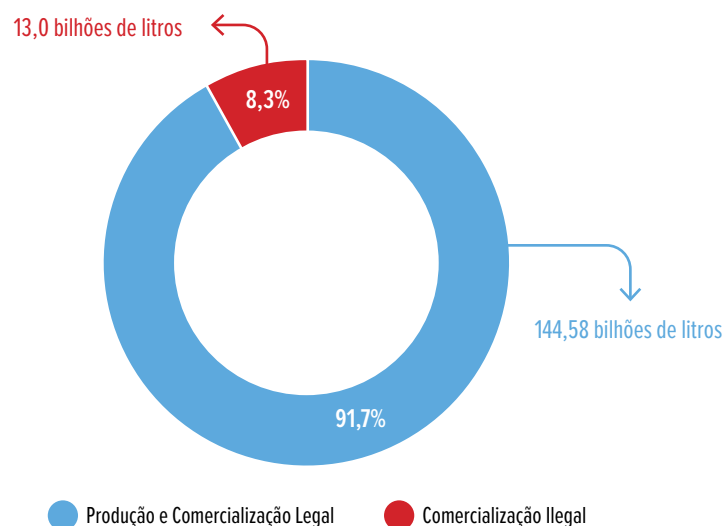
62 **Kafuni, S., & Sena, J. R.** (2020). *Fraudes no setor de combustíveis provocam perda de R\$ 23 bilhões por ano*. In: **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2020/11/4890596-fraudes-no-setor-de-combustiveis-provocam-perda-de-rs-23-bilhoes-por-ano.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

cia da implementação de sistemas de rastreamento e controle mais robustos, além do fortalecimento da capacidade das instituições de Estado em responder, de forma sistêmica, ao problema no grau de complexidade que ele requer.

Diversos tipos de fraudes e crimes que têm gerado prejuízos bilionários ao setor, como a evasão fiscal, a adulteração de combustíveis e o uso de empresas de fachada. Em 2021, um estudo da FGV estimou que o mercado irregular de combustíveis gerou perdas fiscais anuais de cerca de R\$ 26 bilhões por ano⁶³. Desse total, R\$ 15,6 bilhões correspondem a perdas operacionais decorrentes de crimes como adulteração, roubo de cargas, bombas fraudadas e postos piratas. Os prejuízos tributários, incluindo sonegações e inadimplências, somam R\$ 14 bilhões anuais, que deixam de ser recolhidos por governos estaduais e pela União. A estimativa de perda do setor devido a comercialização de produtos ilegais em 2022 foi de 13 bilhões de litros. **Esse montante daria para abastecer toda a frota de veículos do país por três semanas completas (mais de 500 milhões de carros, considerando um tanque médio de 50 litros), sem interrupção.**

“O total de combustível ilegal no Brasil em 2022 daria para abastecer toda a frota de veículos do país por três semanas completas (mais de 500 milhões de carros, considerando um tanque médio de 50 litros), sem interrupção.”

GRÁFICO 4. Produção e comércio (i)legal de combustíveis Brasil, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Vibra Energia/ McKinsey e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

63 Fundação Getúlio Vargas. (2021). Relatório FGV/ICL: Impactos do Mercado Irregular de Combustíveis no Brasil. Encomendado pelo Instituto Combustível Legal (ICL). Disponível em: https://institutocombustivellegal.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio_FGV_ICL.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

Esses números refletem a soma de fraudes fiscais e operacionais, sendo a gasolina e o diesel os produtos mais impactados. Além da arrecadação tributária, essas práticas prejudicam empresas que atuam dentro da legalidade, distorcendo a competitividade no mercado de combustíveis. A presença de produtos adulterados ou de baixa qualidade aumenta o risco de acidentes ambientais e de saúde, como também afeta a confiança dos consumidores no mercado formal, com desdobramentos criminais diversos na esteira da proliferação e diversificação do crime organizado no país.

QUADRO 1. Principais ilícitos envolvendo a economia do crime de combustíveis



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o Instituto Combustível Legal (ICL) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), apenas nos dois primeiros meses de 2023, aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em impostos foram sonegados no setor⁶⁴. O estudo da FGV também projeta que, até o final do ano, esse valor pode chegar a R\$ 14 bilhões, o que destaca a magnitude das fraudes fiscais no mercado de combustíveis. Esse cenário se reflete na economia nacional, já que a evasão fiscal limita os recursos disponíveis para o governo investir em infraestrutura, educação, saúde, segurança e demais políticas públicas⁶⁵.

Crime Organizado no Setor de Combustíveis

O setor de combustíveis no Brasil tem atraído o interesse de diversas organizações criminosas, que exploram oportunidades nessa cadeia produtiva não apenas para a lavagem de dinheiro, mas também para a maximização de lucros por meio de esquemas de fraude fiscal e adulteração. Essas práticas criminosas têm implicações significativas para a economia formal e a arrecadação tributária.

Um exemplo relevante é a Operação Rei do Crime⁶⁶, deflagrada em 2020 pela Polícia Federal, e que revelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro operado pelo PCC. A investigação identificou que o grupo utilizava uma complexa rede de empresas de fachada, incluindo postos de combustíveis e distribuidoras, para movimentar aproximadamente R\$ 32 bilhões em um período de quatro anos⁶⁷. Esse esquema abrangia diversas regiões, com especial incidência em Santa Catarina, onde o PCC usava esses estabelecimentos para disfarçar suas operações ilícitas e “legalizar” lucros advindos do tráfico de drogas. A operação destacou a sofisticação das estratégias financeiras do PCC, que incluíam práticas de fraude fiscal e lavagem de dinheiro, camufladas por meio de transações comerciais aparentemente legais.

Posteriormente, em 2024, a Operação Boyle⁶⁸ foi deflagrada pela Polícia Federal, com apoio da Receita Federal e do Ministério Público de São Paulo, para combater a importação, produção e distribuição de metanol destinado à adulteração de combustíveis. Durante essa operação, foram encontrados indícios de que uma rede de postos de combustíveis controlados pelo PCC também era utilizada para lavar dinheiro proveniente de atividades ilegais, incluindo o tráfico de drogas. Estima-se que essa rede contasse com mais de 1.100 postos espalhados pelo país, servindo como um canal de dissimulação de lucros e movimentação de recursos ilícitos. Em São Paulo, a empresa Copape, uma formuladora de gasolina, foi apontada como parte desse esquema de lavagem e evasão fiscais. Segundo o Ministério

64 **Sodré, E.** (2023). *Sonegação no setor de combustíveis chega a R\$ 2,3 bi no primeiro bimestre, mostra levantamento*. In: **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/sonegacao-no-setor-de-combustiveis-chega-a-r-23-bi-no-primeiro-bimestre-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

65 **Euromonitor Internacional.** (2024). *Mercado ilegal de bebidas alcoólicas: um inimigo que se consolida no Brasil*. In: **Euromonitor Internacional**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/07/Estudo-Euromonitor-Bebidas.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.
Correio Braziliense. (2024). **Correio debate avanço da bebida ilegal no mercado nacional**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/06/6872737-correio-debate-avanco-da-bebida-ilegal-no-mercado-nacional.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

66 **Melo, K.** (2020). *Braço financeiro do PCC é alvo da Operação Rei do Crime*. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/braco-financieiro-do-pcc-e-alvo-da-operacao-rei-do-crime>. Acesso em: 26 nov. 2024.

67 **Adorno, L.** (2020). *Empresas usadas pelo PCC movimentaram R\$ 32 bilhões em 4 anos, diz Coaf*. **UOL Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/30/empresas-usadas-pelo-pcc-movimentaram-r-32-bilhoes-em-4-anos-diz-coaf.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

68 **Receita Federal.** (2024). **Operação Boyle: Receita Federal, PF e MP/SP executam operação de combate ao comércio irregular, à adulteração de combustíveis e à lavagem de dinheiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/operacao-boyle>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Público e a Polícia Federal, a Copape esteve envolvida em operações que movimentaram milhões e causaram prejuízos fiscais significativos, resultando na cassação de suas licenças pela ANP e em processos judiciais contra seus dirigentes.

A atuação das facções no setor de combustíveis inclui o uso de empresas de fachada, a manipulação de notas fiscais e operações interestaduais fraudulentas para evitar a tributação. Essas estratégias ilícitas minam a competitividade do mercado formal e afetam diretamente a arrecadação de impostos, ampliando a precariedade dos serviços públicos e prejudicando a sociedade como um todo.

Diante desse cenário, a integração de tecnologias avançadas de monitoramento, como sistemas de rastreamento de produtos e inteligência financeira, tem se mostrado uma necessidade urgente. Além disso, a colaboração entre a ANP, a Receita Federal, as polícias estaduais e federais e o Ministério Público é essencial para implementar uma resposta eficaz e coesa contra o crime organizado, que impacta severamente a economia brasileira.

Nesse sentido, a Portaria ANP nº 1/2014 representou um avanço importante ao estabelecer uma integração mais sistêmica entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Polícia Federal (PF) para o controle do setor de combustíveis. Esse dispositivo formaliza a cooperação entre os órgãos, especialmente nas ações de combate a fraudes, contrabando e adulteração de combustíveis, promovendo uma vigilância mais rigorosa e compartilhada sobre o mercado. Dessa forma, a articulação entre a ANP e a PF representa um avanço significativo também para a segurança pública, pois inibe práticas criminosas que prejudicam a arrecadação tributária e comprometem a segurança econômica do país, especialmente em regiões vulneráveis onde o controle territorial por organizações criminosas tende a ser mais acentuado.

Respostas ao Crime Organizado no Setor de Combustíveis

O setor de combustíveis no Brasil é regulado por uma estrutura legislativa robusta. A Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997)⁶⁹ estabelece a política energética nacional e define as atribuições da ANP, responsável por fiscalizar a cadeia desde a produção até a distribuição de combustíveis. A Lei Complementar nº 192/2022⁷⁰ introduziu o regime de tributação monofásica para determinados combustíveis fósseis, centralizando a cobrança de tributos (PIS/Cofins) em uma única fase da cadeia produtiva, tendo em vista um maior controle e redução de fraudes fiscais em múltiplas etapas. Esse regime se aplica atualmente à gasolina, etanol anidro, diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP)⁷¹.

69 **Brasil.** (1997). *Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

70 **Brasil.** (2022). *Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022*. Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp192.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

71 **Comsefaz.** (2022). *O Regime Monofásico de tributação de combustíveis no Convênio ICMS nº 199/22*. Disponível em: <https://comsefaz.org.br/novo/o-regime-monofasico-de-tributacao-de-combustiveis-no-convenio-icms-n-199-22/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Programas de Integridade de Combustíveis

No cenário internacional, a **TRACIT** lançou seu relatório “[Exposing Supply Chain Vulnerabilities to Illicit Trade](#)” que mapeou alguns programas de integridade no setor de combustíveis em diversos países.

Em 2008, Uganda implementou um [programa de integridade de combustíveis](#) para identificar adulterações e evitar evasão tributária. Esse sistema inovador envolve o uso de laboratórios móveis que permitem a inspeção em campo de forma rápida e eficaz. Antes da implementação do programa, aproximadamente 30% dos combustíveis no país apresentavam algum tipo de adulteração. **Desde o início do monitoramento, a arrecadação de impostos anuais sobre combustíveis registrou um aumento de 510%, contribuindo significativamente para reduzir a influência do crime organizado no setor.**

Em 2019, as Filipinas implementaram **um sistema de integridade envolvendo a marcação de combustíveis tributados com um marcador químico que permite rastrear e verificar sua autenticidade em toda a cadeia de suprimento**. São realizadas visitas frequentes a depósitos e pontos de venda para coletar amostras e verificar a integridade das vendas de combustível. O programa ajudou a reduzir taxas de adulteração e contrabando.

Vários outros países, como Gana, Quênia, Tanzânia e Sérvia, implementaram programas de integridade de combustíveis. **Dentre os possíveis impactos é possível assinalar a redução de até 30% nas práticas ilegais como adulteração e contrabando de combustíveis, impactando diretamente na arrecadação e qualidade do produto. Na Tanzânia, por exemplo, o programa ajudou a aumentar a arrecadação em cerca de USD 870 milhões desde sua implementação.**

Além de contribuírem para a redução de emissões poluentes e impactos ambientais, esses programas criam obstáculos para o crime organizado e dificultam o lucro com práticas ilegais de adulteração e contrabando, desestimulando a atuação de redes criminosas no setor.

No caso dos combustíveis bioenergéticos, como o etanol hidratado e o biometano, a aplicação do regime de monofasia ainda enfrenta desafios regulatórios, especialmente à luz da reforma tributária em curso, que busca simplificar e uniformizar a cobrança de impostos. A reforma propõe, entre outros pontos, a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o que impactaria a estrutura de tributação do setor de combustíveis, incluindo combustíveis renováveis. Esse cenário apresenta potencial para fortalecer a arrecadação e aumentar o controle sobre toda a cadeia de combustíveis, mitigando lacunas que ainda são exploradas para a sonegação e o contrabando. O aprimoramento das políticas de fiscalização e o fortalecimento dos mecanismos de controle podem ajudar a mitigar os riscos de exploração por redes criminosas e garantir que os benefícios fiscais e econômicos da monofasia alcancem todo o setor de combustíveis e a sociedade como um todo.

No entanto, a monofasia também apresenta desafios e potenciais impactos negativos. A concentração dos tributos na fase inicial da cadeia pode abrir novas brechas para organizações criminosas, que tendem a adaptar-se às mudanças regulatórias e explorar pontos vulneráveis para práticas ilícitas. Quadrilhas podem buscar novas formas de sonegação e adulteração, especialmente em produtos derivados ou durante o transporte e distribuição. A carga tributária única em certos pontos da cadeia também pode gerar pressão econômica sobre distribuidores e revendedores, levando-os a recorrer ao mercado paralelo para reduzir custos. Esse fenômeno já é observado em algumas regiões do Brasil e pode intensificar os prejuízos do setor formal, aumentando o risco de roubo de cargas e adulteração de combustíveis.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) emite periodicamente resoluções que regulamentam aspectos técnicos e operacionais do setor, refletindo as mudanças de mercado e as inovações tecnológicas. O Programa de Marcação Compulsória de Produtos, regulamentado pela Resolução ANP nº 902/2022⁷², visa aprimorar o controle de qualidade e a rastreabilidade dos solventes no Brasil, utilizando marcadores químicos para identificar fraudes, como a adulteração de combustíveis com solventes. Entretanto, atualmente, o programa concentra-se na marcação de solventes conhecidos, não abrangendo os combustíveis diretamente. Adicionalmente, a análise da qualidade dos combustíveis nos postos é frequentemente contratada pelos próprios proprietários, o que pode gerar conflitos de interesse e perda de eficácia e eficiência. O ideal seria que o programa fosse gerido pelo Estado, sem interferência do setor privado, incluindo a marcação dos combustíveis. A Resolução ANP nº 859/2021⁷³ estabelece critérios para o credenciamento de empresas responsáveis pela inspeção e controle da qualidade dos produtos importados, reforçando a importância da rastreabilidade na cadeia de distribuição. Essas medidas têm o objetivo de proteger o mercado de combustíveis contra fraudes e adulterações, frequentemente associadas a atividades do crime organizado⁷⁴.

Nessa mesma direção, tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei com foco no setor de combustíveis. **Entre eles se destaca o PL 1646/2019, também conhecido como Projeto de Lei do Devedor Contumaz⁷⁵, que visa a um melhor controle das práticas de sonegação e inadimplência fiscal contínuas e reiteradas, sejam elas praticadas por grandes empresas (pessoas Jurídicas) e/ou, por indivíduos (pessoas físicas). A proposta estabelece critérios para identificar devedores contumazes, permitindo o bloqueio de bens e a proibição de incentivos fiscais a esses devedores reincidentes.** Enquanto a Câmara dos Deputados discute o referido projeto, o Senado analisa uma versão própria (Projeto de Lei Complementar nº 164, de 2022⁷⁶), visando equilibrar a punição a sonegadores contumazes com a proteção a empresas que enfrentam dificuldades financeiras legítimas.

Várias instituições colaboram, como se pode concluir, com a supervisão e o controle das atividades no setor de combustíveis. A ANP exerce papel central, auditando e inspecionando postos e distribuidores para assegurar o cumprimento das normas. A Receita Federal atua no controle tributário e fiscal, combatendo a sonegação fiscal e prevenindo a evasão de tributos, como no caso das adulterações e fraudes. O PROCON também desempenha papel importante ao proteger os consumidores contra práticas ilícitas no setor como a venda de combustível adulterado e com fraude em bombas. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal colaboram com a ANP e a Receita em investigações de crimes como contrabando, adulteração e evasão fiscal, muitas vezes relacionados ao crime organizado.

72 **Brasil.** (1997). **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

73 **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).** (2021). **Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre os requisitos para obtenção do credenciamento de empresa de inspeção da qualidade para o exercício das atividades de controle da qualidade na importação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-anp-n-859-de-6-de-dezembro-de-2021-365063281>. Acesso em: 26 nov. 2024.

74 **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).** (s.d.). **Legislação da ANP.** Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/servicos/legislacao-da-anp>. Acesso em: 26 nov. 2024. e **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).** (s.d.). **Programa de Marcação Compulsória de Produtos.** Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/producao-de-derivados-de-petroleo-e-processamento-de-gas-natural/producao-de-derivados-de-petroleo-e-processamento-de-gas-natural/programa-de-marcacao-compulsoria-de-produtos>. Acesso em: 26 nov. 2024.

75 **Câmara dos Deputados.** (2019). ***PL 1646/2019 - Estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa e altera a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro.**

76 **Brasil.** (2022). **Projeto de Lei Complementar nº 164, de 2022.** Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155601>. Acesso em: 26 nov. 2024.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza mensalmente ações de fiscalização em diversas regiões do Brasil, com o objetivo de assegurar a conformidade dos produtos comercializados e a adequação dos equipamentos em postos de combustíveis. Um exemplo é a operação realizada entre 19 e 22 de setembro de 2024, na qual a ANP intensificou as inspeções em 13 estados, autuando estabelecimentos que não cumpriam as normas de qualidade e medição. A fiscalização resultou em multas, interdições preventivas e apreensões para impedir a venda de combustíveis fora dos padrões regulamentados. Outras operações semelhantes ocorreram em outubro e novembro de 2024, indicando a continuidade dos esforços de fiscalização por parte da ANP para garantir a regularidade no setor de combustíveis. **Em setembro de 2024, com esse mesmo propósito, uma decisão do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) elevou o rigor contra as fraudes volumétricas nos postos de combustíveis, incluindo o aumento da multa para os adulteradores de bombas de combustíveis em todo o Brasil, que podem chegar a R\$ 1,5 milhão, conforme a Lei Federal no 9.933/1999 c/c a Lei Federal no 12.545/2011.**

A atuação do setor privado desempenha um papel relevante no combate às práticas ilegais de combustível. O Instituto Combustível Legal (ICL) trabalha ativamente para prevenir fraudes no setor, promovendo campanhas de conscientização, monitoramento e colaboração com órgãos governamentais, como a ANP e a Receita Federal. O ICL participa de debates sobre mudanças regulatórias e busca soluções mais eficazes para os desafios enfrentados. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), por sua vez, representa os interesses dos revendedores e colabora com o governo para garantir a implementação eficiente das políticas públicas, atuando na prevenção de fraudes e na promoção de boas práticas. Já o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), que reúne grandes empresas distribuidoras, trabalha com o governo para assegurar o cumprimento das normas e garantir a transparência na comercialização, combatendo a adulteração e a criação de empresas de fachada.

1.3. TABACO

O controle do mercado de tabaco no Brasil envolve uma complexa relação entre a regulamentação rigorosa e o peso econômico da indústria. Medidas como a proibição de publicidade⁷⁷ e a restrição do consumo em locais fechados⁷⁸ refletem o esforço em reduzir a influência da propaganda e de interesses comerciais na opção individual de consumir (ou não) o produto e os eventuais efeitos nocivos à saúde.

A produção legal de tabaco e seus subprodutos constituem uma cadeia produtiva que movimenta expressivo percentual do PIB, representando 55,4% do PIB industrial de transformação no Brasil⁷⁹. Em 2023, a produção de fumo nacional alcançou um valor de R\$ 10,58 bilhões, com uma quantidade total produzida

77 *Brasil. (1996). Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9294.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.*

78 *Brasil. (2011). Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (Lei Antifumo). Dispõe sobre a proibição de fumar em ambientes de uso coletivo fechados ou parcialmente fechados e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.*

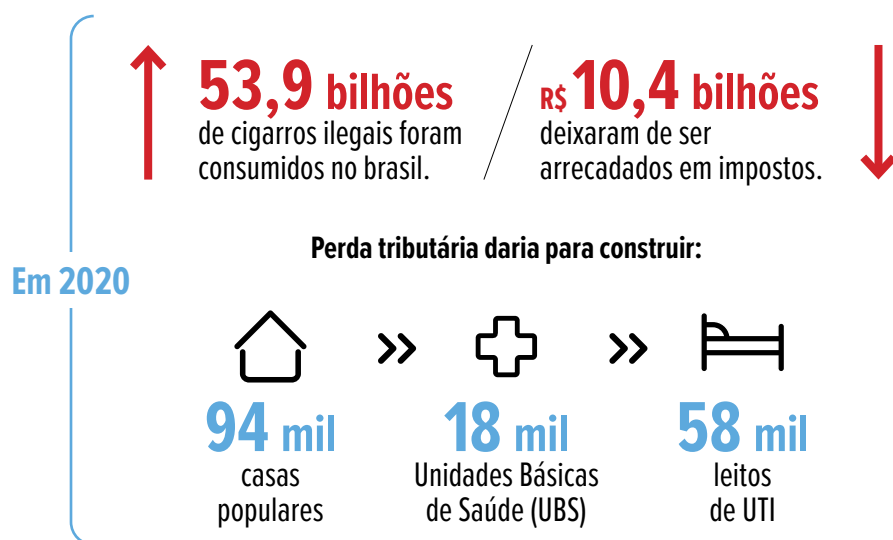
79 *Confederação Nacional da Indústria (CNI). (s.d.). Perfil Setorial da Indústria: Fumo. Disponível em: <https://perfilsetorialdaindustria.portaldaindustria.com.br/listar/12-fumo/producao>. Acesso em: 26 nov. 2024.*

de 683.469 toneladas, distribuídas em uma área colhida de 325.408 hectares, resultando em um rendimento médio de 2.100 kg por hectare.

O Brasil se destaca como um dos maiores produtores e exportadores de tabaco do mundo, refletindo a importância econômica do setor para o país⁸⁰. Em 2021, o produto foi exportado para 105 países, gerando um faturamento aproximado de R\$ 7,8 bilhões (US\$ 1,4 bilhão), com principais destinos sendo a União Europeia (40%) e o Extremo Oriente (28%), o que representou 0,5% das exportações nacionais daquele ano⁸¹. Além disso, de acordo com o Perfil Setorial da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor gera cerca de 600 mil empregos diretos e indiretos, principalmente nas regiões Sul e Nordeste do país. Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se destacam na produção agrícola de tabaco, sendo uma das principais fontes de renda para pequenos agricultores.

Apesar da liderança internacional, o Brasil vem enfrentando sérios problemas em relação à comercialização de produtos ilegais, que já representam mais de 40% de toda a produção do setor. Em 2020, o mercado ilegal de cigarros representou cerca de 49% do consumo total no Brasil, resultando em uma perda fiscal estimada em R\$ 10,4 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

FIGURA 2. Consumo de cigarros ilegais e estimativa de perda tributária equivalente
Brasil, 2020



Fonte: Adaptado de [ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial](#)

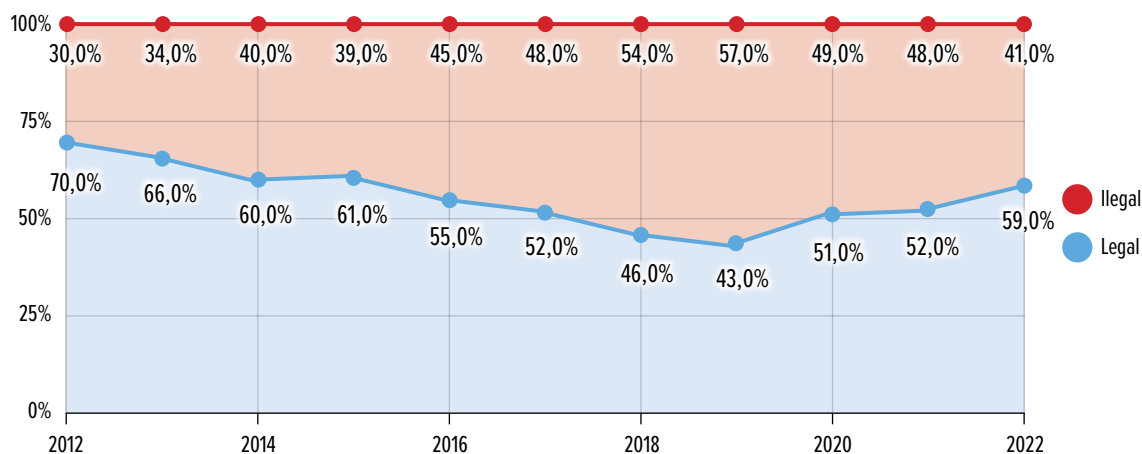
A variação média do consumo ilícito de cigarros entre as Capitais brasileiras apresenta diferenças significativas, oscilando entre os valores mais baixos e mais altos dependendo da metodologia aplicada e da cidade escolhida. No Rio de Janeiro, as estimativas variaram de 8,2% a 31,2% para o uso de cigarros ilícitos entre os indivíduos,

80 **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** (s.d.). Produção agropecuária: Fumo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/fumo/br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

81 **Sinditabaco.** (2021). Tabaco produzido no Brasil foi exportado para 105 países. Disponível em: <https://www.sinditabaco.com.br/en/item/em-2021-tabaco-produzido-no-brasil-foi-exportado-para-105-paises/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

enquanto em São Paulo, o intervalo foi de 18,8% a 37,5%. Essas variações refletem diferentes abordagens metodológicas e a distribuição desigual do comércio ilícito de tabaco nas diversas regiões e cidades⁸².

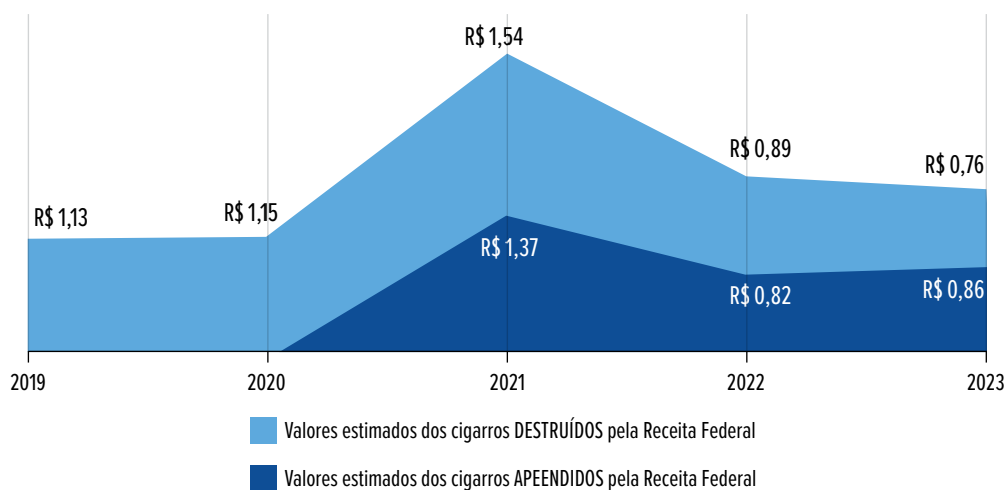
GRÁFICO 5. Porcentagem do mercado legal e ilegal de cigarros
 Brasil, 2012-2022



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade.

Os dados sobre apreensão e destruição de cigarros ilegais pela Receita Federal evidenciam tanto os esforços contínuos de combate ao contrabando de cigarros quanto as respostas adaptativas das redes criminosas que operam esse mercado. Em 2021, os valores de apreensões atingiram R\$ 1,37 bilhão, indicando uma forte atuação dos órgãos de fiscalização. No entanto, houve uma queda nas apreensões nos anos seguintes, com R\$ 820 milhões em 2022 e R\$ 860 milhões em 2023. De forma semelhante, os valores de destruição de produtos apreendidos diminuíram de R\$ 1,54 bilhão em 2021 para R\$ 760 milhões em 2023.

GRÁFICO 6. Valores estimados dos cigarros apreendidos e destruídos pela Receita Federal, em bilhões de reais
 Brasil, 2019-2023



Fonte: Receita Federal.

82 SZKLO, A. S. et al. Cross-validation of four different survey methods used to estimate illicit cigarette consumption in Brazil. Tobacco Control, v. 31, n. 1, p. 73–80, jan. 2022.

O mercado de **cigarros eletrônicos** no Brasil tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, mesmo com a proibição de sua comercialização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde 2009. Em 2018, o país registrava menos de 500 mil usuários desses dispositivos. Esse número quadruplicou, atingindo 2,2 milhões de consumidores em 2022, conforme levantamento do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria).

Esse aumento expressivo no consumo ocorre predominantemente no mercado ilegal, já que a venda desses produtos é proibida no território nacional. Estima-se que o comércio clandestino de cigarros eletrônicos possa gerar perdas fiscais significativas. **Um estudo da Universidade de São Paulo (USP), financiado pela Philip Morris International, aponta que o Brasil pode deixar de arrecadar R\$ 7,7 bilhões em impostos em 2025 devido ao comércio ilegal desses dispositivos.**

Essa redução nos valores pode indicar uma série de tendências, incluindo uma possível adaptação das redes criminosas para evitar detecções e minimizar perdas, além de uma eventual alteração na capacidade operacional de fiscalização dos órgãos responsáveis. **Apesar dos esforços significativos da Receita Federal, o mercado ilegal de cigarros permanece resiliente e altamente estruturado, mantendo-se como uma fonte lucrativa de receita para o crime organizado.** Isso alimenta práticas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, reforçando a economia do crime e minando a capacidade do Estado de financiar serviços públicos e políticas sociais. Ainda que não tenha sido um assunto abordado no contexto desse documento, a entrada dos cigarros eletrônicos (conferir box) certamente representa mudanças profundas no ecossistema ilícito do tabaco ilegal.

A permanência e expansão desse mercado paralelo impactam negativamente o setor formal, colocando em risco empregos e direitos trabalhistas e, muitas vezes, submetendo trabalhadores a condições aná-

logas à escravidão. Esses vínculos precários contribuem para uma série de impactos sociais e de saúde pública que reforçam um ciclo de precarização e vulnerabilidade em comunidades já marginalizadas.






Essas dinâmicas mostram que, apesar das ações de fiscalização, a complexidade do mercado ilícito de cigarros e a capacidade de adaptação das redes criminosas continuam a desafiar o controle estatal e a aplicação da lei, exigindo estratégias mais integradas, tecnológicas e inteligentes para um combate mais eficaz.

Crime Organizado na Indústria do Tabaco

As atividades ilegais no mercado de cigarros no Brasil abrangem uma série de práticas criminosas estruturadas para evitar a arrecadação e operar fora das regulamentações e normatizações.

O contrabando, principalmente vindo do Paraguai, é um dos principais mecanismos, com redes criminosas organizando a entrada e distribuição de produtos sem inspeção sanitária, prejudicando a saúde pública com substâncias adulteradas e produtos sem controle. As falsificações de marcas de cigarros e fabricação clandestina no território nacional ampliam os prejuízos econômicos e sanitários, afora a capitalização e o aumento do poder econômico de diversos tipos de organizações criminosas nesse importante segmento econômico brasileiro.

QUADRO 2. Principais ilícitos envolvendo a Economia do Crime de Tabaco

<p>Contrabando de cigarros</p> <p>Envolve o transporte ilegal de cigarros, principalmente vindos do Paraguai, onde o custo é menor devido à diferença de impostos, afetando o mercado brasileiro.</p> <p> Caso concreto</p>	<p>Falsificação de marcas</p> <p>Produção de cigarros com marcas falsas, geralmente de qualidade inferior e sem regulamentação, o que traz riscos à saúde dos consumidores e prejuízo às marcas.</p> <p> Caso concreto</p>	<p>Adulteração de produtos</p> <p>Consiste na adição de substâncias não regulamentadas aos cigarros, comprometendo a saúde pública e a segurança dos produtos, além de reduzir a competitividade.</p> <p> Caso concreto</p>	<p>Venda de produtos legais sem nota fiscal</p> <p>Vendas sem emissão de nota fiscal, chamadas “meia nota”, para evitar impostos como ICMS, PIS, COFINS e IPI, dificultando a arrecadação tributária.</p> <p> Caso concreto</p>	<p>Empresa de fachada</p> <p>Empresas temporárias criadas para acumular dívidas fiscais e, posteriormente, desaparecerem, evitando o pagamento de tributos e prejudicando o erário.</p> <p> Caso concreto</p>
---	--	---	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Além do contrabando e da falsificação, práticas como a venda sem nota fiscal (conhecida como “meia nota”) e a criação de empresas de fachada são estratégias comumente adotadas pelo crime organizado para contornar a fiscalização e os órgãos de segurança pública e justiça criminal do país. Empresas temporárias acumulam dívidas tributárias e desaparecem para evitar o pagamento de impostos.

MAPA 3. Mapa dos casos de apreensão de cigarros ilegais noticiados Brasil, 2019-2024



Fonte: Elaboração própria a partir de sistematização de informações de imprensa.

A Receita Federal, em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária, tem combatido o contrabando e demais atividades ilegais do setor, realizando operações nas fronteiras e rodovias para coibir a comercialização ilegal de cigarros e fortalecer as políticas públicas de saúde e segurança. No que se refere ao contrabando de cigarros, os dados levantados de notícias sobre essas operações indicam que a região Nordeste é um dos principais destinos desses produtos, provenientes em sua maioria do Paraguai, entrando no país pela fronteira em Foz do Iguaçu. É possível que essa dinâmica esteja sendo subnotificada ou insuficientemente comunicada.

O CV e o PCC são responsáveis por estabelecer rotas e controlar territórios estratégicos para o escoamento de mercadorias contrabandeadas, como o cigarro paraguaio. O CV, por exemplo, atua em áreas periféricas e utiliza seu domínio territorial para distribuir cigarros ilegais em pontos de venda localizados em favelas e bairros controlados por sua rede. O PCC, por sua vez, possui uma abordagem mais focada nas rotas e logística, controlando o transporte de grandes cargas e sua entrada no país, muitas vezes utilizando rotas do Paraguai⁸³.

83 *Gazeta do Povo.* (s.d.). PCC e Comando Vermelho expandem negócios criminosos com contrabando de cigarros. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/pcc-comando-vermelho-expandem-negocios-criminosos-com-contrabando-de-cigarros/>. Acesso em: 26 nov. 2024. e *Metrópoles.* (2024). Com PCC focado em tráfico internacional, CV amplia poder sobre estados. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/pcc-trafico-internacional-cv-estados>. Acesso em: 26 nov. 2024.

No Rio de Janeiro, as milícias, que controlam vastas áreas da cidade, desempenham um papel crucial no comércio de cigarros ilegais⁸⁴. Essas organizações, compostas muitas vezes por ex-policiais e bombeiros, dominam comunidades inteiras e monopolizam o mercado clandestino local. O controle de áreas residenciais permite às milícias a venda de cigarros ilegais diretamente aos consumidores, reduzindo intermediários e maximizando seus lucros. Esse domínio também dificulta a entrada de outros grupos criminosos e sustenta uma economia paralela que enfraquece a arrecadação de impostos e perpetua a criminalidade na região⁸⁵.

Em 2022, a Receita Federal destruiu cerca de 180 milhões de maços de cigarros ilegais, representando aproximadamente R\$ 893 milhões em valor contábil. A destruição desses produtos é uma medida para evitar o reingresso no mercado e mitigar uma importante fonte de receita para o crime organizado. Contudo, a reciclagem dos resíduos gerados pelo contrabando, como plástico e papel, busca alinhar as operações com a sustentabilidade, convertendo parte dos materiais apreendidos em energia ou fertilizantes orgânicos⁸⁶.

Além das facções, investigações revelam que há uma rede de agentes públicos e privados envolvidos na facilitação do contrabando de cigarros e na lavagem de dinheiro proveniente desse mercado. Organizações criminosas usam empresas de fachada e laranjas para movimentar fundos de forma oculta, reinvestindo os lucros em negócios aparentemente legais e dificultando o rastreamento pelas autoridades. A Operação Illusio e a Operação Ressaca foram conduzidas pela Polícia Federal para dismantelar complexos esquemas de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

O contrabando de cigarros no Brasil representa não apenas um problema sanitário e econômico, mas também um desafio social significativo. **Ao alimentar o caixa de facções e financiar a atuação das milícias, o mercado de cigarros ilegais contribui para o financiamento de redes de violência e corrupção que impactam diretamente a segurança pública e a arrecadação fiscal. O envolvimento de agentes públicos na facilitação e proteção do contrabando destaca a necessidade de uma resposta mais integrada e eficaz por parte do Estado, que inclua tanto o fortalecimento da fiscalização quanto a reforma das estruturas de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro para impedir a infiltração do crime organizado nas esferas governamentais.**

Respostas ao Crime Organizado na Indústria do Tabaco

O controle do tabaco ilícito no Brasil é amparado por uma série de legislações e parcerias institucionais, destacando-se o compromisso com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)⁸⁷ da Orga-

84 Um bom exemplo para ilustrar o nível de ousadia e corrupção é o caso da máquina de cigarro furtada da Cidade da Polícia no RJ: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/20/maquina-de-fazer-cigarro-que-mede-6-m-e-pesa-mais-de-5-t-e-furtada-de-dentro-da-cidade-da-policia.ghtml>

85 **Receita Federal.** (2023). Receita Federal destrói mais de 5.300 toneladas de cigarros apreendidos. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/receita-federal-destroi-mais-de-5-300-toneladas-de-cigarros-apreendidos>. Acesso em: 26 nov. 2024.

86 **Receita Federal.** (2023). Receita Federal destrói mais de 5.300 toneladas de cigarros apreendidos. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/receita-federal-destroi-mais-de-5-300-toneladas-de-cigarros-apreendidos>. Acesso em: 26 nov. 2024.

87 **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).** (s.d.). Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>. Acesso em: 26 nov. 2024. e **Instituto Nacional de Câncer (INCA).** (s.d.). O que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/convencao-quadro>. Acesso em: 26 nov. 2024.

nização Mundial da Saúde (OMS) e seu Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, dos quais o Brasil é signatário. Ratificada em 2005, a CQCT estabelece diretrizes para reduzir o consumo e o impacto do tabaco, promovendo a regulação da cadeia produtiva e o combate ao contrabando por meio de cooperação internacional.

O protocolo, ratificado no Brasil em 2018, define medidas específicas contra o comércio ilícito, incluindo o uso de sistemas de rastreamento e identificação para garantir a rastreabilidade dos produtos ao longo da cadeia. Como signatário desses compromissos internacionais, o Brasil adota mecanismos que envolvem várias instituições de controle do tabaco no país. O Instituto Nacional do Câncer (INCA), vinculado ao Ministério da Saúde, é responsável pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) e pela implementação da CQCT.

O controle e a fiscalização do setor de tabaco contam com a atuação, portanto, de várias instituições, cada uma desempenhando um papel essencial. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) define padrões de qualidade e regula a comercialização de produtos de tabaco, assegurando a segurança dos consumidores. A Fiocruz, por sua vez, monitora a indústria do tabaco por meio de um observatório que avalia suas estratégias e influência sobre as políticas públicas, oferecendo subsídios importantes para decisões dos órgãos governamentais.

Já a Receita Federal assume a linha de frente na fiscalização e apreensão de produtos contrabandeados nas fronteiras, além de desenvolver ferramentas de monitoramento para combater a evasão fiscal e bloquear a entrada de produtos ilegais. Um dos sistemas fundamentais da Receita Federal nesse controle é o *Scorpions*, um sistema de rastreamento que monitora a produção de cigarros em tempo real, verificando dados como volumes de produção, transporte e venda. Ele permite que as autoridades identifiquem desvios do produto ao longo da cadeia e, assim, aprimorem a fiscalização, dificultando que produtos de origem ilegal entrem no mercado nacional.

A Casa da Moeda também desempenha um papel importante no combate ao comércio ilícito de tabaco. Ela é responsável pela produção dos selos fiscais que identificam e autenticam produtos de tabaco legalizados, como os cigarros produzidos no Brasil. Esses selos são aplicados diretamente nas embalagens, atestando que o produto passou pela tributação e pela fiscalização exigidas por lei. Essa selagem permite uma identificação rápida e visual da autenticidade dos produtos e dificulta a falsificação, além de permitir que o sistema *Scorpions* acompanhe, de maneira integrada, a movimentação desses produtos na cadeia produtiva e comercial nacional.

O combate ao tabaco ilícito no Brasil envolve uma governança integrada que inclui a cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Polícia Federal e Rodoviária Federal) - e articulação com Estados e Municípios, o Ministério da Saúde, a Receita Federal, a Casa da Moeda, a Anvisa e outras entidades. O Programa VIGIA, por exemplo, coordena operações nas fronteiras brasileiras para impedir a entrada de cigarros contrabandeados, que muitas vezes financiam outras atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas. Essas ações são realizadas de maneira conjunta, com o intercâmbio de dados entre agências federais e estaduais, o que aumenta a capacidade de resposta e reduz o impacto econômico e social do comércio ilegal de tabaco.

Essa combinação de medidas — que incluem a legislação internacional, regulamentações nacionais, tecnologias de rastreamento e sistemas de autenticação de produtos — reflete o compromisso do Brasil em alinhar-se com práticas globais no combate ao comércio ilícito de tabaco. Com o fortalecimento das ações de fiscalização e o uso de tecnologia avançada, o país busca reduzir o impacto do contrabando de tabaco, melhorar a arrecadação e proteger a saúde pública.

1.4. BEBIDAS

O setor de bebidas no Brasil possui uma relevância expressiva em termos de impacto na arrecadação tributária. Em 2021, o setor movimentou cerca de R\$ 90 bilhões⁸⁸, contribuindo com aproximadamente R\$ 10 bilhões apenas de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Além disso, em 2022, o setor empregou quase 130 mil pessoas, distribuídas em mais de 3 mil empresas, oferecendo oportunidades de trabalho em toda a cadeia produtiva, desde a fabricação até a distribuição. Com um volume médio de produção que supera os 30 bilhões de litros anuais, o setor inclui a produção de refrigerantes, cervejas, sucos e outras bebidas, tanto não alcoólicas quanto alcoólicas⁸⁹, desempenhando um papel importante na economia brasileira.

Contudo, o setor tem sido afetado por diversas atividades ilegais, prejudicando a economia formal e a arrecadação fiscal. Tais atividades abrangem falsificação de produtos, contrabando, produção artesanal ilegal e sonegação fiscal. Em 2023, o mercado ilegal de bebidas movimentou R\$ 56,9 bilhões no Brasil, um aumento de 224% em comparação a 2017. A atuação de organizações criminosas, que dominam a produção, distribuição e comercialização de bebidas ilícitas, resultou em sonegação fiscal estimada em R\$ 28,2 bilhões em 2023⁹⁰.

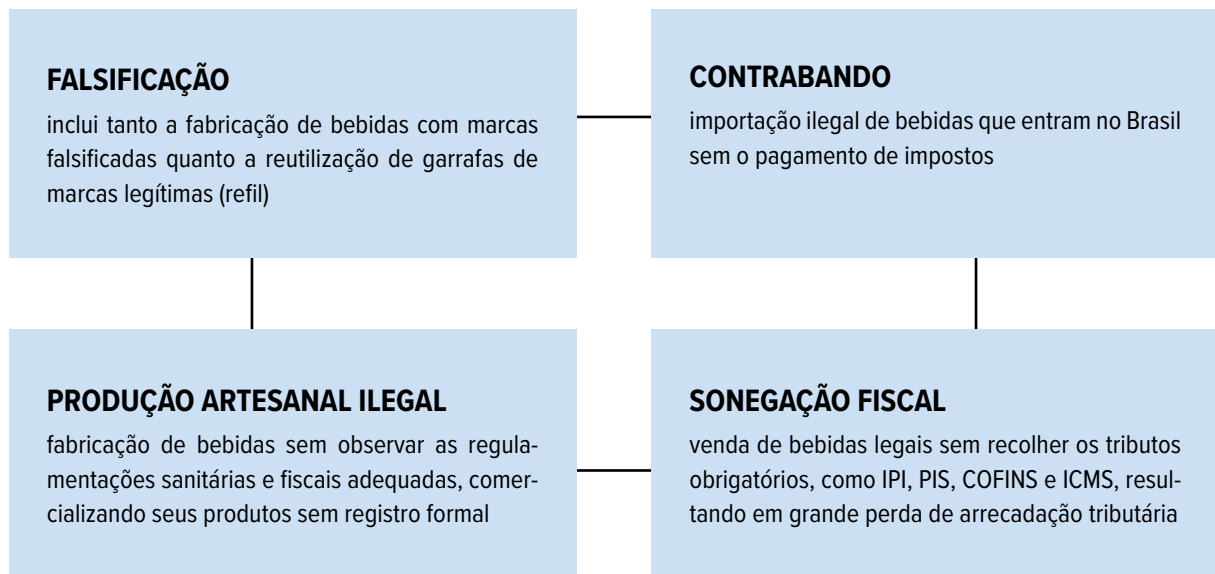
As atividades ilegais no mercado de bebidas no Brasil envolvem diversas práticas, que podem ser organizadas da seguinte forma:

88 **Confederação Nacional da Indústria (CNI).** *Perfil Setorial da Indústria*. Disponível em: <https://perfilsetorialdaindustria.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

89 No setor de bebidas no Brasil, há uma distinção importante entre bebidas alcoólicas e bebidas doces (ou não alcoólicas). As bebidas alcoólicas, como cervejas, vinhos e destilados, contêm teor alcoólico e estão sujeitas a regulamentações específicas e tributações mais elevadas, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Já as bebidas doces, como refrigerantes, sucos, águas gaseificadas e outras bebidas não alcoólicas, são produzidas sem teor alcoólico e, embora também estejam sujeitas ao IPI, geralmente enfrentam uma carga tributária diferente e menos rigorosa em comparação às bebidas alcoólicas. Essa diferenciação impacta tanto a regulamentação quanto a arrecadação tributária do setor.

90 Dados do relatório **Euromonitor International.** *Alcoholic Drinks in Brazil*. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/alcoholic-drinks-in-brazil/report>. Acesso em: 26 nov. 2024.

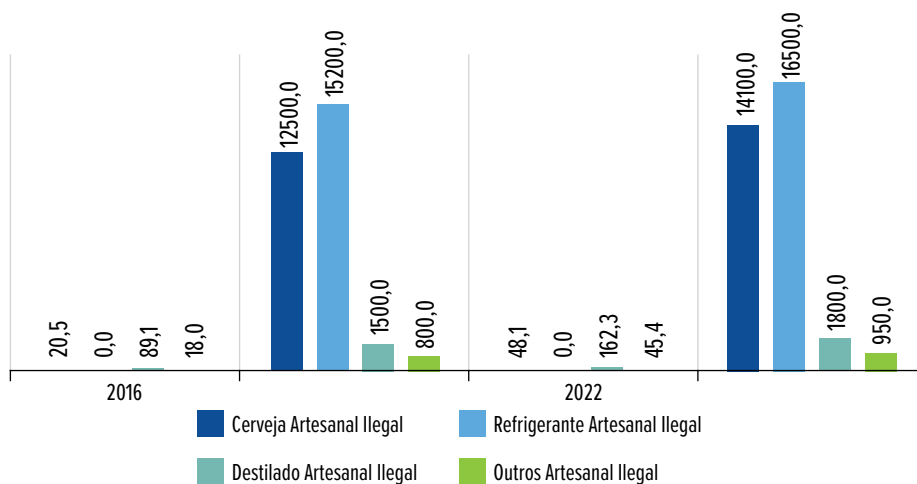
FIGURA 3. Atividades ilegais no mercado de bebidas no Brasil



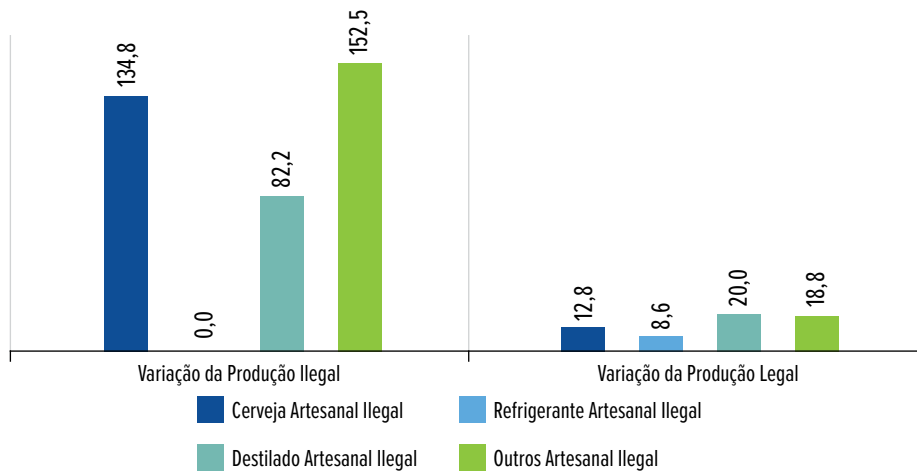
Fonte: Elaboração própria.

Dados do Anuário da Falsificação 2024 da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) revelam um panorama alarmante sobre a produção ilegal e a sonegação fiscal no setor de bebidas no Brasil. A produção ilegal de bebidas, em especial de cervejas artesanais e outros tipos de destilados, teve um crescimento expressivo entre 2016 e 2022. Por exemplo, a produção ilegal de cerveja artesanal aumentou de 20,5 milhões de litros em 2016 para 48,1 milhões de litros em 2022, representando um salto de 134,6%. Outros tipos de bebidas, como destilados e “outros artesanais”, também mostraram aumentos significativos, com crescimentos de 82,2% e 152,5%, respectivamente.

GRÁFICO 7. Produção ilegal vs legal, de bebidas, em milhões de litros 2016 e 2022



Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Anuário da Falsificação 2024; Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE), Relatório Anual 2024; Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV), Dados Setoriais 2024.

GRÁFICO 8. Variação percentual da produção legal e ilegal de bebidas
2016 e 2022

Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Anuário da Falsificação 2024; Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE), Relatório Anual 2024; Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV), Dados Setoriais 2024.

No que tange à sonegação fiscal de bebidas, os dados são ainda mais impactantes: a sonegação de cerveja subiu de 637 milhões de litros em 2016 para 2,97 bilhões de litros em 2022, um aumento de impressionantes 366,7%. Por outro lado, houve uma redução na sonegação de destilados, que caiu 19,9%, e de outros tipos de bebidas, com uma queda acentuada de 88,2%. Esse contraste pode indicar mudanças nas práticas do mercado ilegal, que passou a focar em produtos mais rentáveis e de maior circulação, como a cerveja.

TABELA 1. Sonegação fiscal de bebidas (em milhões de litros)
2016 e 2022

Tipo de Bebida	2016 (Milhões de Litros)	2022 (Milhões de Litros)	Variação (%)
Cerveja	637	2.972	366,7%
Refrigerante	835	1.757	110,3%
Destilado	186	149	-19,9%
Outros	17	2	-88,2%

Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) e Anuário da Falsificação, 2024.

O mercado ilícito em geral cresceu consideravelmente, com a sonegação fiscal saltando de 1,924 bilhões de litros em 2016 para 5,316 bilhões de litros em 2022, um crescimento de 176,3%. Já o contrabando dobrou de 13 milhões para 28 milhões de litros, um aumento de 115,4%, enquanto a falsificação de bebidas cresceu 100%, passando de 128 milhões para 256 milhões de litros.

TABELA 2. Mercado ilícito de bebidas (em milhões de litros)
2016 e 2022

Categoria	2016 (Milhões de Litros)	2022 (Milhões de Litros)	Crescimento (%)
Sonegação	1.924	5.316	176,3%
Falsificação	128	256	100,0%
Produção Artesanal	108	129	19,4%
Contrabando	13	28	115,4%

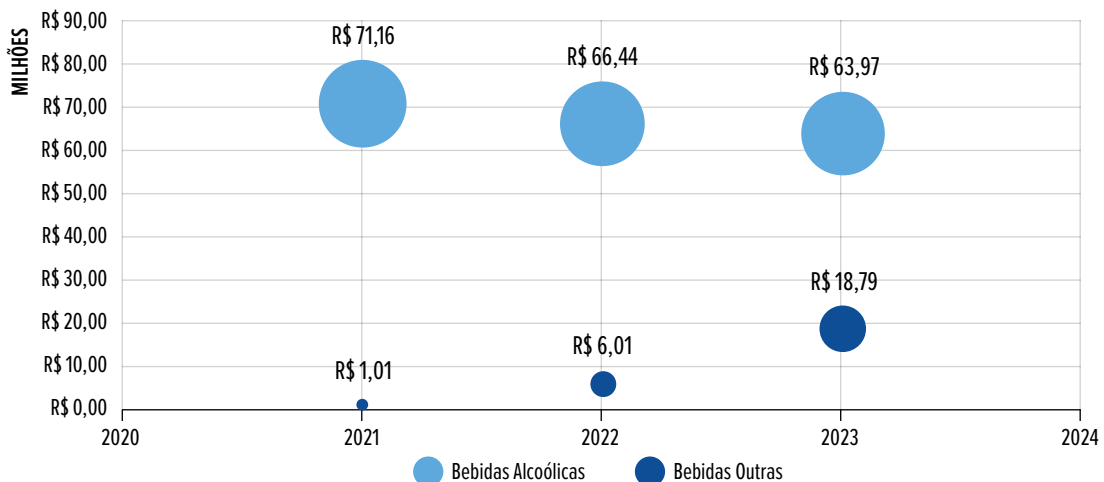
Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) e Anuário da Falsificação, 2024.

Essas atividades ilegais juntas geraram uma perda fiscal estimada em R\$ 52 bilhões em 2022, segundo a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), impactando gravemente as finanças públicas e prejudicando tanto o mercado formal quanto a capacidade de o Estado investir em políticas públicas. O relatório da ABCF sobre o mercado ilícito de bebidas no Brasil entre 2016 e 2022 revela um crescimento expressivo das atividades ilegais no setor, com destaque para a sonegação fiscal, que aumentou drasticamente de 1,67 bilhão de litros em 2016 para 4,9 bilhões de litros em 2022, um salto de aproximadamente 193,4%. Para ilustrar, o volume de bebidas sonegadas em 2022 seria suficiente para abastecer quase 490 edições do Carnaval do Rio de Janeiro, onde se consome cerca de 10 milhões de litros de cerveja por ano.

“o volume de bebidas sonegadas em 2022 seria suficiente para abastecer quase 490 edições do Carnaval do Rio de Janeiro, onde se consome cerca de 10 milhões de litros de cerveja por ano”.

Esse cenário foi impulsionado, em parte, pela extinção do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEB), sem o qual o monitoramento da produção tornou-se mais fragmentado, difícil e falho. O resultado é um impacto significativo na arrecadação e na competitividade do mercado formal, que perde terreno para produtos ilegais e alimentam o poderio econômico das organizações criminosas brasileiras. A produção ilegal ou subdeclarada de bebidas, invisibilizada ao Estado pela ausência de instrumentos de controle e rastreamento adequados, configura um nó górdio, que é fato gerador e força motriz para as fraudes e crimes.

GRÁFICO 9. Valores estimados de bebidas apreendidas pela Receita Federal, em milhões de reais 2021-2023



Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) - Elaboração Própria

Os dados da Receita Federal revelam uma queda contínua nas apreensões de bebidas alcoólicas entre 2021 e 2023, com valores caindo de R\$ 71,16 milhões para R\$ 63,97 milhões, representando uma redução de 10,1% nesse período⁹¹. Em contraste, as apreensões de bebidas não alcoólicas, como refrigerantes, cresceram de forma expressiva, passando de R\$ 1 milhão em 2021 para R\$ 18,79 milhões em 2023, um aumento de aproximadamente 1.755%.

Essa discrepância aponta uma mudança nas dinâmicas do mercado ilegal, com maior atenção dada a produtos não alcoólicos, antes menos visados pela fiscalização. O aumento nas apreensões de refrigerantes pode sinalizar um crescimento expressivo na produção ilegal ou um redirecionamento nas prioridades de fiscalização, revelando a diversificação das atividades ilícitas desse mercado.

TABELA 3. Apreensões, produção ilegal e sonegação fiscal de bebidas 2022-2023

Tipo de Bebida	Apreensões da Receita Federal (2023)	Produção Ilegal (2022)	Sonegação Fiscal (2022)
Cerveja	R\$ 63,97 milhões	R\$ 1.354 milhões	R\$ 38.857 milhões
Refrigerante	R\$ 18,79 milhões	Não disponível	R\$ 6.584 milhões
Destilado	Não disponível	R\$ 2.360 milhões	R\$ 6.957 milhões
Outros	Não disponível	R\$ 403 milhões	R\$ 815 milhões

Fonte: Receita Federal, 2023; Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), no Anuário da Falsificação, 2024.

A produção de bebidas ilegais, especialmente no setor de cervejas e destilados artesanais, observou um aumento significativo entre 2016 e 2022. A produção de cerveja artesanal ilegal passou de R\$ 447 milhões em 2016 para R\$ 1,35 bilhão em 2022, um crescimento de 202,4%. No caso dos destilados ilegais, o salto foi de R\$ 995 milhões para R\$ 2,36 bilhões, representando um aumento de 137% no mesmo período, conforme a ABCF - Anuário da Falsificação 2024. Esses números refletem a expansão do mercado ilegal de cerveja artesanal e destilado, evidenciando o impacto na arrecadação fiscal e na integridade da concorrência com empresas formalizadas.

No âmbito da sonegação fiscal, os valores relacionados à produção ilegal de bebidas aumentaram de maneira alarmante. A sonegação de cerveja saltou de R\$ 5,05 bilhões em 2016 para R\$ 38,85 bilhões em 2022, um aumento de 669%, de acordo com ABCF - Anuário da Falsificação 2024. Para os destilados, a sonegação subiu de R\$ 2,13 bilhões para R\$ 6,96 bilhões, um crescimento de 226%. Esses números demonstram o impacto negativo desse fenômeno na economia formal, com bilhões de reais sendo perdidos em arrecadação, comprometendo a capacidade estatal e a qualidade dos serviços e políticas públicas.

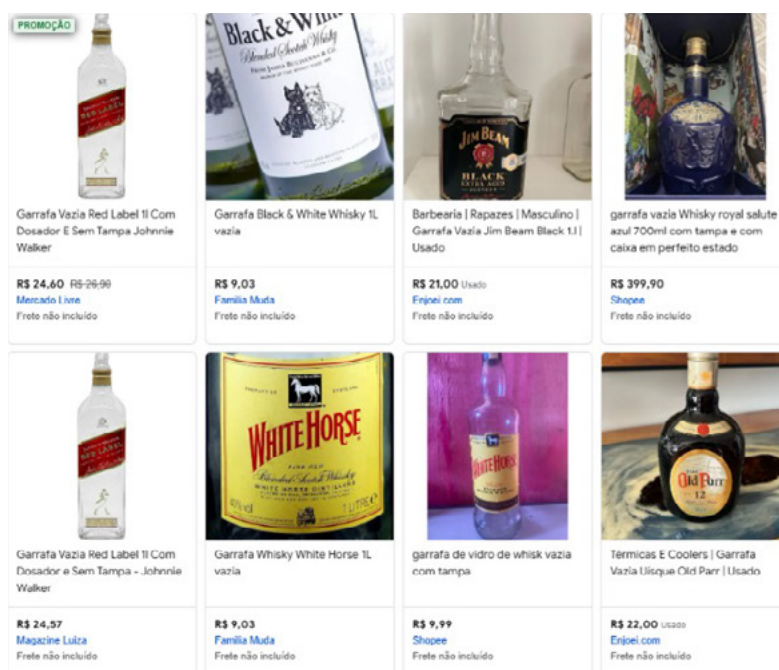
Embora as apreensões da Receita Federal de bebidas alcoólicas tenham caído cerca de 10,1% de 2021 a 2023, a produção ilegal de cervejas e destilados cresceu exponencialmente entre 2016 e 2022, com aumentos de 202,4% e 137%, respectivamente (ABCF). Esse crescimento da produção ilegal coincide com um aumento alarmante da sonegação fiscal: a sonegação em cervejas, por exemplo, subiu 669% no mesmo período. **A queda nas apreensões pode indicar que, apesar do aumento na produção ilegal**

⁹¹ Portal de Dados Abertos. Destinações de Mercadorias Apreendidas. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/destinacoes-de-mercadorias-apreendidas>. Acesso em: 26 nov. 2024.

e na sonegação, as operações de fiscalização não acompanharam o crescimento da atividade ilícita, levando a um descompasso significativo entre o que é apreendido e o que efetivamente está sendo produzido e comercializado no mercado ilegal.

A falsificação de bebidas continua a ser uma prática recorrente, especialmente com a reutilização de garrafas para envasamento de bebidas adulteradas, prática conhecida como “refil”. Em 2023, foram apreendidas 1,3 milhão de garrafas de bebidas contrabandeadas, o que resultou em uma perda de mais de R\$ 5 bilhões em receitas fiscais. O crescimento da produção artesanal ilegal, especialmente de cachaça e vinhos, também contribuiu para a expansão do mercado ilícito. O mercado de bebidas ilícitas se beneficia da fragmentação dos canais de venda, com a crescente popularidade do comércio eletrônico e das mídias sociais⁹².

FIGURA 4. Anúncios para venda online de garrafas vazias com rótulos de bebidas alcóolicas



Fonte: Reprodução/internet.

O aumento expressivo na produção de bebidas ilegais e o crescimento na sonegação fiscal indicam que uma parte significativa do mercado está sendo abastecida por produtos fora dos canais legais. Isso pode resultar em preços mais baixos para o consumidor, uma vez que esses produtos escapam de tributos e regulamentações, mas também significa maior risco de adquirir bebidas de qualidade duvidosa, sem controle sanitário ou garantia de segurança. A expansão do mercado ilegal de bebidas gera sérios impactos para o setor formal, a competitividade da indústria, a arrecadação fiscal, o financiamento de políticas públicas, a garantia dos empregos gerados pelo setor, uma ameaça direta à saúde e à segurança públicas, entre outros.

92 **Correio Brasileiro.** (2024). *Comércio ilegal de bebidas alcóolicas se consolida no país com crime organizado*. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/economia/2024/05/6865050-comercio-ilegal-de-bebidas-alcoolicas-se-consolida-no-pais-com-o-crime-organizado.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

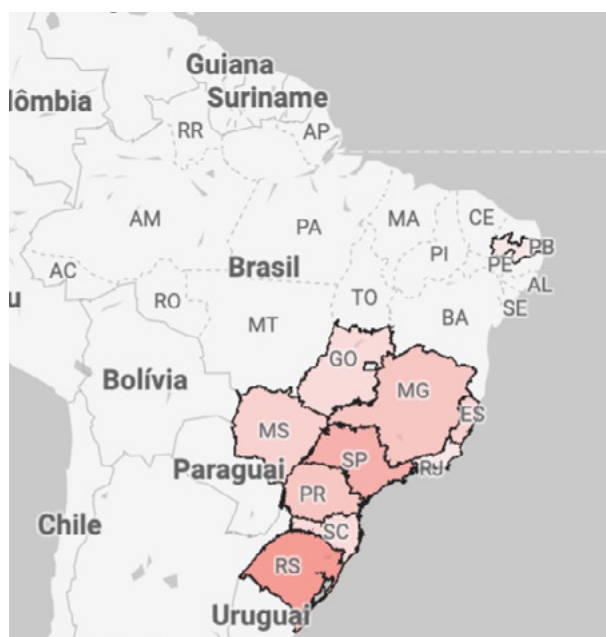
Crime Organizado no Setor de Bebidas

O envolvimento de facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), no comércio ilegal de bebidas alcoólicas é uma realidade preocupante. Essas organizações diversificaram suas atividades ilícitas, incluindo o contrabando e a distribuição de bebidas falsificadas.

Em 2023, a Polícia Federal deflagrou a Operação Afluência⁹³, visando desarticular uma organização criminosa dedicada ao descaminho de bebidas alcoólicas de origem estrangeira, como vinhos e destilados. A operação resultou na apreensão de bens avaliados em aproximadamente R\$ 20 milhões, incluindo 133 veículos e 30 imóveis, além do bloqueio de valores em contas dos investigados e de empresas. As ações ocorreram em diversos estados, evidenciando a abrangência territorial dessas atividades ilícitas.

As bebidas alcoólicas ilegais são as que mais apresentaram casos de apreensão, sendo distribuídos pelo território nacional, com foco em algumas regiões. Bebidas como o vinho são contrabandeadas pela fronteira sul do país, mais especificamente no Rio Grande do Sul. Já os destilados e outros tipos de bebida chegam ao país com mais frequência do Paraguai. No Rio de Janeiro, milícias também têm se envolvido no comércio ilegal de bebidas⁹⁴. Esses grupos controlam a distribuição de produtos em áreas sob sua influência, impondo taxas a comerciantes locais e monopolizando a venda de determinadas mercadorias, incluindo bebidas alcoólicas. Essa prática não apenas gera lucros significativos para as milícias, mas também contribui para a manutenção de seu poder territorial e influência sobre a população local.

MAPA 4. Mapa dos casos de apreensão de bebidas alcoólicas ilegais noticiados Brasil, 2019 a 2024



Fonte: Elaboração própria a partir de sistematização de informações de imprensa.

93 UOL Notícias. (2023). PF faz operação contra grupo que trazia bebidas de forma ilegal. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/30/pf-operacao-bebidas.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

94 UOL Notícias. (2022). Milícia no Rio expande negócios e atua até em mineração e empréstimos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/08/saibro-emprestimos-e-muito-mais-os-negocios-da-milicia-no-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

A diversificação das atividades criminosas por parte de facções como o PCC e o CV, bem como a atuação das milícias no comércio ilegal de bebidas, representam um desafio significativo para as autoridades brasileiras. A prevenção e o controle efetivo dessas práticas requerem ações de Estado, coordenadas entre as forças de segurança, órgãos de fiscalização e regulação, visando desarticular as redes de distribuição ilegal e reduzir impactos econômicos e socioambientais.

Embora PCC e CV sejam organizações mais visíveis e conhecidas nacionalmente, o envolvimento com o setor de bebidas é comum em muitos outros estados, com o protagonismo de organizações locais, que operam inclusive em aliança com facções nacionais. No Distrito Federal, a Polícia Civil deflagrou a Operação Retomada contra a facção Comboio do Cão (CDC)⁹⁵.

As organizações criminosas não se restringem a facções presentes especialmente em territórios vulneráveis como favelas e cidades isoladas com pouca presença do Estado. Em 13 de setembro de 2024, a Polícia Federal, com o apoio da Receita Federal, deflagrou a Operação “Top Shelf” em Porto Alegre, visando combater o comércio irregular de bebidas e perfumes importados sem o devido recolhimento de tributos. Durante a operação, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão em um estabelecimento comercial e em dois endereços residenciais, sendo que um deles funcionava como depósito para os produtos irregulares⁹⁶. Em 25 de abril de 2024, a Polícia Federal realizou a Operação “Vasum II”, que cumpriu 15 mandados de busca e apreensão no Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. O objetivo foi reprimir a importação ilegal de mercadorias estrangeiras, incluindo bebidas, e combater crimes de descaminho e associação criminosa. A decisão partiu da Justiça Federal de Santa Maria, e foi determinada a apreensão de 23 veículos, com valor total estimado em R\$ 1,7 milhão⁹⁷.

Respostas ao Crime Organizado no Setor de Bebidas

Para regulamentar e fiscalizar a produção e comercialização de bebidas, o Brasil conta com legislações específicas, como a Lei nº 8.918/1994, que estabelece normas para a padronização, classificação, registro, inspeção e fiscalização do setor. A Medida Provisória

SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO DE BEBIDAS (SICOBEBE)

O Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEBE) foi implementado pela Receita Federal em 2008, com o objetivo de rastrear a produção de bebidas no Brasil e combater práticas como a sonegação fiscal e o contrabando. Através da instalação de tecnologia de rastreamento nas linhas de produção, o sistema enviava dados em tempo real à Receita, garantindo que o governo tivesse informações detalhadas sobre o volume de bebidas produzidas, a marca, o tipo de embalagem

95 **Metrópoles.** (2024). *Comboio do Cão usa distribuidoras de bebidas para lavar dinheiro do pó*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/comboio-do-cao-usa-distribuidoras-de-bebidas-para-lavar-dinheiro-de-pou>. Acesso em: 26 nov. 2024.

96 **Polícia Federal.** (2024). *PF e Receita Federal apuram comércio irregular de bebidas e perfumes importados*. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/pf-e-receita-federal-apuram-comercio-irregular-de-bebidas-e-perfumes-importados>. Acesso em: 26 nov. 2024.

97 **GZH.** (2024). *PF realiza operação contra comércio ilegal de bebidas importadas; mandados foram cumpridos no RS e outros três Estados*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2024/04/pf-realiza-operacao-contracomercio-ilegal-de-bebidas-importadas-mandados-foram-cumpridos-no-rs-e-outros-tres-estados>.

nº 2.158-35/2001 prevê a implementação de mecanismos de controle e rastreamento para prevenir a sonegação fiscal, uma prática comum no mercado de bebidas. Essas legislações visam garantir que os produtos sejam devidamente registrados e que os impostos sejam arrecadados de maneira efetiva pelo Estado, evitando que bebidas ilegais prejudiquem a arrecadação tributária, coloquem em risco a saúde pública e alimentem o poder econômico de organizações criminosas, cada vez mais presentes no setor.

A fiscalização desse setor é conduzida por diversas instituições. O Ministério da Saúde, por meio da ANVISA, é responsável por regulamentar os padrões sanitários, garantindo a qualidade e a segurança dos produtos disponíveis no mercado. Já o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio das Polícias Federal e Rodoviária Federal, atua diretamente no combate aos esquemas de contrabando e na desarticulação de redes criminosas, em operações conjuntas com a Receita Federal. As Polícias Civis e Militares – e eventualmente as Guardas Civis Municipais –, desempenham um papel importante na desarticulação da produção e do comércio de bebidas ilegais, especialmente em áreas dominadas por facções criminosas.

O Ministério Público Federal (MPF) também participa ativamente do enfrentamento ao contrabando e à sonegação fiscal no setor de bebidas, investigando, processando os envolvidos e colaborando com a Receita Federal e a Polícia Federal, em especial em operações de fiscalização e enfrentamento ao crime organizado. A Receita Federal é encarregada da fiscalização tributária, monitorando a produção e a arrecadação de impostos no setor de bebidas, enquanto a Casa da Moeda, durante o período de funcionamento do SICOBE, emitia selos fiscais para garantir a autenticidade das bebidas. Por fim, o Banco Central e o COAF monitoram movimentações financeiras suspeitas associadas ao comércio de bebidas, ajudando a combater a lavagem de dinheiro, a ocultação de bens e a evasão fiscal.

e outros detalhes. O SICOBE foi considerado um dos sistemas mais eficientes do mundo no controle da produção de bebidas.

Os impactos do SICOBE foram significativos já no primeiro ano de operação. A arrecadação tributária do setor de bebidas aumentou em **40%**, gerando **R\$ 4,5 bilhões** adicionais aos cofres públicos. Essa melhora no controle não apenas inibiu práticas fraudulentas como a sonegação e mitigou possíveis riscos à saúde da população que consome os variados produtos do setor, mas também tornou o Brasil o **terceiro maior produtor de bebidas no mundo**, consolidando o setor como um dos mais importantes para a economia nacional [ETCO](#).

Apesar dos impactos iniciais, o SICOBE foi desativado em 2016, após uma decisão da Receita Federal que alegou altos custos de manutenção — cerca de **R\$ 1,4 bilhão** ao ano. Essa decisão foi amplamente criticada, pois desde a desativação, o setor voltou a apresentar um crescimento alarmante nas fraudes e sonegação fiscal. Segundo o Relatório Mercado Ilícito da ABCF, Entre 2016 e 2022, o volume de bebidas produzidas de forma ilícita saltou de **2 bilhões de litros** para **5,3 bilhões de litros**, e as perdas fiscais somaram cerca de **R\$ 78 bilhões**, sendo **R\$ 59 bilhões** provenientes da sonegação.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou sobre a necessidade de restabelecer um sistema de controle de produção de bebidas. A Casa da Moeda estima que a reinstalação de um sistema como o SICOBE poderia garantir **R\$ 15 bilhões** em receitas adicionais anuais para o governo (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2024/08/sistema-de-controle-de-bebidas-deve-gerar-r-15-bilhoes-em-receitas-extras.shtml>). A reativação de um sistema de rastreamento como o SICOBE, ou a implementação de um novo mecanismo tecnológico, é amplamente defendida por entidades do setor privado e órgãos de fiscalização. Com esse controle, seria possível recuperar parte das perdas fiscais, reduzir a sonegação e combater de forma mais eficiente o mercado ilícito, restaurando a competitividade do setor formal e fortalecendo o enfrentamento do crime organizado.

Com a desativação do SICOBE em 2016, o Brasil perdeu o único sistema estatal de rastreamento da produção, gerando um verdadeiro apagão de dados sobre o monitoramento de bebidas no país. Essa lacuna criou uma brecha significativa no controle fiscal e na fiscalização sanitária, comprometendo a capacidade de garantir que as bebidas fossem produzidas e comercializadas de acordo com as normas regulatórias. Além disso, a ausência do sistema resultou em um vácuo de dados sobre *proxies* e cenários essenciais para avaliar a atuação do crime organizado no Brasil, dificultando ações de inteligência e combate a essas redes criminosas.

Desde então, várias instituições e representantes do setor privado têm defendido a reinstalação ou a criação de um sistema similar, ensejando que o Estado possa rastrear de maneira eficiente a produção e a distribuição de bebidas no Brasil. O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, em 14 de agosto de 2024, que a Receita Federal, em conjunto com a Casa da Moeda, reative o SICOBE, suspenso desde 2016.

A implementação de um regime de tributação monofásico é outra política defendida para e pelo setor. Esse regime concentraria a arrecadação de tributos na fase de produção, simplificando o sistema tributário e reduzindo as oportunidades para fraudes fiscais ao longo da cadeia de comercialização. Além disso, os setores público e privado têm promovido campanhas de conscientização para alertar os consumidores sobre os riscos de adquirir bebidas ilegais, enfatizando os perigos à saúde pública e os prejuízos para a economia formal.

O setor privado também tem desempenhado um papel essencial na defesa de políticas de controle. A Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (ABIR) trabalha junto ao Estado para apoiar a implementação de mecanismos fiscais e de enfrentamento ao crime organizado eficazes, como o SICOBE, enquanto a Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE), que representa os fabricantes de bebidas alcoólicas, colabora com a Receita Federal e o MPF para combater a sonegação fiscal e o contrabando no setor.

A expansão do mercado ilícito de bebidas no Brasil ressalta a necessidade urgente de sistemas de controle estatais mais eficazes, assertivos e inteligentes. Essa questão vai além do âmbito tributário ou econômico, já que o setor de bebidas é um dos principais alvos de organizações criminosas que exploram esse mercado ilegal para práticas como lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, contrabando e falsificação. O reforço em medidas de rastreamento e identificação pelo Estado brasileiro é essencial para desarticular essas redes e minimizar seus impactos negativos na sociedade.



Magnitude da receita do crime organizado no Brasil: uma estimativa

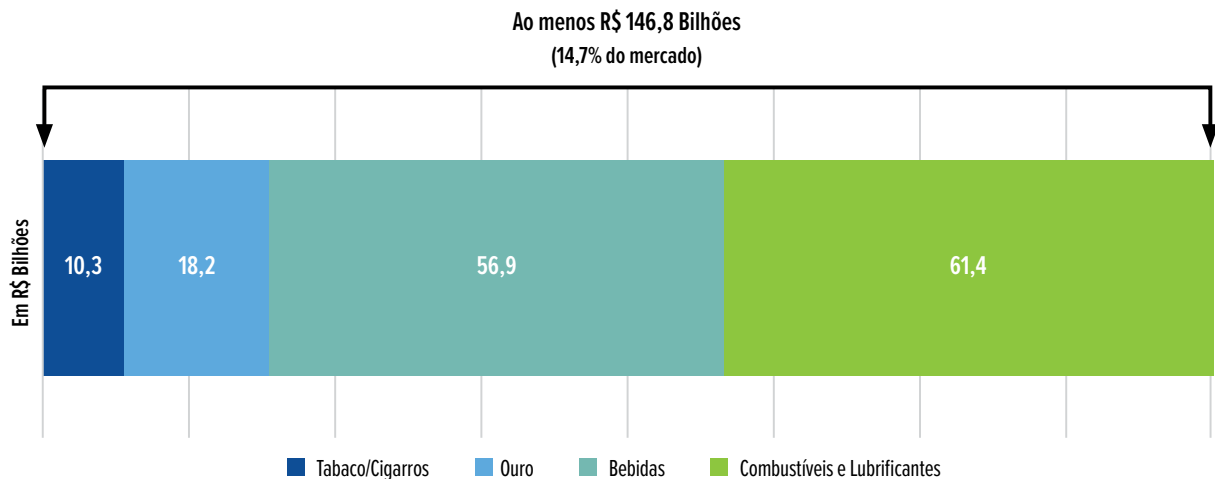
As sessões anteriores trazem uma estimativa inédita sobre a receita do crime organizado no Brasil a partir de 2022, para quatro produtos principais analisados neste relatório: ouro, combustíveis/lubrificantes, bebidas, tabaco/cigarro. A soma total estimada da receita do crime organizado com esses quatro mercados estaria na casa dos R\$146,8 bilhões de reais anuais, a partir de 2022.

É importante frisar que este valor é uma estimativa, isto é, um cálculo *aproximado*, e não um valor exato. E isso porque a natureza ilícita das atividades do crime organizado, ainda que ao negociar produtos lícitos, torna o processo de coleta de dados exatos extremamente complexa e desafiadora. A falta ou insuficiência nos registros oficiais disponíveis, a complexidade das operações e a constante mudança dos mercados criminosos tornam impossível obter um valor absoluto e definitivo. Por isso, é fundamental interpretar os números que geramos neste relatório como aproximações e insumos para discussão. Tendo isso em mente, ainda que esses valores sejam aproximações, eles podem ser lidos como ferramentas úteis na medida em que ajudam a jogar luz na ordem de magnitude do problema e a identificar tendências.

Feitas essas ressalvas, podemos olhar novamente para a estimativa de R\$146,8 bilhões de reais anuais de receita do crime organizado. Composto esse valor, em primeiro lugar, em números absolutos, está o setor de combustíveis e lubrificantes, com um total estimado de R\$61,4 bilhões. Em segundo lugar, o setor de bebidas, com R\$56,9. Na sequência, o setor de extração e produção de ouro, com o equivalente a R\$18,2 bilhões. E finalmente, o setor de tabaco/cigarros, com um prejuízo estimado de R\$10,3 bilhões.

O gráfico abaixo, já reproduzido anteriormente, na sessão Principais Achados deste relatório, ilustra esses números.

GRÁFICO 1. Receita anual estimada do crime organizado, por produto explorado
 Brasil, a partir de 2022



Fonte: Instituto Escolhas, 2022⁹⁸; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024⁹⁹; FBSP, 2024.

Para calcular as estimativas, foram usados dados de fontes diferentes. Em primeiro lugar, consultamos a Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) e a Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), ambas de 2022. Essas pesquisas são realizadas pelo IBGE e se debruçam sobre características estruturais básicas do segmento empresarial, respectivamente, das atividades industrial e comercial do país. Funcionam como fonte para dados oficiais sobre o tema no país. No presente relatório, elas serviram como fonte para que pudéssemos acessar a receita operacional dos nossos setores de interesse no ano de 2022. A receita operacional representa o valor total obtido pelas empresas desses setores com a venda de seus produtos e serviços.

Com os dados oficiais da receita desses setores em mãos, uma segunda etapa do nosso cálculo envolveu a busca ativa por fontes de dados que estimem o valor dos mercados legal e ilegal, juntos, de cada um desses setores. Nessa etapa, utilizamos dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (2023) para o setor de combustíveis/lubrificantes; do Euromonitor Internacional para o setor de bebidas; do FBSP e Esfera Brasil (2024) para o setor de tabaco/cigarros; e do Instituto Escolhas (2022) para o setor do ouro. No caso do ouro, sua produção estimada pelo Instituto Escolhas (2022) foi feita a partir dos registros de recolhimento da CFEM (Compensação Financeira para Exploração Mineral). Na sequência, para chegar à estimativa financeira da receita do crime organizado com este produto, considerou-se o preço médio do ouro durante o período analisado.

De posse dos valores possivelmente movimentados em cada um desses setores no mercado legal e ilegal, a nossa estimativa da receita do crime organizado em cada um desses setores foi feita pela seguinte subtração:

Estimativa do mercado legal e ilegal menos Receita Operacional = estimativa da receita do crime organizado

Se o IBGE provê as fontes oficiais de negócios lícitos desses setores (variável 1), as estimativas do mercado legal e ilegal (variável 2), torna possível chegarmos à dimensão do mercado ilegal que extrapola os

98 INSTITUTO ESCOLHAS. **Raio X do Ouro**: mais de 200 toneladas podem ser ilegais. Instituto Escolhas, 2022

99 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa de vitimização e percepção sobre violência e segurança pública**. São Paulo: FBSP; Instituto DataFolha, 2024.

limites legais. A subtração desta última variável pelos números do IBGE permite, portanto, o cálculo de um valor aproximado do tamanho da receita do crime organizado.

Esse cálculo foi aplicado de forma separada para cada um dos setores de interesse. Esses valores foram, ao final, somados, de modo que os R\$146,8 bilhões representam a estimativa da receita anual do crime organizado desses quatro setores, juntos, a partir de 2022. A tabela abaixo detalha os valores de cada segmento e sintetiza cada uma das variáveis utilizadas para a realização do cálculo.

TABELA 4. Variáveis que compõem as estimativas da receita do crime organizado para ouro, bebidas, combustíveis/lubrificantes e tabaco/cigarro
Brasil (2022 em diante)¹

Atividade econômica	Estimativa dos mercados legal e ilegal (R\$)	Receita operacional (R\$)	Estimativa da receita do crime organizado (R\$)	Participação da economia ilícita no setor (%)
Combustíveis e lubrificantes	706.338.071,00	644.886.659,00	61.451.412,00	8,7
Extração e produção de ouro (CNAE 0724-3 e 2442-3)	45.416.848,00	27.250.109,00	18.166.739,00	40,0
Extração de minério de metais preciosos (CNAE 0724-3)	6.785.065,00	4.071.039,00	2.714.026,00	40,0
Produção de ouro (CNAE 2442-3)	38.631.783,00	23.179.070,00	15.452.713,00	40,0
Fabricação de bebidas	221.186.556,00	164.286.556,00	56.900.000,00	25,7
Fabricação de produtos do fumo/tabaco	25.632.458,00	15.379.475,00	10.252.983,00	40,0
Total	998.573.934,00	851.802.799,00	146.771.134,00	14,7

(1) Em R\$1.000,00 (mil reais).

Fonte: Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), 2022; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Instituto Escolhas, 2022; Euromonitor Internacional; FBSP e Esfera Brasil, 2024.

Se, como visto, o setor que detém a maior fatia na receita estimada do crime organizado é o de combustíveis/lubrificantes, representando 41,8% da receita do crime organizado, este setor é, de outro lado, o que tem a menor participação percentual na economia ilícita, quando comparado com o valor total movimentado lícito e ilícitamente. Os R\$61,4 milhões desse setor obtido como receita do crime organizado equivale a 8,7% do mercado lícito e ilícito. Na sequência está o mercado de bebidas com seus R\$10,2 milhões de receita gerados para o crime organizado, quantia que simboliza 25,7% do total do mercado lícito e ilícito. Finalmente, liderando a participação da economia ilícita no setor estão os mercados de extração e produção de ouro e o mercado de fabricação de produtos de fumo/tabaco. A receita do crime organizado em cada um desses setores representa 40,0% do total do mercado da área (lícito e ilícito).

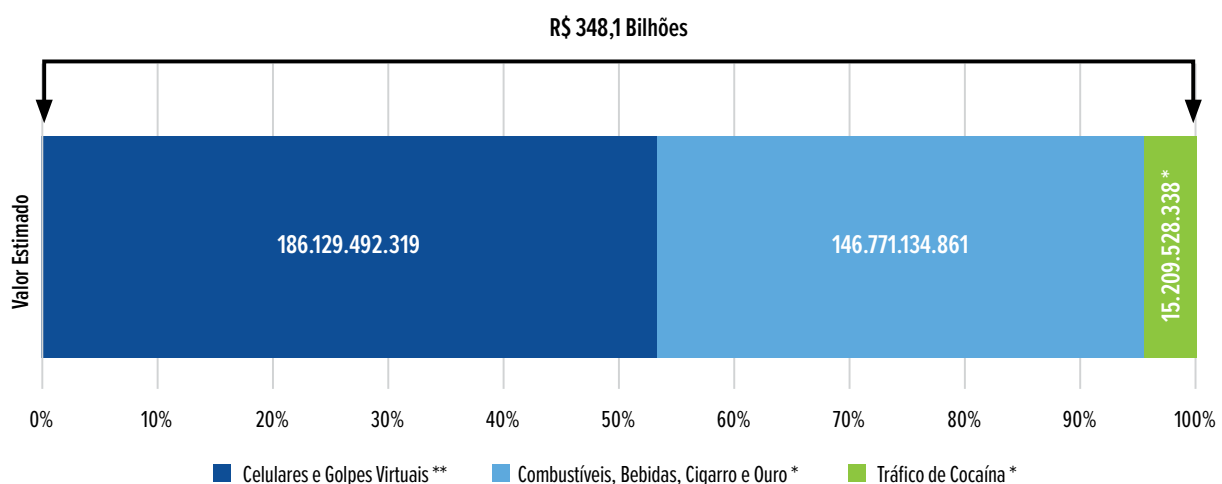
Essa dinâmica é ilustrativa de como o crime organizado está infiltrado no mercado legal, apropriando-se de setores cujos produtos não são, em si, ilegais, mas usando-os de forma ilegal. Todos os quatro produtos analisados em detalhes nas sessões anteriores – bebidas, combustíveis, cigarro e ouro – são exemplos dessa rede. No caso das bebidas e do setor de cigarro/tabaco, é comum que haja falsificação e contrabando dos itens. Contrabando também é um dos meios de ilicitude presentes no mercado de combustíveis, bem como a adulteração. No caso do ouro, a extração e produção muitas vezes acontecem de maneira ilegal, em áreas protegidas ou terras indígenas. Comumente esse processo está também conectado ao narcotráfico, fomentando o chamado narcogarimpo. Em todos os produtos aqui analisados, é possível que seus respectivos mercados ilegais sejam usados também como uma forma de lavar dinheiro. Além disso, ao apropriar-se

desses mercados, as organizações criminosas não apenas lucram de forma ilícita, mas também prejudicam a concorrência leal, sonégam impostos e, em muitos casos, comprometem a segurança dos consumidores.

À título de comparação, enquanto nossa estimativa da receita do crime organizado nesses quatro mercados fica na casa dos R\$146,8 bilhões de reais anuais, a receita do crime organizado com crimes patrimoniais (especificamente roubo/furto de celulares e golpes virtuais via celulares roubados/furtados) está na casa dos R\$186 bilhões de reais¹⁰⁰, entre julho de 2023 a julho de 2024, conforme FBSP e Instituto DataFolha (2024). Os altos números dos crimes patrimoniais são em parte explicados pela crescente tendência da transição dos crimes patrimoniais da mobilidade física para a modalidade híbrida, com forte presença de crimes virtuais. Tais crimes geram prejuízos financeiros que variam. Por exemplo, o prejuízo médio de fraudes no cartão de crédito é de R\$1.702,00 por vítima, o mais alto de todas as modalidades criminosas patrimoniais analisadas. Golpes envolvendo pix e boletos falsos, por sua vez, tem um prejuízo médio de R\$1.470,00. Por outro lado, outras ocorrências têm valores médios dos prejuízos gerados mais baixos, como celular clonado (R\$ 699); dados pessoais divulgados na internet ou nas redes sociais sem consentimento (R\$ 390); suspeita da origem e autenticidade de mercadorias compradas nas redes sociais ou na internet por valores abaixo das lojas (R\$ 335). Esses são exemplos da capacidade de adaptação do crime às evoluções tecnológicas, e a alta taxa de furtos de celulares facilita essas mudanças, uma vez que os equipamentos eletrônicos, e os celulares em especial, se tornaram portões de entrada para crimes digitais.

Ainda a título de comparação, é possível estimar, de forma conservadora, que o potencial de faturamento do crime organizado com cocaína no mercado nacional é da ordem dos R\$ 15 bilhões anuais em 2022, conforme o gráfico abaixo, já reproduzido na sessão Principais Achados deste relatório.

GRÁFICO 2. Receita estimada do crime organizado, por produtos selecionados
 Brasil, 2022* e 2023**



Fonte: Instituto Escolhas, 2022¹⁰¹; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), 2022; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024¹⁰²; FBSP e Instituto DataFolha, 2024; World Drug Report/UDOC, 2024; FBSP, 2024.

¹⁰⁰ Este valor foi calculado a partir de pesquisa de vitimização realizada FBSP e Instituto DataFolha (2024). O valor corresponde à soma do prejuízo estimado de cada uma das modalidades de crimes virtuais e roubos de celulares considerados na pesquisa de vitimização, calculados a partir do prejuízo médio de cada ocorrência, multiplicado pela população prevalente.

¹⁰¹ INSTITUTO ESCOLHAS. **Raio X do Ouro**: mais de 200 toneladas podem ser ilegais. Instituto Escolhas, 2022

¹⁰² FBSP; Esfera Brasil. **Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil**. São Paulo: FBSP e Esfera Brasil, 2024.

Os valores estimados desses outros mercados – de crimes patrimoniais e de cocaína – são interessantes nessa análise porque ajudam na compreensão de que a participação do crime organizado nos setores de combustíveis, bebidas, cigarro e ouro não é trivial. Juntos, os R\$146,8 bi desses setores correspondem a 78,9% da receita dos crimes patrimoniais. São medidas da mesma ordem de grandeza. Isso mostra a dimensão do problema da infiltração do crime organizado na economia legal e indica também que o enfrentamento às redes criminosas deve ter múltiplas frentes e não deve se restringir ao enfrentamento do tráfico e dos crimes patrimoniais.

O valor estimado da receita do mercado ilegal com ouro, bebidas, tabaco e combustíveis aponta, portanto, para questões de duas ordens, que são complementares: em primeiro lugar, como já discutido, porque a fatia do mercado ilegal representa um percentual significativo do mercado total desses setores, indo de 8,7% no setor de combustíveis, e chegando a 40% nos setores de tabaco e ouro. Isso representa uma ameaça ao mercado legal, que passa a ter de competir dentro da legalidade com “concorrentes” que agem fora dos contornos legais e, portanto, não jogam sob as mesmas regras. Em segundo lugar, porque esses quatro mercados, quando olhados em conjunto, têm números absolutos de receita estimada bastante altos, inclusive similares à arrecadação obtida via crimes patrimoniais, o que indica seu papel como fonte importante de receita para o crime organizado.

Em resumo, a infiltração do crime organizado em setores aparentemente legítimos como o de combustíveis, bebidas, tabaco e ouro representa um problema para a economia e a sociedade brasileira. A estimativa de R\$ 146,8 bilhões em receitas ilícitas provenientes desses mercados, embora seja uma aproximação, demonstra a magnitude do problema e a necessidade de ações coordenadas. Pela complexidade e dinamicidade de funcionamento das organizações criminosas, o enfrentamento a seu modo de atuação também deve envolver estratégias complexas e dinâmicas, que envolvam, entre outros aspectos, o fortalecimento da fiscalização, o investimento em inteligência, bem como a promoção da cooperação entre os diferentes órgãos de segurança.



Crime organizado, controle territorial e produtos (i)lícitos

Produtos como bebidas, combustíveis, tabaco e ouro têm se tornado alvos estratégicos do crime organizado no Brasil devido ao consumo massivo e à demanda no mercado informal. A exploração desses produtos gera lucros significativos, fortalecendo facções criminosas e organizações infiltradas em instituições que operam em setores legais e ilegais para financiar suas operações. O domínio territorial é um aspecto crucial do crime organizado, permitindo o controle de rotas de tráfico e a circulação de produtos ilícitos em áreas com pouca presença do Estado.

Facções, milícias e outras formas de organização criminosas controlam não só o comércio de produtos falsificados e contrabandeados, mas também a integração dessas atividades à economia formal, usando esquemas de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro para expandir seu alcance. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen)¹⁰³, existem 88 organizações criminosas vinculadas ao narcotráfico no Brasil, com dois grupos mafiosos (CV e PCC) e atuação transnacional. Prisões funcionam como centros de coordenação dessas facções, que controlam o comércio de produtos como combustíveis e bebidas, gerando um mercado paralelo que impacta diretamente a economia e a segurança pública.

Essa interdependência entre violência, controle territorial e expansão de mercados ilícitos é sustentada por uma lógica de poder que perpetua o domínio das facções criminosas e transformam o cenário urbano em um espaço de governança paralela que desafia a capacidade do Estado de exercer seu controle efetivo. Essas facções se infiltram em mercados legais e ilegais, utilizando produtos de alto valor, como combustíveis e ouro, para financiar suas operações. **A falta de controle estatal desses produtos alimenta um ciclo contínuo de financiamento ao crime, tornando a rastreabilidade um componente estratégico para descapitalizar essas organizações criminosas, potencializando o enfrentamento, de forma mais eficaz, assertiva e inteligente pelo Estado brasileiro.**

Nesses termos, o rastreamento de produtos pode fornecer uma ferramenta fundamental para desmantelar essas operações e restaurar a autoridade estatal em regiões dominadas por facções. Esses mercados

103 Na íntegra em: https://static.poder360.com.br/2024/11/mapa_orcrim_2024.pdf

ilegais fomentam um círculo vicioso, no qual o capital gerado sustenta o crescimento e a diversificação das operações criminosas. Embora desconstruídas em termos metodológicos, as várias estimativas apresentadas no decorrer desse documento confluem em afirmar que impacto direto na economia formal é gigantesco, na medida em que as operações ilícitas competem de maneira desleal com empresas que seguem a legislação, promovendo a desestabilização do mercado e dificultando o controle governamental.

A despeito das diferenças dos impactos do crime organizado em cada setor produtivo apresentado, fica evidente a necessidade de criação de mecanismos de governança integrada pelo Estado, de compartilhamento de dados e intercâmbio de informações entre os diferentes níveis federativos (União, Estados e Municípios), além de envolver órgãos estratégicos como Receita Federal, Polícias Federal e Rodoviária Federal (polícias estaduais e Guardas Civis Municipais), e agências reguladoras.

Na mesma direção, a criação de iniciativas de inteligência interinstitucional permitiria cruzar dados rastreados e analisar padrões de circulação ilícita, auxiliando na identificação de atividades suspeitas antes que elas ganhem dimensão e escala. Contudo, esse processo precisa assegurar critérios rígidos de segurança da informação, de modo que dados sensíveis não vazem e, inadvertidamente, alertem organizações criminosas sobre investigações em curso ou estratégias de combate. A confiabilidade e a proteção dessas informações são cruciais para que o Estado atue de forma eficiente, reduzindo o risco de desarticulação das operações por fuga de dados.

No federalismo brasileiro, a harmonização de normas e práticas entre órgãos reguladores e Estados é indispensável, permitindo que empresas e agências governamentais operem de forma coordenada e alinhada. Padrões uniformes de rastreamento e controle evitam lacunas exploráveis por facções criminosas, promovendo maior eficiência no monitoramento. **Assim, uma estrutura de Estado que combine rastreamento de produtos, governança compartilhada e a criação de protocolos de segurança robustos pode oferecer uma abordagem integrada capaz de fortalecer tanto a segurança pública quanto a economia, recuperando ativos para a sociedade e desarticulando a infraestrutura econômica do crime organizado.**

Cada cadeia produtiva, seja ela de ouro, tabaco, bebidas e combustíveis, possui suas especificidades, características e desafios próprios de rastreamento e controle. Todavia, para entender plenamente o mercado ilícito desses produtos, é essencial reconhecer que eles não operam isoladamente. A partir de inúmeras fontes de dados e informações sistematizadas neste estudo, resta evidente que esses mercados, a despeito das especificidades da economia do crime de cada produto, estão interligados, sendo frequentemente operados por organizações criminosas que atuam em múltiplos setores simultaneamente, diversificando e profissionalizando seu poder e lastros econômicos. Por exemplo, em crimes ambientais, organizações que exploram o ouro ilegal também movimentam insumos como mercúrio e maquinário pesado, contando com logística que envolve barcos, aviões e outros equipamentos.

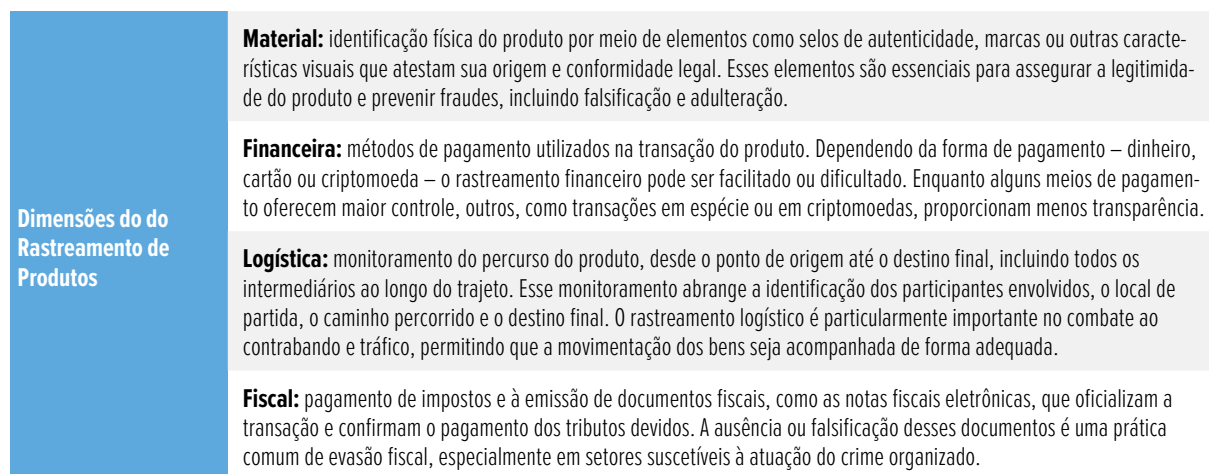
No campo territorial, esses grupos expandem suas atividades ilegais, comercializando bebidas, cigarros, drogas e armas. Essa interconexão revela que o mercado ilícito desses produtos funciona como um ecossistema, onde insumos e logística se reforçam mutuamente, demandando uma abordagem abrangente e integrada baseadas em evidências, tecnologias e inteligência. Essas dinâmicas, que impactam a seguran-

ça pública e a economia nacional, exigem um esforço coordenado para fortalecer a presença do Estado fazendo cumprir e valer o Estado de Direito.

Nesse cenário, a rastreabilidade de produtos e ativos pode se tornar uma ferramenta essencial para combater fraudes, evasão fiscal e o impacto do crime organizado em diversos setores econômicos e sociais. Ao se compreender como um produto que pode ser rastreado ao longo de quatro dimensões distintas — material, financeira, logística e fiscal, é possível desenvolver mecanismos de governança mais eficazes e inteligentes de controle, fiscalização e regulação.

Essa visão integrada das operações de produção, comercialização e distribuição, pode permitir identificar irregularidades e prevenir práticas ilícitas a partir do mapeamento de rotas, fluxos e dinâmicas do crime organizado no país.

FIGURA 5. Dimensões do rastreamento de produtos



Fonte: Elaboração própria.

Essas quatro dimensões formam a base para o desenvolvimento de sistemas de rastreamento eficazes, que vão além da simples identificação de produtos. Ao entender a interação entre dimensões material, financeira, logística e fiscal, é possível criar um ambiente de negócios mais transparente, combatendo fraudes, contrabandos e o financiamento de atividades e organizações criminosas.

Sistemas de rastreamento robustos, integrados à fiscalização mais eficiente pelo Estado, podem não só prevenir a evasão fiscal, como também assegurar que as atividades de diferentes setores produtivos sejam realizadas de maneira sustentável e dentro da legalidade. O enfrentamento ao crime organizado e à economia do crime, que busca capturar mercados e cadeias produtivas da economia formal, exige tanto ações diretas de repressão, realizadas pelas polícias e órgãos de segurança pública e justiça criminal quanto estratégias de prevenção e mitigação de riscos, que só podem ser eficazmente construídas por meio da integração entre as dimensões de monitoramento fiscal e de segurança pública.



Lavagem de Dinheiro, Rastreamento de produtos e Recuperação de Ativos

A lavagem de dinheiro é um dos mecanismos mais importantes para o crime organizado, transformando os lucros gerados por atividades ilegais em recursos aparentemente legais. Por sua vez, o *Follow the Money* (“seguir o dinheiro”) emerge nesse contexto como uma estratégia de enfrentamento mais consolidada para rastrear esses recursos e que pode ser fortalecida pela implementação conjunta de estratégias de *Follow the Products* (“seguir os produtos”).

Ao monitorar os produtos ao longo de suas cadeias produtivas e comerciais, é possível interceptar as transações financeiras associadas a esses produtos e identificar as redes e organizações criminosas por trás dessas operações. A perspectiva do *Follow the Products* busca identificar e monitorar produtos desde a sua origem até o consumidor final, interrompendo o fluxo de mercadorias que financiam o crime organizado. Essa estratégia pode ser especialmente eficaz para produtos de alto valor e alta tributação, como combustíveis, bebidas, cigarros e ouro, que são alvos preferenciais das facções criminosas.

Para enfrentar esses desafios, a implementação de um sistema estatal de rastreamento nacional poderia centralizar e uniformizar os dados em uma plataforma segura e de fácil acesso, orientando políticas públicas e estratégias de combate ao crime. Afinal, o custo do descontrole é muito alto, tanto em termos econômicos, financeiros, sociais e ambientais quanto de segurança pública, sendo fundamental, para tanto, a liderança do Estado em torno de uma governança integrada baseada em evidência e no emprego das mais modernas metodologias e tecnologias de monitoramento, controle e rastreabilidade de produtos combinadas com as necessárias estratégias e ações de inteligência financeira.

Além de construir bases de dados e estatísticas confiáveis, é essencial aprimorar a análise dessas informações, tarefa para a qual o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) possui a *expertise* e poderia exercer um papel fundamental na integração das informações do setor produtivo com o setor financeiro. Isso porque a integração necessária para enfrentar o crime organizado não se limita à simples troca de dados, mas deve envolver, para além disso, o desenvolvimento de mecanismos que permitam o uso desses dados para fins de inteligência e investigação. Dados coletados pela Receita Federal, por exemplo, podem ser cruciais para investigações de segurança pública, enquanto informações de saúde podem revelar tendências de consumo e produção ilícita que sustentam a atividade criminosa.

O enfrentamento ao crime organizado no Brasil requer uma governança integrada entre instituições como o COAF, Receita Federal, órgãos de segurança, saúde e agências de fiscalização e regulação. No estudo *Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil*¹⁰⁴, elaborado pelo FBSP para o Grupo Esfera¹⁰⁵, foi destacada a importância de fortalecer a capacidade das polícias no uso de informações sobre fluxos financeiros e operações suspeitas, principalmente nos mercados ilícitos de ouro, combustíveis, bebidas e cigarros. **A integração mais coordenada entre órgãos de Estado de fiscalização, regulação, segurança e justiça é crucial para enfrentar essa problemática, especialmente diante da falta de protocolos claros de intercâmbio de dados, o que gera insegurança jurídica e dificulta a colaboração efetiva entre os diferentes órgãos públicos imbricados. Para que essa resposta seja eficiente, é necessário, portanto, adotar planos de rastreabilidade que contemplem toda a cadeia de valor dos produtos, desde a extração até a exportação, garantindo transparência e responsabilização.**

O sistema tributário brasileiro é notoriamente complexo, resultado de uma estrutura federalista que envolve múltiplos impostos e taxas, aplicados em diferentes pontos da cadeia produtiva. Essa organização se baseia no Código Tributário Nacional (CTN), na Constituição Federal e em diversas normas infraconstitucionais e administrativas, federais e estaduais, que dividem os tributos em cinco categorias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios. A arrecadação desses tributos é administrada pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, adicionando camadas de complexidade e fragmentação ao controle fiscal e arrecadatário. Em especial, essa estrutura cria desafios para o monitoramento e fiscalização de produtos de alto risco para fraudes, como combustíveis e cigarros, devido às variações nas alíquotas e nas legislações regionais. Essa fragmentação facilita brechas que são exploradas por organizações criminosas para evitar o pagamento de impostos, transformando grupos e indivíduos em “devedores contumazes”, quem de forma intencional e repetida deixa de cumprir suas obrigações financeiras, especialmente as de natureza tributária.

Cada produto passa por múltiplas etapas de tributação ao longo da cadeia de valor, e a falta de uma harmonização normativa e de uma colaboração eficaz entre as esferas governamentais amplifica a vulnerabilidade do sistema. A integração de dados e a cooperação entre agências, como a ANP (Agência Nacional do Petróleo), a ANVISA e a Agência Nacional de Mineração, são fundamentais para uma visão conjunta e sistêmica. Somente assim será possível combater eficazmente a evasão fiscal e o crime organizado, consolidando uma estratégia robusta e integrada de rastreamento e controle dos produtos mais suscetíveis a fraudes e crimes.

Ademais, sistemas de monitoramento interinstitucional, como proposto pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), poderiam servir de modelo de governança para expandir a vigilância sobre os produtos de alto valor e risco no mercado ilegal. As organizações criminosas que controlam esse comércio ilegal se tornam cada vez mais sofisticadas em suas táticas, envolvendo-se em crimes cibernéticos e complexos esquemas de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, o que aumenta a complexidade da fiscalização e do rastreamento necessário desses produtos como estratégia

104 **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).** (2024). *Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil*. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/fcb7e2a1-8f36-487e-9190-8ecf4d294747>. Acesso em: 26 nov. 2024.

105 **Esfera Brasil.** (2024). *Estudo inédito reúne dados sobre reflexos do crime organizado*. Disponível em: <https://esferabrasil.com.br/artigos/estudo-inedito-reune-dados-sobre-reflexos-do-crime-organizado/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

complementar à inteligência financeira e à repressão da lavagem de dinheiro, agregando novas ferramentas e mecanismos de inteligência, controle e fiscalização da economia do crime no país.

A rastreabilidade de produtos estratégicos é essencial para o enfrentamento dos fluxos financeiros ilícitos gerados por esses mercados pela exploração de insumos e produtos que potencializam os ganhos e o poder econômico e territorial do crime organizado no Brasil. Em um contexto de crime organizado diversificado, as facções criminosas vão além das transações financeiras diretas, operando uma economia complexa que envolve tanto o fluxo de capital quanto a troca de mercadorias com valor de mercado, como ouro, combustíveis, bebidas, tabaco e produtos falsificados.

A criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) pela Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012¹⁰⁶, foi um importante instrumento para o rastreamento de fluxos financeiros gerados por atividades atípicas e ilegais, assim como a Lei Federal n.º 12.850/2013 (“Lei das Organizações Criminosas”)¹⁰⁷, que importou relevante mecanismo normativo para o aprimoramento da investigação e persecução criminal por parte das polícias e sistema de justiça, em especial para a priorização da atuação das Polícias Federal e Rodoviária Federal, e Ministérios Públicos. Inobstante, é preciso ainda que o Estado brasileiro avance no aperfeiçoamento da governança integrada dos órgãos e agências de fiscalização, regulação e controle desses produtos que exercem alto impacto no fortalecimento do crime organizado no país e ocorrem, não raro, à margem da inteligência financeira nacional.

O fortalecimento da rastreabilidade de produtos, como parte da estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de recuperação de ativos, é fundamental para um enfrentamento mais efetivo do crime organizado, sobretudo no desenvolvimento de operações que envolvem bens de alto valor tributário, como ouro, combustíveis, cigarros e bebidas. Esse tipo de rastreamento não se limita a monitorar o fluxo financeiro diretamente, expandindo a análise para os produtos que funcionam como ativos do crime, usados não apenas como bens de troca, mas também como ferramentas de expansão do poder financeiro e territorial das organizações criminosas.

A Lei de Lavagem de Dinheiro e Ativos, ao incluir “bens, direitos e valores”, ofereceu o suporte legal necessário para que produtos inseridos em cadeias criminosas – como combustível adulterado, ouro extraído ilegalmente e mercadorias contrabandeadas/falsificadas (tabaco e bebidas) – passem a ser ativos passíveis de rastreamento, perdimento, confisco e alienação, inclusive antecipada, para preservação do valor dos bens, sempre que passíveis de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

Instituições como o COAF podem exercer um papel ampliado, estabelecendo parcerias com setores produtivos para monitorar a circulação de produtos em setores estratégicos, auxiliando no reconhecimento de padrões de transação suspeitos antes que esses ativos se convertam em lucros ilícitos, de forma monetária ou financeira.

¹⁰⁶ **Brasil.** Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

Brasil. Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12683.htm. Acesso em: 26 nov. 2024

¹⁰⁷ **Brasil.** Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12850.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

Além do confisco de bens materiais, como imóveis e veículos, é essencial o estabelecimento de protocolos específicos para destinação dos produtos apreendidos, promovendo a recuperação de ativos para benefício público. Combustíveis apreendidos, por exemplo, poderiam ser usados para abastecer a frota de veículos dos órgãos de segurança pública e fiscalização, reduzindo custos e aproveitando recursos de maneira eficiente. Essa abordagem evita que itens apreendidos se tornem apenas evidências ou fiquem armazenados sem utilidade, potencializando o retorno de valor para a sociedade.

O aprimoramento da rastreabilidade de produtos, portanto, é uma medida crucial para uma política de segurança pública, fiscalização e regulação integradas, visando não apenas à punição, mas também à recuperação e reintegração econômica dos ativos ilícitos, fortalecendo a capacidade do Estado de desarticular as estruturas econômicas do crime organizado, para além do monitoramento de ativos financeiros, como movimentações bancárias e criptomoedas.

A estratégia tradicional do *Follow the Money* (“rastreamento do dinheiro”) deve ser complementada com a metodologia do *Follow the Products* (“rastreamento dos produtos”). A criação de marcos regulatórios que incentivem a participação ativa do setor privado no compartilhamento de dados e informações com os órgãos e agências públicas de Estado pode facilitar a identificação de irregularidades e fortalecer o combate ao comércio ilícito.

No setor de bebidas, o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEB) demonstrou ser uma das mais eficazes ferramentas de rastreamento para evitar sonegação e garantir a autenticidade dos produtos. O SICOBEB, desativado em 2016, enviava dados em tempo real sobre a produção de bebidas, permitindo um aumento de até 40% na arrecadação tributária em seu primeiro ano de operação, com a identificação de 46% de subdeclaração do setor. A sua reativação poderia restaurar parte da arrecadação perdida devido ao mercado ilícito de bebidas, agregando inteligência para uma governança mais integrada, inteligente e assertiva contra o crime organizado. A ausência de sistemas de rastreamento eficazes, como o SICOBEB, criou um vácuo no controle da produção e distribuição de bebidas, abrindo espaço para o avanço do mercado ilícito e das atividades do crime organizado sobre o setor. Esse contexto favorece a entrada de produtos não regulamentados e sem fiscalização, que comprometem não apenas a arrecadação fiscal, mas também a segurança pública.

A falta de um sistema de controle estatal abrangente permite ao crime organizado explorar brechas na fiscalização, promovendo fraudes fiscais e operações de contrabando que impactam diretamente as finanças públicas e minam a competitividade das empresas que operam legalmente. Os efeitos dessa lacuna no controle do setor de bebidas vão além das perdas econômicas; eles intensificam a presença territorial de facções criminosas e milícias, que frequentemente controlam áreas estratégicas para a distribuição de produtos ilícitos, promovendo violências e amplificando a insegurança nas comunidades.

A capacidade dessas organizações de financiar suas atividades por meio do comércio ilegal desses produtos, como o de bebidas, prejudica tanto o erário quanto o próprio tecido social, promovendo um ciclo de instabilidade e impacto fiscal negativo nas regiões mais vulneráveis.



Recomendações

1. GOVERNANÇA INTEGRADA E INTERINSTITUCIONAL

Uma resposta eficaz ao crime organizado no Brasil exige uma estrutura de governança que reúna diversos setores, incluindo segurança pública, sistema de justiça, saúde, meio ambiente, Receita Federal, COAF, Casa da Moeda, entre outros. No contexto do federalismo brasileiro, é essencial garantir a coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal para que as ações sejam integradas e eficazes. Para maximizar o impacto dessas iniciativas, é necessário criar protocolos padronizados de compartilhamento de dados e informações e promover ações conjuntas que otimizem o monitoramento de produtos e a identificação de operações ilícitas em tempo real, em complemento aos mecanismos de inteligência e controle financeiros. Não se trata de criar agências ou estruturas, mas sim, de mecanismos de coordenação e cooperação de informações com base em metas comuns e objetivos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Brasil, nos termos do Artigo 3º da Constituição Federal.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A natureza transnacional do crime organizado torna a cooperação internacional essencial para o combate ao contrabando e à circulação ilegal de produtos como cigarros, bebidas, armas, combustíveis e ouro. Organizações criminosas exploram brechas nas fronteiras regulatórias entre países para sustentar suas operações. Por isso, a integração com parceiros internacionais por meio de acordos multilaterais e bilaterais — envolvendo temas como segurança, meio ambiente e enfrentamento ao crime organizado — permite que o Brasil troque informações e realize operações conjuntas com outros países, fortalecendo sua capacidade de resposta às ameaças que transcendem suas fronteiras físico-geográficas.

3. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E HARMONIZAÇÃO DE NORMAS

Atualizar a legislação é fundamental para garantir que o rastreamento de produtos seja eficaz, especialmente no contexto de tecnologias emergentes, como blockchain e inteligência artificial aplicáveis. A

harmonização das normativas no campo fiscal e de segurança pública entre a União e os entes federados subnacionais (Estados e Municípios) reduziria inconsistências e lacunas legais exploradas por organizações criminosas. No Congresso Nacional, discussões sobre projetos de lei focados no controle e rastreamento de produtos devem ser intensificadas, com a inclusão de audiências públicas para que o setor privado possa colaborar no desenvolvimento de regulamentações eficazes e boas práticas (nacionais e internacionais).

4. UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA EXPANDIDA

No combate ao crime organizado, é fundamental contar com uma unidade de inteligência financeira capacitada para monitorar não apenas fluxos financeiros, mas também produtos estratégicos e setores econômicos vulneráveis. Instituições como o COAF poderiam ampliar sua atuação, estabelecendo uma estrutura de análise que reúna informações sobre setores específicos, como combustíveis, ouro, cigarros e bebidas. Esse monitoramento detalhado possibilitaria a detecção de atividades ilícitas em produtos de alto valor, complementando o enfoque tradicional de “*follow the money*” com o conceito de “*follow the products*”. Afinal, é impossível enfrentar o que não se conhece: investir na coleta e análise de dados sobre produtos estratégicos ajudaria a identificar padrões suspeitos e possibilitaria ações preventivas.

5. CRIAÇÃO DE OBSERVATÓRIO OU LAB NACIONAL DE RASTREABILIDADE DE PRODUTOS

É recomendável também que pesquisas multidisciplinares aplicadas sejam incentivadas e implementadas por universidades, centros de estudos e organizações da sociedade civil. Esse tipo de colaboração amplia o conhecimento sobre o impacto dos mercados ilegais e aprimora as estratégias de rastreamento, fortalecendo a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado de maneira informada e integrada. O Estado brasileiro, em colaboração com o setor produtivo, poderia desenvolver uma estrutura ou instância de monitoramento capaz de compilar informações detalhadas sobre a circulação de produtos como tabaco, bebidas alcoólicas, combustíveis e ouro. Isso permitiria um enfrentamento mais inteligente e assertivo ao crime organizado, baseado no emprego de tecnologia e produção de evidências, identificando pontos de entrada e saída desses produtos na cadeia de suprimentos e detectando operações suspeitas antes que gerem lucros ilícitos e crimes violentos.

6. RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E REVERSÃO DE ILÍCITOS PARA A SOCIEDADE

A recuperação de ativos e sua reversão para a sociedade é um pilar importante nas políticas de enfrentamento ao crime organizado. A criação de uma política estruturada para a guarda e reutilização desses bens poderia direcionar a sua utilização para a sociedade, seja dos produtos apropriados, seja dos recursos financeiros auferidos da sua alienação, como combustíveis apreendidos para beneficiar os órgãos de

segurança pública e fiscalização. No entanto, produtos falsificados ou perigosos, como certas bebidas e tabacos ilegais, devem ser destruídos de forma segura e célere. Esse processo contribui não apenas para descapitalizar o crime organizado, mas também para fortalecer a economia legal e devolver recursos ao bem público de forma significativa e segura.

7. ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E SENSIBILIZAÇÃO SETORIAL

Campanhas de conscientização, envolvendo tanto a sociedade civil quanto profissionais de setores estratégicos, são fundamentais para o enfrentamento do crime organizado. Ao educar a população sobre os impactos negativos desses mercados ilícitos e promover práticas como o “conheça seu cliente,” é possível incentivar comportamentos que minimizam o risco de envolvimento em atividades ilegais. Esse engajamento colaborativo fortalece a cultura de responsabilidade, conformidade e integridade, criando um ambiente em que o consumo e a distribuição de produtos são conduzidos de forma ética e dentro da legalidade.



Conclusão

O enfrentamento ao crime organizado no Brasil requer uma abordagem que esteja à altura da sua amplitude, sofisticação e constante adaptação. As organizações criminosas, cada vez mais diversificadas, transcendem o tráfico de drogas e armas, avançando sobre mercados ilícitos complexos, como o de combustíveis, bebidas, cigarros, ouro e crimes digitais. Este mercado subterrâneo não é apenas um apêndice das atividades tradicionais do crime organizado; ele redefine as fronteiras do ilícito, movimentando cifras exorbitantes que, no Brasil, alcançam **R\$ 348 bilhões** ao ano. Entre esses números, destacam-se os **R\$ 186 bilhões** provenientes de cybercrimes e roubos, os **R\$ 146 bilhões** ligados a produtos como combustíveis, bebidas, cigarros e ouro, e os **R\$ 15 bilhões** do tráfico de cocaína.

O mercado ilícito apresenta uma complexidade que exige respostas igualmente sofisticadas. Ao mesmo tempo em que estas atividades ameaçam diretamente a arrecadação tributária e a economia formal, elas também comprometem a segurança pública, alimentam a corrupção e fragilizam as bases do Estado de Direito. Para enfrentar este cenário, é essencial superar a visão fragmentada que tradicionalmente associa o crime organizado apenas às atividades de tráfico, incorporando também uma compreensão mais ampla sobre os impactos de mercados ilícitos na economia e na sociedade.

Nesse cenário, a implementação de sistemas robustos de rastreamento de produtos e fluxos financeiros não é apenas uma ferramenta tecnológica; é uma estratégia central para enfraquecer as bases econômicas do crime organizado. Esses esforços devem ser combinados com medidas que abordem cybersegurança, lavagem de dinheiro e corrupção, promovendo uma coordenação interinstitucional e intersetorial, sob o controle público do Estado, que seja capaz de acompanhar e antecipar as rápidas transformações desse fenômeno.

Os números apresentados neste documento ilustram a magnitude das operações criminosas e os desafios colocados para o Brasil. Enxergar o crime organizado em sua totalidade e atuar de forma integrada são passos fundamentais para proteger a economia formal, fortalecer o Estado de Direito e criar respostas eficazes para um problema que se configura como uma das maiores ameaças contemporâneas. Este documento pretende ser um convite ao aprofundamento do debate e à formulação de políticas públicas mais robustas e inovadoras.





FOLLOW THE
PRODUCTS

RASTREAMENTO DE PRODUTOS
E ENFRENTAMENTO AO CRIME
ORGANIZADO NO BRASIL



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA